



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

LAIANE BEZERRA RIBEIRO

**O TRABALHO SOB INFLUENCIA DA DENDEICULTURA EM VILAS RURAIS
PARAENSES**

Belém

2016

LAIANE BEZERRA RIBEIRO

**O TRABALHO SOB INFLUENCIA DA DENDEICULTURA EM VILAS RURAIS
PARAENSES**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Orientadora Prof^ª. Dalva Maria da Mota.

**Belém
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Ribeiro, Laiane Bezerra, 1988-

O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas
rurais paraenses / Laiane Bezerra Ribeiro. - 2016.

Orientadora: Dalva Maria da Mota.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e
Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação
em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

1. Dendê - Cultivo - Nordeste, Pará. 2.
Agricultura Familiar - Nordeste, Pará. I.
Título.

CDD 22. ed. 633.851098115

LAIANE BEZERRA RIBEIRO

**O TRABALHO SOB INFLUENCIA DA DENDEICULTURA EM VILAS RURAIS
PARAENSES**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Orientadora Prof^a Dalva Maria da Mota

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Dr^a. Dalva Maria da Mota
Embrapa Amazônia Oriental-MAFDS (Orientadora)

Dr. William Santos de Assis
Universidade Federal do Pará- MAFDS (Titular interno)

Dr^a. Edna Ferreira Alencar
Universidade Federal do Pará-PPGCS (Titular externo)

**Belém
2016**

Dedico essa vitória à minha família e aos meus amigos, com todo carinho.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que estiveram presentes nesses dois anos de pesquisa e não poderia jamais deixar de agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente nesta fase tão importante da minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da sabedoria e aos meus pais, João e Adelina, que sempre me incentivaram e apoiaram a continuar meus estudos e por me amarem incondicionalmente.

A minha sobrinha, Helena e aos meus irmãos, Allan, Laiara e em especial ao meu irmão Neto, que foi meu grande exemplo desde a pré-escola até a pós-graduação.

Agradeço de coração à minha orientadora, Dalva Mota, que foi uma verdadeira mãe, sempre me colocando no caminho certo e me ensinando o amor pela pesquisa. Minha orientadora, muito obrigada !! Sem você este trabalho não seria nada.

Agradeço à UFPA, ao NCADR, aos professores do PPGAA e aos meus professores da especialização DAZ, que me fizeram escolher este mestrado e não me arrepender. Obrigada!!

Esta dissertação também não seria possível sem a presença dos meus amigos do projeto AFInS. Obrigada, Prof^a Livia, Prof^o Heribert, Socorro, Liza, Nashira, Jorge Lucas, Suelen (Sue) e Katyane que além de participarem dos campos contribuíram com suas sugestões em minha dissertação. Agradeço também aos novatos, Daniel, Myrla, Diocélia e Lissandra que me ajudaram na digitação dos dados.

As amigas, Elineuza que com sua eficiência tornou minha pesquisa mais viável, a Gláucia que além de participar dos campos de vilas rurais, me ajudou na formatação desta dissertação, e agradeço de coração também a Ketiane (Keti), que se doou de corpo e alma pelo projeto AFInS.

Agradeço também aos moradores e as famílias da vila Água Azul, que aceitaram ceder suas histórias de vida. Em especial, agradeço à família Silva, que me acolheu como uma filha e fizeram da minha pesquisa de campo um momento leve e de descontração. Obrigada, seu Zé, Dona Marilene, minha irmã Iriane, Idayana, Josiane, Josilene, Mitaliane, Eliete e todos os integrantes dessa família maravilhosa.

Ao casal de amigos, Dayanne e Júnior, que me receberam em Tomé Açu e me ajudaram na locomoção e em alguns dias de estadia.

E o que falar dos meus amigos Bonitos? Edfranklin, Sandolene, Luiz Carlos, Rafaela (Rafa), Genisson e Noemi, vocês, sem dúvida, foram uma das melhores coisas que me aconteceu neste mestrado. Nossas idas ao bar do “Ceara” tornaram meus momentos de

incerteza, medo e estresse, motivos de riso. Obrigada pelas palavras de segurança e incentivo, vou levá-los sempre no coração.

Aos meus amigos “TURMAFDS 2014” que contribuíram com minha formação e com essa dissertação.

E por fim, agradeço ao homem que esteve do meu lado em todas as etapas deste mestrado, me apoiando, incentivando e ficando feliz em cada nova conquista. Obrigada meu amor, Thiago.

Agradeço a todos que passaram e aos que ficaram em minha vida.

RESUMO

Nesta dissertação, o meu objetivo foi analisar a organização do trabalho em vilas rurais do Nordeste Paraense, em cujos arredores produz-se dendê. Nesta região, cultivava-se dendê há décadas, mas só recentemente a produção está sendo incentivada por subsídios públicos por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PSOP). O estudo foi realizado em duas escalas: i) regional, em caráter exploratório, em 341 vilas rurais de 21 municípios do Nordeste Paraense; e ii) local, em profundidade, por meio de um estudo de caso na vila Água Azul, município de Tomé Açu. A metodologia constou de entrevistas (formulários fechados, roteiro semiestruturados e entrevistas não diretivas) e de observações diretas. As principais conclusões mostram que nas vilas rurais são desenvolvidas atividades diversas (comércio, extrativismo, serviço público dentre outras) para além da agricultura. A maior ou menor relação dos seus moradores com a dendeicultura influencia na quantidade de atividades que ali são desenvolvidas. As vilas que têm moradores trabalhando na produção de dendê como integrados apresentaram uma menor diversificação de atividades, pois, a mão de obra e o tempo para outras atividades diminuíram. As famílias agricultoras com membros assalariados apresentaram uma menor área de produção. Já as famílias agricultoras com membros integrados à dendeicultura apresentaram um aumento da área para produção de culturas perenes, e diminuição das culturas anuais em decorrência da menor disponibilidade de mão de obra das primeiras. O estudo da mesorregião e o estudo de caso coincidiram quanto: a diminuição da diversificação agrícola; reflexos do assalariamento na organização do trabalho familiar; demanda por mão de obra; e dependência do trabalho dos mais velhos. Como conclusão geral, observei a existência de múltiplas tendências quanto à organização do trabalho que, em algumas situações, fragilizam o trabalho familiar e, em outras, o reforçam.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Nordeste Paraense; Organização do trabalho

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the working arrangements that take place rural villages where palm oil is produced in the north-east of the Brazilian state of Pará. Palm oil has been cultivated in this region for a number of decades. However, production has only recently been promoted through public subsidies such as the National Program for the Production and use of Biodiesel (PNPB) and the Palm Oil Sustainable Production Program (PSOP). This study was conducted at two different levels: i) the regional level, as an exploratory investigation taking place in 341 rural villages in 21 municipalities in the north-east of Pará; and ii) the local level, a more in-depth investigation involving a case study in Água Azul village, in the municipality of Tomé Açu. The method used consisted of interviews (closed questionnaires, semi-structured and non-directive interviews), as well as direct observations. Main results revealed that in rural villages many other activities take place (such as trade, extraction and public services) as well as agriculture. The residents' relationship with palm oil production affects the number of activities developed in the villages. In villages where a number of residents involved in palm oil production, activities are less diversified, because there is less time to spend and fewer hands to work on other activities. Farming families who have one or more of their members employed elsewhere cultivate smaller production areas. In farming families where members are involved in to oil palm production, there is an increase in perennial crops cultivation and a decrease in annual crops cultivation because of a lack of workforce. Findings for both the meso-region and the case study coincided with regard to: a reduction in agricultural diversification; effects of employment of family members; on family farming working arrangements; workforce demands; and a dependency on the labor of the older population. As a general conclusion, I observed the existence of a number of tendencies relating to working arrangements which, in certain situations, undermine family farming and in others reinforce it.

Key words: Family farming; Paraense Northeast; Work organization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Cronograma com as datas de viagens dos campos para o levantamento de dados das vilas no Nordeste Paraense, 2014 e 2015	40
Quadro 2 - Número de vilas por município e número de vilas visitadas no Nordeste Paraense	41
Mapa 1- Localização das vilas rurais visitadas no Nordeste Paraense.....	42
Quadro 3- Os tipos de atividades segundo a ligação dos membros das famílias com a dendeicultura na vila Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.....	44
Quadro 4- Intervalo entre os anos de fundação das vilas rurais por município no Nordeste Paraense.....	49
Quadro 5- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais em torno de um centro no Nordeste Paraense.	51
Quadro 6- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais em torno de um centro no Nordeste Paraense.	51
Quadro 7- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais com casas espalhadas no Nordeste Paraense.	53
Quadro 8- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais com casas espalhadas no Nordeste Paraense.	53
Quadro 9- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais ao longo dos cursos d'água no Nordeste Paraense.	55
Quadro 10- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais ao longo dos cursos d'água no Nordeste Paraense.	56
Quadro 11- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais ao longo das estradas no Nordeste Paraense.	57
Quadro 12- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais ao longo das estradas no Nordeste Paraense.	58
Quadro 13- Municípios e vilas com moradores integrados à dendeicultura no Nordeste Paraense.....	61
Quadro 15- Municípios e vilas com moradores assalariados vinculados à dendeicultura no Nordeste Paraense.	63
Quadro 16- Principais sistemas agrícolas nas vilas com assalariados vinculados à dendeicultura no Nordeste Paraense.	65
Quadro 17- Municípios e vilas com agricultores integrados e moradores assalariados na dendeicultura no Nordeste Paraense	66
Quadro 18- Principais sistemas agrícolas nas vilas com agricultores integrados e moradores assalariados na dendeicultura no Nordeste Paraense.	68
Quadro 19- Municípios e vilas com moradores sem relação direta com a dendeicultura no Nordeste Paraense.	69
Quadro 20- Principais sistemas agrícolas nas vilas sem relação com a dendeicultura no Nordeste Paraense.	70

Foto 1- Ilustração de alguns estabelecimentos públicos, privados e da PA 256 na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.....	78
Gráfico 1- Média da área e cultivos plantados pelos agricultores ao chegarem à vila Água Azul/Tomé Açu/PA.....	87
Quadro 21- Organização do trabalho familiar nas atividades agrícolas no passado na vila rural Água Azul, Tomé Açu /PA.	91
Gráfico 2- Média das áreas plantadas das principais culturas agrícolas no passado e no presente na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.	96
Gráfico 3- Área atual utilizada por família destinadas aos cultivos no ano de 2015 na vila Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.	97
Quadro 22- Organização do trabalho familiar nas atividades agrícolas no presente na vila rural Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.	99
Quadro 23- Identificação das famílias integradas e o tamanho de suas áreas com projetos de integração à dendeicultura na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.	102
Gráfico 4- Média das áreas plantadas no passado e no ano de 2015 pelas famílias integradas a dendeicultura na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.....	104
Gráfico 5- Média da área plantada por todas as famílias no passado na vila Água Azul em Tomé Açu/PA.....	106
Gráfico 6- Média da área plantada entre as famílias com assalariados na dendeicultura em dois períodos, ao chegarem e no ano de 2015, na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.	107
Gráfico 7- Média da área cultivada pelas famílias sem ligação com a dendeicultura ao chegarem à vila e em 2015 na vila Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.	109

LISTA DE SIGLAS

ABRAPALMA - Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma
ADM – Archer Daniels Midland
AFInS – Agricultura Familiar e Inclusão Social
AMPPRAA – Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais da vila Água Azul
APP – Áreas de Preservação Permanente
BBB – Belém Bioenergia Brasil
CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú
DAZ – Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia
EFB – Estrada de Ferro de Bragança
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
Pró-Álcool - Programa Nacional do Álcool
PSOP – Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo
SAAR – Sindicato de Assalariados e Assalariadas Rurais
SAFs – Sistemas Agroflorestais
SCS – Selo Combustível Social
STTR – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ZAED – Zoneamento agroecológico do dendezeiro

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	18
2.2 VILAS RURAIS E SUAS DENOMINAÇÕES	24
2.3 EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NOS ESPAÇOS RURAIS: QUAIS AS PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO?.....	30
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	35
3.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	37
3.2.1 Etapas da pesquisa	38
4. TRABALHO NAS VILAS RURAIS PARAENSES	47
4.1 FORMAÇÃO DAS VILAS PARAENSES	47
4.2 MORFOLOGIA DAS VILAS RURAIS PARAENSES	49
4.2.1 Vilas em torno de um centro.....	50
4.2.2 Vilas com casas espalhadas.....	53
4.2.3 Vilas ao longo dos cursos d'água.....	55
4.2.4 Vilas ao longo das estradas	57
4.3 TRABALHO NAS VILAS RURAIS	59
4.3.1-Trabalho nas vilas rurais com agricultores integrados à dendeicultura	60
4.3.2Trabalho nas vilas rurais com moradores assalariados vinculados à dendeicultura	63
4.3.3 Trabalho nas vilas rurais com agricultores integrados e moradores assalariados na dendeicultura	65
4.3.4 Trabalho nas vilas rurais com moradores sem relação de assalariamento ou integração com a dendeicultura	68
5. A VILA ÁGUA AZUL	72
5.1 POSSE DA TERRA: A CHEGADA.....	72
5.2 FORMAÇÃO DA VILA: A APROXIMAÇÃO PARA A MARGEM DA ESTRADA	74
5.3A VILA HOJE	76
5.4 MORFOLOGIA DA VILA	77
5.5RELIGIÃO E FESTAS RELIGIOSAS	79
5.6 LAÇOS FAMILIARES E DE VIZINHANÇA	82
5.7 ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS.....	83
6. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA VILA ÁGUA AZUL	86
6.1 TRABALHO DE ONTEM	86
6.1.1 Primeiros trabalhos	87
6.1.2 Trabalho na floresta	92
6.1.3 Trabalho nas águas.....	94
6.2TRABALHO DE HOJE.....	95
6.2.1 Novos trabalhos	95
6.3 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO TRABALHO	101
6.3.1Trabalho das famílias que têm contrato de integração à agroindústria do dendê.....	101
6.3.2Trabalho das famílias com membros assalariados na dendeicultura	104
6.3.3 Trabalho nas famílias sem relação com a dendeicultura	109
7. CONCLUSÕES.....	111
REFERÊNCIAS	115

1. INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é a organização do trabalho familiar nas vilas rurais de municípios do Nordeste Paraense em cujos arredores cultivava-se dendê. Parto do pressuposto de que a expansão da dendeicultura influenciou na diversificação dos tipos de atividades (agrícolas e não agrícolas) e, conseqüentemente, reflete na reorganização do trabalho das famílias dentro e fora dos seus estabelecimentos.

Os estudos sobre o trabalho no espaço rural têm privilegiado a organização do trabalho, destacando o papel dos membros da família segundo idade, gênero e geração. Privilegiam também a noção de complementaridade das diversas formas de trabalho por eles realizadas dentro e fora dos estabelecimentos.

Na Amazônia, os estudos sobre o trabalho, destacam a diversidade e intercomplementaridade de atividades agrícolas, extrativas e de assalariamento. Witkoski (2007) analisa que o camponês amazônico garante a sua reprodução social na água, na floresta e na terra firme. A multiplicidade e simultaneidade de atividades são destacadas por Castro (1998), que reconhece que para essa região devemos tratar de “mundos do trabalho”.

Recentemente, estudos sobre a organização do trabalho familiar têm sido realizados no âmbito da produção de dendê, tanto nos estabelecimentos, quanto nas agroindústrias. Há constatações de que, nos estabelecimentos cujos agricultores têm contrato de integração, há uma reorganização do trabalho sob forte restrição da força de trabalho que migra para trabalhar nos monocultivos das agroindústrias (SAMPAIO, 2014; VIEIRA, 2015). Destacam também a escassez de mão de obra para a realização das atividades no estabelecimento das famílias que possuem contrato de integração para a produção de dendê nos seus estabelecimentos.

Metodologicamente, a maioria das pesquisas sobre este tema foi realizada por meio de estudos de casos, os quais destacam as transformações que ocorrem na organização do trabalho familiar após a chegada da dendeicultura sem, entretanto, delinear o que está ocorrendo na região como um todo de modo a esclarecer por que ela tem se constituído como um território de atração de migrantes e de novas relações sociais e tensões.

Considerando esse quadro, me proponho a estudar algumas questões que ainda não foram levantadas na literatura revisada, dentre as quais, os tipos de atividades realizadas nas vilas rurais que possuem moradores integrados, assalariados ou não, e as transformações nos estabelecimentos familiares em uma vila, no que diz respeito às formas de trabalho, tamanho

das áreas dedicadas ao trabalho agrícola, iniciação para o trabalho e divisão do trabalho no passado e no presente.

O meu interesse por essas questões surgiu em função do estudo das vilas rurais na região onde se concentra a dendeicultura, trabalho realizado quando cursei a especialização em Agricultura Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ) em 2013, ofertada pelo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR). Durante a especialização, tive a oportunidade de pesquisar sobre os contratos de integração entre empresas produtoras de dendê e agricultores familiares na vila rural Nova Paz, Tailândia/PA.

Tal tema chamou minha atenção por constatar que muitas famílias estavam aderindo aos contratos de integração na dendeicultura, e a vila rural estava recebendo novos moradores interessados no trabalho assalariado nas empresas. Naquele contexto, especulei que a expansão da dendeicultura influenciaria na demografia, na infraestrutura local, na organização do trabalho agrícola e na organização social da vila. Daí o meu interesse sobre o tema que defini para a minha dissertação.

Dois anos após a minha experiência com os moradores na Nova Paz, retornei à vila como mestrande e integrante do projeto AFInS¹, quando realizei *survey* sobre a vila. Na ocasião, ao conversar com as mesmas pessoas de antes, percebi que todas as minhas especulações pareciam estar se concretizando, pois aparentemente a vila estava visualmente transformada com um número maior de casas e habitantes. Os moradores já não usufruíam das relações de interconhecimento com a totalidade dos habitantes da vila.

Além do empirismo, o meu interesse foi reforçado pela constatação, na literatura, de que a organização do trabalho nos núcleos de povoados rurais sofre influências da conformação de grandes propriedades monocultoras e dos novos parâmetros de produção nos estabelecimentos cujos agricultores possuem contrato de integração. O conteúdo do trabalho (tipo, intensidade, divisão do trabalho e propósitos) e a vinculação do seu produto com os mercados estão experimentando mudanças que repercutem na organização do trabalho familiar.

¹**Projeto AFInS** – Agricultura Familiar e Inclusão Social é a sigla de um projeto de pesquisa financiado pela Embrapa sob o título "Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: Possibilidade de Inclusão Social?" A execução do projeto ocorre por meio de parcerias com a Universidade Federal do Pará-UFPA e Sindicatos Rurais do Nordeste paraense no período 2014/2017. A pesquisa privilegia: i) agricultores e agricultoras familiares que têm contrato de integração à agroindústria de dendê; ii) jovens que trabalham nos estabelecimentos familiares e como assalariados; e iii) moradores das vilas situadas no entorno dos monocultivos. O sistema agrário, os estabelecimentos (grupos domésticos e sistemas de produção) e as vilas são as principais referências empíricas.

Meu objetivo nesta dissertação é analisar a organização do trabalho em vilas rurais do Nordeste Paraense, em cujos arredores cultiva-se dendê. Para tal fim, defini duas escalas de atuação: a) mesorregional, em 341 vilas rurais em 21 municípios para um estudo exploratório; e b) local, em um estabelecimento para um estudo em profundidade. Os objetivos específicos na escala mesorregional são: a.i) caracterizar a formação e morfologia das vilas rurais no Nordeste Paraense; a.ii) identificar os tipos de atividades em vilas rurais em cujos arredores cultiva-se dendê; e a.iii) caracterizar a ocupação de moradores das vilas na dendeicultura (integração e assalariamento). Já na escala local, tenho os seguintes objetivos específicos: b.i) caracterizar a organização social da vila rural Água Azul; e b.ii) analisar a organização do trabalho em estabelecimentos cujos membros possuem contrato de integração para a produção de dendê, que possuam membros assalariados vinculados à dendeicultura ou que não tenham nenhum tipo de relação com a dendeicultura.

A pergunta de pesquisa a ser respondida é: como a organização do trabalho nas vilas rurais é influenciada pelo cultivo do dendê? Para respondê-la, foram caracterizadas as atividades em realização nas vilas rurais, em profundidade na vila rural Água Azul (Tomé Açu, PA). A escolha se deu porque ali existem famílias com contrato de integração, com membros assalariados e famílias agricultoras sem relação direta com a dendeicultura. Ademais, é uma região de grande influência agrícola e próxima as maiores empresas de dendê do Pará, quais sejam: Grupo Agropalma, Empresa Biopalma da Amazônia S.A e BBB-Belém Bioenergia Brasil.

As referências que deram suporte às minhas análises fundamentam-se na organização do trabalho familiar conforme os estudos de Heredia (1979), Garcia Jr (1983) e Woortmann e Woortmann (1997). Dentre as suas análises, os autores estudaram o trabalho no nordeste do Brasil, destacando a divisão do trabalho baseada em idade e gênero dos membros das famílias. Lamarche (1993) e Brumer et al. (1993), que estudaram a agricultura familiar no Brasil, analisam as estratégias familiares em torno da organização do trabalho, dentro e fora do estabelecimento familiar.

Para a reflexão sobre as vilas rurais, utilizei as análises de Queiroz (1973), que estudou os bairros rurais paulistas, identificando as influências dos núcleos urbanos sobre estes. Candido (1987), que estudou o bairro rural e sua organização social, e Wagley (1988), que além da organização social descreve a morfologia estrutural e social de uma comunidade amazônica. Também constituíram referencial a compreensão da expansão do monocultivo do dendê, reflexões de Lachesfski (2010), Castro (2012), Nahum e Malcher (2012), Sampaio (2014), Vieira (2015), dentre outros.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: i) uma introdução; ii) o referencial teórico, no qual realizo uma reflexão sobre as categorias centrais do estudo, quais sejam: organização do trabalho, vilas rurais e expansão da dendeicultura; iii) os procedimentos metodológicos, no qual descrevo como realizei o estudo; iv) um capítulo sobre o trabalho nas vilas rurais paraenses; v) um capítulo sobre a formação, morfologia e organização social da vila Água Azul; vi) um capítulo sobre a organização do trabalho no passado e no presente na vila Água Azul; e vii) conclusões.

Espero com esta dissertação contribuir para a reflexão sobre a organização do trabalho nas escalas mesorregional e local na região produtora de dendê. Os resultados poderão subsidiar políticas públicas, movimentos sociais e estudos da academia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial tenho como objetivo trazer o debate sobre as categorias utilizadas na dissertação, segundo autores que estudam a organização do trabalho, mais precisamente, o trabalho familiar; os núcleos de povoamentos (por mim denominados de vilas rurais) e uma discussão sobre a dendeicultura no Nordeste Paraense.

2.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

Para compreender a organização do trabalho, li autores que estudaram o tema, de modo a compreender o que seria a organização do trabalho familiar, situando a discussão em torno da divisão do trabalho e das posições ocupadas na hierarquia familiar. Focalizei também os estudos sobre a organização do trabalho familiar no cultivo do dendê e como as famílias vêm se reorganizando para suprir suas necessidades em termos de trabalho mediante o assalariamento de alguns de seus membros nas empresas agroindustriais de dendê.

Segundo Liedke (2000) o trabalho é considerado:

Como categoria abstrata, o trabalho pode ser entendido, estritamente, como esforço físico ou mecânico, como energia despendida por seres humanos, animais, máquinas ou mesmo objetos movidos pela força da inércia. A energia colocada em movimento (o trabalho) tem por resultado a transformação dos elementos em estado de natureza ou, ainda, a produção, manutenção e modificação de bens e serviços necessários à sobrevivência humana (p.200)

Em trabalho mais recente, Garza (2013) discute conceitos de trabalho e ressalta que alguns deles surgiram após a revolução industrial. O autor cita que na teoria clássica o trabalho seria somente a produção para o mercado. Porém, o pensamento marxista acrescenta que o trabalho também pode ser considerado a produção para o próprio consumo (GARZA, 2013). O autor destaca também o conceito não clássico ou alternativo de trabalho. Estes são formados para designar os trabalhos informais, coletivos ou associados à produção imaterial, que não se ajustam a sua própria teorização sobre o trabalho industrial.

Mota (2005), em seu estudo sobre os trabalhadores assalariados na fruticultura no Baixo São Francisco sergipano, argumenta que naquela região o trabalho ocupa lugar central na constituição da identidade dos moradores. Além de enriquecer o círculo de amigos e conhecidos, o trabalho possibilita a independência financeira e estimula o respeito entre a família e os vizinhos.

Existe, segundo Castro (1998), uma grande lacuna na bibliografia que trata sobre o trabalho na Amazônia, havendo predominância do debate voltado à questão salarial ou econômica. Para a autora, o trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica, pois nas sociedades ditas “tradicionais”, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão, o mágico, o ritual e o simbólico.

No estabelecimento o trabalho realizado pelos membros da família comporta uma organização interna que envolve: divisão de tarefas e sentidos sociais. Autores que estudaram a organização do trabalho nas unidades familiares, como Garcia Jr (1983), Lamarche (1993), Brumer et al (1993), Woortmann & Woortmann (1997) e Heredia (1979), destacam diversos papéis e ocupações que os membros da família assumem na organização do trabalho para a satisfação de suas necessidades, apresentando, no entanto, diferenças segundo o sexo, idade e geração. O trabalho além de fornecer bens materiais, põe em prática o exercício de hierarquias e formação para a vida adulta.

Lamarche (1993) analisa que o trabalho familiar pode ser apreendido em um duplo registro. O primeiro está relacionado à divisão do trabalho entre os diversos membros da família. O segundo está na intensidade da utilização das diferentes frações de mão de obra, tanto na unidade de produção, quanto fora dela. Para o autor “As estratégias familiares em torno da organização do trabalho fazem parte, sem dúvida, das dimensões mais importantes que orientam a vida das unidades de produção familiares” (p. 169).

Garcia Jr. (1983), em seu estudo sobre a organização do trabalho familiar no Nordeste do Brasil, verificou que existe uma clara divisão de papéis entre homens, mulheres e crianças na realização de atividades, tanto intrafamiliar, como na sociedade em geral. Os homens se destacam pelo trabalho mais “pesado” ou o trabalho na lavoura, enquanto as mulheres e os mais jovens se encarregam dos trabalhos domésticos, da coleta dos frutos e das criações nos arredores do sítio. Os jovens têm sua iniciação para o trabalho através do que o autor chama de “roçadinho”, que seria um tipo de roça, só que em menor proporção.

Estudando também os pequenos produtores do nordeste do Brasil, Heredia (1979) identifica a organização do trabalho familiar através das atividades cotidianas dos membros do grupo familiar. Segundo a autora, a organização do trabalho sofre variações de acordo com a época do ano, ou seja, de acordo com o calendário agrícola. Desta forma, o inverno é considerado a época de maior atividade agrícola, quando todos os membros da família, homens, mulheres e crianças, se dedicam a trabalhar no roçado, porém, divididos por tarefas que variam de acordo com o sexo e a idade.

Na literatura revisada, a família como um todo possui deveres em relação ao trabalho. O pai geralmente é o responsável por organizar as atividades a serem realizadas no roçado, enquanto a mãe organiza as tarefas relacionadas ao trabalho doméstico, e os filhos seguem os ensinamentos repassados por seus pais, iniciando nos trabalhos leves e prosseguindo conforme a idade nos trabalhos considerados mais pesados (GARCIA Jr 1983; WOORTMANN; WOORTMANN,1997; e HEREDIA 1979).

No estudo de Woortmann e Woortmann (1997), o homem é o responsável pelas decisões tomadas no espaço produtivo externo à casa, enquanto a mulher é a responsável pelo governo desta. Embora mulheres e crianças, a partir de certa idade, desenvolvam atividades na área agrícola, sob supervisão do pai, estas são vistas apenas como uma ajuda.

Se esse é o modelo clássico, mudanças exógenas recentes incidem na menor participação das crianças e dos jovens, conforme observei na pesquisa de campo, em decorrência da priorização da educação.

Brumer et al (1993) observam que a organização do trabalho familiar é proporcional à quantidade de atividades existentes no estabelecimento familiar. As mulheres participam tanto quanto os homens, porém, seu trabalho é mais significativo nas hortas e granjas enquanto os homens se ocupam da lavoura, do cuidado com os animais e da venda dos produtos. No entanto, para a autora esses trabalhos agrícolas nem sempre são suficientes, e por isso essas famílias recorrem a trabalhos temporários, situações cada vez mais frequentes nos grupos por mim estudados.

Em trabalho recente, sobre família e trabalho, no Nordeste Paraense, Batista (2009), discute que a noção construída do que seja trabalho “de mulher” ou “de homem”, ou “leve” e “pesado”, não está relacionada ao esforço físico, mas a quem os realiza. Assim, reforça uma noção de superioridade do homem em relação à mulher. A autora discute que existe essa divisão entre homens, mulheres e crianças, porém, ela em muitos casos mistura-se no dia-a-dia de trabalho, ou seja, existe uma maior flexibilização referente à organização do trabalho da casa e do roçado.

Neste mesmo pensamento, Cantarelli (2006), considera os trabalhos realizados na casa e na roça como complementares, pois, existe entre esses ambientes relações de integração, e são indivisíveis. Dessa forma, o trabalho masculino nem sempre está atrelado ao roçado, assim como o feminino nem sempre está ao da casa.

Assim, o trabalho familiar vem ultrapassando as barreiras entre o que é considerado trabalho de mulher e o que é considerado trabalho de homem. As crianças já não desenvolvem atividades que eram consideradas introdutórias ao trabalho na roça ou no trabalho doméstico.

Passa a existir a complementaridade no trabalho entre homem e mulher para se obter o equilíbrio econômico familiar.

Recentemente, vários estudos vêm destacando transformações em relação à organização do trabalho nas áreas rurais. No Estado do Pará, a dendeicultura é uma das que vem ocasionando debate sobre mudanças que podem causar ao ser implantado no estabelecimento familiar agrícola.

No município de Tomé Açu, Sampaio (2014) analisou os efeitos da dendeicultura na produção e no trabalho familiar e identificou uma tendência ao aumento do uso e demanda por trabalhadores temporários, pois, além do trabalho exercido na cultura do dendê, alguns continuaram com as antigas culturas (anuais e perenes).

Nos 18 estabelecimentos estudados por Sampaio (2014), existe um número significativo de membros residindo nestes, porém, nem todos participam diretamente das atividades agrícolas, porque desenvolvem outras atividades relacionadas à casa, à criação dos filhos e aos estudos. Para o autor, a implantação de 10 hectares de dendê nesses estabelecimentos familiares ocasionou desequilíbrios entre a disponibilidade da força de trabalho familiar e o trabalho que precisa ser realizado entre as diversas atividades agrícolas ou não.

Segundo Sampaio (2014), no trabalho realizado nos estabelecimentos agrícolas integrados, preponderou a presença masculina.

O trabalho feminino na dendeicultura aparece somente em quatro estabelecimentos, mas sempre com a presença de um homem. O trabalho feminino está relacionado aos de menor penosidade, como a adubação, a coleta (de frutos caídos no chão), o registro de produção e expedientes bancários. (SAMPAIO, 2014). O trabalho realizado pelas mulheres ainda é observado como “ajuda”, pois atuam apenas em alguns momentos (SAMPAIO, 2014).

Sampaio (2014), ao realizar uma comparação entre o número de trabalhadores temporários e os contratos nos estabelecimentos agrícolas antes e após o cultivo da palma de dendê, constatou que existe uma tendência ao aumento do uso e da demanda deste após a implantação do cultivo, ocasionando um desequilíbrio entre a disponibilidade de mão de obra, situação que se agrava pelo elevado índice de absorção de mão de obra pelas empresas agroindustriais da região. Assim, existe em alguns casos a desistência ou diminuição de áreas destinadas aos cultivos anuais, para conseguirem manter as áreas de dendê em perfeitas condições.

Neste mesmo contexto, porém, na vila Arauai, município de Moju, Vieira (2015), analisando as transformações na organização socioeconômica das famílias camponesas que se

integraram ao monocultivo de dendê, destacou que inicialmente os membros dessas famílias, principalmente os homens, estavam no auge da força de trabalho e sem o receio de enfrentar dificuldades adaptativas com a forma de produção. Porém, com os filhos ainda pequenos, o trabalho na dendeicultura ficava restrito aos mais velhos da família camponesa.

Por essa restrição de mão de obra, após a integração, os camponeses passaram a diminuir o tamanho de área dedicado à roça e, em outros casos, a abandonarem-na, o que é justificado pelos camponeses com o argumento de que o trabalho penoso da colheita e manutenção dos monocultivos de dendê não libera força de trabalho para o roçado (VIEIRA, 2015). Para a autora, nas famílias com membros integrados à dendeicultura, onde a roça ainda é cultivada, a força de trabalho utilizada é principalmente a familiar. A divisão do trabalho nas famílias da vila do Arauai é semelhante ao observado nos demais estudos sobre organização do trabalho no campesinato, onde o homem é o responsável por gerenciar as atividades e participar daquelas ditas mais penosas, enquanto as mulheres se ocupam das atividades de plantio, colheita e produção de farinha.

Diferentemente do trabalho realizado no passado, Vieira (2015) relata que o gerenciamento do plantio de dendê é realizado pela empresa e executado pelos camponeses integrados, “e revela que estes não têm autonomia de tomar decisões em relação às práticas culturais que serão realizadas para a produção do monocultivo” (VIEIRA, 2015 p.94), pois todas as etapas a serem seguidas estão pré-estabelecidas pela empresa. Desta forma, o pai, que nos estudos anteriores era o responsável pelo trabalho no estabelecimento agrícola, perde sua autonomia para seguir as ordens empresariais.

No município de São Domingos do Capim, Sousa (2015) confirmou que a integração à dendeicultura implica em mudanças no modo de vida das famílias camponesas, principalmente na sua reorganização para o trabalho. O projeto de assentamento Taperuçu, estudado pela autora, é caracterizado pelo trabalho no plantio de culturas alimentares, principalmente a mandioca e outras. Neste ambiente, homens e mulheres desenvolvem as atividades da roça. Porém, de modo semelhante aos demais estudos sobre trabalho, as noções de leve e pesado demarcam a divisão das atividades por sexo e idade.

Dessa forma, Sousa (2015) explica que a divisão do trabalho no assentamento Taperuçu é demarcada pelas atividades exclusivamente masculinas na agricultura, como a abertura e limpeza de áreas para a produção de culturas de maior impacto na renda, enquanto às mulheres cabe a responsabilidade de garantir uma variedade de alimentos para dentro da casa, como hortaliças e pequenas criações.

A cultura do dendê demanda da família determinada quantidade de trabalho e uma organização, diferentemente da qual vinha sendo realizada pelas famílias em seus estabelecimentos. Dessa maneira, a dendeicultura exige tratos culturais que devem ser realizados em épocas certas para se obter o rendimento esperado. Além do preparo da área para o plantio, os tratos culturais do dendê consistem na limpeza das linhas, coroamento, adubação, poda, monitoramento de pragas e doenças e a colheita, todas relacionadas às normas da empresa e realizados pela família com a ajuda de diaristas (SOUSA, 2015).

A realização de todos os tratos culturais, no momento adequado, exige do agricultor familiar mão de obra suficiente, e pela pouca disponibilidade existente na família, os tratos culturais no dendê atrasam, e isso reflete na produção da planta (SAMPAIO, 2014; SANTOS, 2015; SOUSA, 2015). No trabalho que envolve a dendeicultura, as crianças não foram identificadas como mão de obra. O trabalho infantil seria contrário ao estatuto da criança e do adolescente e ao ordenamento jurídico acerca do trabalho infantil. Não somente na dendeicultura como nos demais trabalhos agrícolas existem interdições que inibem o trabalho de crianças e adolescentes, ameaçando a reprodução do saber.

Nas literaturas citadas e em estudo recente, Mota et al (2015) destaca que as famílias com membros sob contrato de integração necessitam dedicar-se preferencialmente ao dendê, especialmente pela carência de mão de obra e por causa dos compromissos contratuais, o que ocasiona diminuição ou extinção de certas culturas anuais e perenes nos estabelecimentos, podendo desestruturar e afetar a segurança alimentar do agricultor.

Desta forma, existe uma reorganização do trabalho das famílias que possuem relação de integração ou de assalariamento com a dendeicultura, pois os estudos indicam o impacto direto sobre a concorrência pela mão de obra na produção de dendê e na produção de alimentos nestas famílias.

Na literatura clássica sobre a organização do trabalho, os autores destacam a participação dos membros das famílias em diferentes atividades, sendo frequentes o recorte de gênero, geração e peso do trabalho. Em muitos casos, a contratação de mão de obra e os mutirões ou troca de dias eram recorrentes. Porém, na literatura atual, verifico mudanças quanto à organização do trabalho. Na dendeicultura o trabalho é gerenciado pelas normas da empresa (SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015). Existe um tempo para as atividades que não é mais associado às estações. Além disso, a participação de crianças já não pode mais ser realizada. Assim, o agricultor que antes tinha o controle das atividades realizadas pela família tem novas interferências.

2.2 VILAS RURAIS E SUAS DENOMINAÇÕES.

Meu objetivo neste item é refletir sobre os núcleos de povoamentos rurais, lugares onde se evidenciam as iniciativas de trabalho. Os autores estudam os núcleos de povoamentos rurais abrigados sob uma grande diversidade de denominações, variando de acordo com as regiões, referencial teórico-metodológico e momento histórico. Apesar da grande diversidade de terminologias, os estudos têm objetivos afins, qual seja caracterizar e entender o espaço de vida comunitária rural. O tema tem sido estudado na região Amazônica por autores como: Wagley (1988); Menezes (2002); Hebette (2002) e Silva (2005) entre outros.

É interessante observar a diversidade de denominações utilizadas pelos autores. Alguns denominam de vilas no estado do Pará (SILVA, 2011; GUEDES; CORDOVIL, 2014). Outros utilizam denominações como bairros rurais (QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 1987), referindo-se ao interior do Estado de São Paulo. Na geografia é comum se utilizar o termo lugar, sinônimo de significados construídos pela experiência vivida pelo indivíduo (TUAN, 1995 apud MELO, 2010).

Em estudo clássico sobre o tema, Candido (1987) estudou os bairros rurais paulistas observando nestes seus meios de vida e os aspectos da cultura caipira, procurando determinar quais as unidades mínimas de vida econômica e social deste ambiente rural. Candido (1987) caracteriza o bairro rural principalmente pelo sentimento de localidade entre seus moradores, no qual este sentimento é responsável por definir as extensões do bairro. Os bairros rurais, para o autor, são estruturas de sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculados pelo sentimento de localidade e pela convivência.

Candido (1987) ressalta que o surgimento do bairro rural pode estar ligado à origem familiar, destacando a iniciativa de ocupantes ligados entre si por laços de parentesco que deram início à exploração de determinada área e iniciaram o seu povoamento. Esse autor assinala que a base territorial do bairro rural associava-se ao vínculo da solidariedade de parentesco, de modo a fortalecer a unidade do bairro e desenvolver a sua consciência própria. “(...) E o aparecimento de novos bairros era, não raro, devido à subdivisão da propriedade, numa paragem sobrecarregada de herdeiros (...)” (CANDIDO, 1987, p. 55). O mesmo autor também afirma que um bairro poderia definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua.

Além dos trabalhos de ajuda mútua, os trabalhos realizados pela família, segundo Candido (1987), eram pautados pela agricultura de subsistência (p.117). A extensão da área cultivada e o êxito do trabalho dependiam do número de braços com que cada família podia contar. Desta forma, o autor destaca a importância econômica da família numerosa e a participação de homens e mulheres, havendo, entretanto, certa divisão sexual (p.126). As mulheres eram elencadas para trabalhar nos roçados fáceis, podendo manusear diversos instrumentos, sendo, porém, o arado privativo ao homem.

A partir da mesma denominação que Candido (1987), Queiroz (1973), em seu estudo também realizado na zona rural paulista, identificou como funcionava a sociedade rural e como esses bairros rurais se organizavam e se estruturavam. A autora estudou também como estes se relacionavam com seus municípios e com a região em que estavam localizados e como o desenvolvimento dos municípios podia influenciá-los.

Queiroz (1973) identifica os bairros rurais como “habitats” dispersos centralizados por pequenos núcleos de habitações geralmente em torno de uma capela e pelos vínculos sociais que unem seus membros. Segundo ela, os bairros rurais também podem ser aquele cujos membros, estando à frente de empreendimentos rurais de que guardam responsabilidade (mesmo quando não conservam a totalidade da colheita), desenvolvem entre si relações de trabalho expressas na ajuda mútua e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível social igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade (p. 45).

De acordo com Queiroz (1973), os bairros podem se diferenciar de acordo com as atividades realizadas, existindo aqueles formados de camponeses, onde as atividades estão relacionadas ao cultivo de subsistência, complementada por uma atividade subsidiária que aumenta os recursos da família, e aqueles formados de agricultores pecuaristas, onde o trabalho desenvolvido é baseado prioritariamente na produção para comercialização, mas conservando atividades de subsistência (p. 123). Assim, a autora define esses dois critérios econômicos das famílias dentro dos bairros rurais.

Enquanto Queiroz (1973) enfatiza a estrutura, organização e dinâmica social, Candido (1987) procura uma visão que abranja todos os aspectos da cultura caipira. No entanto, os autores ressaltam que os bairros rurais são núcleos de habitações de limites geralmente imprecisos, definidos em função dos fortes vínculos sociais criados entre seus moradores, por meio de relações de vizinhança, de solidariedade e de ajuda mútua.

Os autores observam que os bairros rurais podem ter suas tradições, formas de ajuda mútua e outros tipos de organização social abalados após a introdução de grandes fazendas

monocultoras neste ambiente rural ou em seus arredores. Em ambos os casos, os autores investiram na compreensão do funcionamento dos povoamentos.

Utilizando a denominação de Queiroz (1973) e Candido (1987), Moreira e Hespanhol (2007) analisaram na região paulista que o bairro rural é uma unidade espacial de limites imprecisos, caracterizados pelo sentimento de localidade dos seus moradores. Destacando essa mesma imprecisão de limites, Heredia (1979), em seu estudo sobre o trabalho no meio rural no Nordeste Brasileiro, analisa que a área em que os pequenos produtores identificam como sendo seu bairro geralmente não corresponde, quanto aos seus limites, àquela definida pela prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O bairro, segundo a classificação dos moradores, é formado por diferentes seções, cada uma das quais registradas sob uma denominação diferente. Outros autores também utilizam a delimitação utilizada pelos próprios habitantes da localidade para definir a área do bairro. Sob o prisma da geografia, Tuan (1995 apud MELO, 2010) denomina de “lugar” este espaço e o define como sendo principalmente um produto da experiência humana, ou seja, significa muito mais do que o sentido geográfico de localização. Para o autor, o lugar é um centro de significados construído pela experiência vivida pelo indivíduo.

Dessa forma, o lugar traz muito mais que o sentido de fronteiras para determinar um local, traz consigo o sentimento de localidade. Nesse mesmo segmento, Melo (2010), em seu estudo sobre o lugar e a comunidade, relata que o homem valoriza esse espaço, pois agrega a ele forte afetividade e não importam as extensões territoriais do fragmento, muito menos se é um objeto ou uma unidade política que determina como lugar. O que importa é que com este pedaço do espaço têm-se vivências e experiências. Assim, para se conhecer o lugar é necessário entender elementos como a experiência vivida, a ligação emocional com o lugar e os símbolos que o cercam.

A partir da denominação de comunidade, Wagley (1988) analisou a organização social, seus modos de vida, a espacialização das moradias e suas festas, e relatou que existe nesses ambientes relações humanas de indivíduo para indivíduo, e, nelas, todos os dias as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. “É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupando-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas” (WAGLEY, 1988, p.44).

Wagley (1988), em relação ao trabalho, ressalta o trabalho coletivo, sendo este uma forma de distrair os vizinhos e parentes na limpeza da roça no começo do verão. Nesse trabalho cooperativo, é muito comum a pessoa beneficiada oferecer o almoço e as bebidas, e

em geral ocorrem as danças depois de terminado o trabalho, transformando a labuta em divertimento.

A cultura de uma região ou de uma nação moderna possui uma organização muito maior do que a simples soma das comunidades que a integram. Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos em sua organização do que parecem quando observados em uma comunidade (WAGLEY, 1988, p. 43).

Reis (2005), em estudo também na região Amazônica e usando o termo “comunidade”, analisa uma área de reserva de desenvolvimento sustentável e caracteriza as comunidades pertencentes a esta reserva como núcleos domiciliares de parentelas, que compartilham um espaço comum de moradia e desfrutam de áreas de pescas, coleta e territórios próximos. A denominação “comunidade”, para Reis (2005) e Sabourin (2009), tem suas origens em influências da igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base², que eram encabeçados por missionários católicos. Nos núcleos de povoados onde a igreja católica se faz fortemente presente, os moradores adotam a denominação “comunidade” para definir esse espaço de convivência.

Reis (2005) e Sabourin (2009) estudaram a comunidade a partir de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constitui. A minha interpretação é que essas características citadas pelos autores conformam a organização social.

Em estudo na região amazônica, Neves (2005) identifica que o termo “comunidade” adquire vários significados, se referindo como amplamente inclusivo, definindo-se pela mínima unidade territorial ou localidade, ressaltando um modelo idealizado de pertencimento e objetivos da vida comunitária. A autora analisa que a comunidade também é considerada como uma unidade político-administrativa porque serve como uma sede para o serviço público, como escolas, capela, campo de futebol, motor de luz, casa comunitária e sede de associações, aderindo dessa forma os serviços municipais e gestão de ações políticas.

²As comunidades de base eram apenas experiências incipientes, amadureceram e multiplicaram-se. Recomendava-se identificar as comunidades e a partir da realidade desta se iniciava um trabalho de evangelização, despertando e formando novos líderes das novas comunidades. (CNBB, 1982)

Assim, os núcleos de povoados rurais podem assumir essa dupla conotação, ora como uma unidade administrativa do governo municipal, ora como uma unidade de relações de vidas comunitárias, sendo este último sentido o que mais me interessa neste projeto.

Observando também características da vida comunitária, Silva (2005), em seu estudo sobre comunidades de várzea na Foz do Amazonas, relata que o termo “comunidade”, que pode ser substituído por “localidade”, é utilizado por todos na região e reconhecido pelo poder público local. Esse termo abrange características que são comuns nesses agrupamentos: a) poucos moradores que no geral são aparentados; b) um relativo isolamento entre as comunidades (muitas das vezes dentro da mesma localidade existe uma longa distância entre os domicílios); c) a presença da igreja católica na fundação e na organização dessas comunidades (p. 282).

No Nordeste Paraense, Nahum e Santos (2014) analisa que “as comunidades tradicionais rurais da Amazônia historicamente cultivam, criam, extraem e produzem seus alimentos, vendendo-os na beira, como popularmente se denomina a parte comercial da cidade que se localiza nas ruas próximas aos rios que banham as cidades da Amazônia paraense” (p. 66). Assim, observamos a diversidade de comunidades existentes em nossa região de estudo, variando daquelas presentes na beira de estradas até aquelas presentes nos rios amazônicos.

No estado do Pará, região de Marabá, Hébette, Alves e Miranda (2002), denominam esses espaços como sendo um povoado. O autor estuda a origem desse povoado, as relações de parentesco e de vizinhança. Para ele, existem dois tipos de povoados diferenciados, o povoado agrupado e o povoado rua. O povoado agrupado favorece os contatos cotidianos entre as famílias. Diferentes serviços – a escola, o templo, o campo de futebol, um pequeno comércio – multiplicam as ocasiões de encontro em diferentes níveis – econômico, religioso e cultural – e em diferentes idades.

As pessoas aí não se sentem isoladas. O povoado rua, ao contrário, favorece a dispersão das funções: escola e templo em qualquer lugar, comércio na encruzilhada das vicinais. A vizinhança dispersa em torno de um ponto central constitui-se em forma intermediária (p. 190).

Utilizando a denominação de “vilas rurais”, Silva (2011), em seu estudo, também realizado na região de Marabá, as compreende como um núcleo de povoamento adensado com características de áreas urbanizadas, situadas num ambiente predominantemente rural,

concentrando a oferta de bens e serviços, o que as tornam centro de estabelecimento de diversas formas de sociabilidade e poder.

Em estudo também no Pará, Guedes e Cordovil (2014) utilizam a denominação de “vilas rurais”, assim como Silva (2011). No entanto, aqueles analisam a organização espacial das vilas, retratando de uma forma histórica a formação e ocupação das mesmas nos municípios de São Miguel do Guamá e Soure. Analisando as vilas rurais, Guedes e Cordovil (2014) observaram:

A dimensão das vilas rurais da Amazônia Paraense, por meio das formas, percebemos que predomina a organização do trabalho familiar, o que permite a utilização de uma mão de obra sem a necessidade de algum tipo de formação técnica ou superior. Percebe-se também, pouca presença de tecnologia e conhecimento científico, no processo produtivo dos diferentes grupos que trabalham a terra ou extraem da natureza produtos (p.8).

Neste sentido, os autores mostram novos elementos em comparação aos demais, demonstrando que as vilas rurais são lugares de produção por excelência das relações camponesas, onde nem todas as propriedades que se encontram em seus limites o são. Cabe ressaltar que essas relações camponesas abrangem várias atividades produtivas, não só ligadas à agricultura ou à criação de animais, como também à pesca artesanal e a tantas outras formas de extrativismo (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002 apud MOREIRA; HÉBETTE, 2009).

É interessante observar que, quando falamos em núcleos de povoamentos rurais, a maioria dos autores estuda suas formas de organização, seja ela religiosa, política, estrutura residencial, econômica, social, formas de ajuda mútua, laços de parentesco e outras formas de organização que esses núcleos detêm para satisfazer certas necessidades coletivas.

Por isso, é interessante tentar descrever ao máximo os tipos de povoamentos rurais a partir de diversos autores, não tentando encaixar um único modelo de descrição para significar o todo, visto que existem nestes núcleos complexos sistemas sociais, nenhum sendo exatamente igual a qualquer outro. Diante da bibliografia revisada, utilizarei a denominação de “vilas rurais” para designar os povoamentos das áreas de estudo.

A denominação “vila rural” foi uma escolha feita por mim, baseada em alguns estudos feitos por clássicos da Sociologia nos anos 50, que cunharam o termo como uma escolha do autor e não como o modo que os moradores se referiam aos seus lugares. No decorrer das visitas, existiu a designação de “vilas”, “comunidades” ou “colônia”. “Comunidades” foi frequente, especialmente nos grupos com tradição de organização social em torno da igreja

católica. Entretanto, nos grupos de orientação evangélica, ou em localidades de grande porte, há a substituição do termo pela denominação “vilas”. Não é incomum utilizar a designação de “vilas” em estudos no Amazonas, a exemplo de Alencar (2010), e no Pará, Guerra (2015), Guedes e Cordovil (2014) e Silva (2011).

A partir das diferentes categorias abordadas pelos autores, adotarei a compreensão de que as vilas rurais são núcleos de habitação que comportam muito mais que uma localização geográfica e cujos moradores são unidos pelos laços de parentesco e sentimento de pertencimento à localidade. Geralmente se formam em torno de uma igreja, na qual reúnem seus membros por meio de celebrações das festas religiosas e que é também um espaço de vínculos de reciprocidade, sociabilidade e de trabalho que unem seus membros.

2.3 EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NOS ESPAÇOS RURAIS: QUAIS AS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO?

No momento em que se expandem pelo mundo grandes crises ambientais, decorrente das mudanças climáticas, uma produção sustentável, com utilização de recursos limpos e renováveis vem à tona nas discussões, destacando assim uma urgência de ações concretas por meio de novas alternativas para combater tais mudanças (LASCHEFSKI, 2010).

A exploração de petróleo nesse contexto passa a ser questionada, e as questões relacionadas aos problemas decorrentes do aquecimento global se acirram no cenário internacional. Assim, a esperança na produção dos biocombustíveis começa a surgir e originar novos ciclos econômicos na produção dos combustíveis limpos (HOMMA, 2012).

O Brasil ocupa uma posição de destaque nesse debate, por ser um dos pioneiros na produção dos agrocombustíveis, através do programa Próalcool em 1975 (Decreto 76.593 de Novembro de 1975), com os derivados da cana de açúcar. Nos últimos anos houve uma retomada de programas e a formulação de novas políticas públicas para estimular a produção dos agrocombustíveis, refletindo na expansão acelerada de cultivos de plantas propícias para este fim (LASCHEFSKI, 2010).

Em tese surgem alternativas, dentre elas a produção do dendê no Brasil. Os argumentos indicam ser uma atividade produtiva e econômica, além disso, a cultura teria condições de ser plantada em áreas consideradas degradadas, promovendo a uma possível recuperação destas, através do recobrimento vegetal na fase adulta, e do consórcio da palmeira com outras espécies de valor econômico na fase jovem. Além disso, discutem-se as

características consideradas sociais ao gerar trabalho tanto na fase inicial de plantio quanto no decorrer do seu período produtivo.

A região Norte do Brasil, segundo o Zoneamento agroecológico do dendezeiro (ZAED) produzido pela Embrapa (2010), seria a região mais propícia para a produção de dendê, destacando-se nessa região o Estado do Pará, por apresentar maior área adequada para esse cultivo, em particular a região do Nordeste Paraense, apresentando 44 municípios e algo em torno de 5,5 milhões de hectares apropriados ao plantio (MULLER et al. 2006 apud SAMPAIO, 2014).

Conforme Cruz (2006), a implantação do monocultivo de dendê na Amazônia em escala agroindustrial está associada direta e indiretamente ao papel desempenhado pelo Estado, que via nessa cultura uma opção de desenvolvimento econômico e social para a região amazônica, criando incentivos para o plantio que fomentem a produção dos agrocombustíveis e a entrada de empresas nesse setor, contribuindo assim para que a dendeicultura adentrasse cada vez mais em solos amazônicos.

O grande incentivo à cultura da palma de óleo no Estado do Pará tem sua expansão entre os anos de 2004 e 2010, pautada em dois principais programas brasileiros, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), criado em 2004, e o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PSOP), criado em 2010.

O PNPB é um programa interministerial do governo federal, cujo objetivo é implementar de forma sustentável, tanto técnica quanto economicamente, a produção e o uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, através do uso de fontes oleaginosas diversas, segundo as potencialidades regionais (MME, 2005 apud NASCHE, 2012).

O PSOP, em tese, foi criado para disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil, ofertar instrumentos e garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis, preservando florestas e a vegetação nativa, e expandindo a produção integrada com a agricultura familiar (SAMPAIO, 2014).

A produção integrada é conhecida há algum tempo no setor agropecuário, principalmente, com a avicultura e suinocultura no sul do Brasil, esse sistema de produção é realizado em parceria, firmada através de contrato, entre uma indústria e o agricultor, assegurando uma parte da matéria-prima necessitada pelas indústrias (AQUINO, 2013).

Segundo Aquino (2013), a integração promove a exclusividade de garantia de compra da produção de determinados agricultores por parte da empresa. Na maioria dos casos este compromisso é estabelecido por meio de contratos entre indústrias e agricultores. A indústria

interfere após a integração diretamente na produção dos agricultores, por meio de fornecimento de insumos, equipamentos e assistência técnica. Existe também a interpretação de que a integração entre as partes gera uma situação de subordinação, capaz de ditar o ritmo, organização e ordem das atividades produtivas no campo. (PIÑEIRO; LLOVET, 1985 apud AQUINO, 2013) Na dendeicultura, a produção através da integração é iniciada em 2002 no município de Moju (BASA 2012).

Segundo Homma (2012), o lançamento do PSOP no Brasil pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) no município de Tomé Açu trouxe mais um desafio importante à produção agroenergética brasileira, iniciando-se uma era desafiadora para a agricultura brasileira. A partir de tais programas, configuraram-se novas territorialidades e tecnologias de produção e processamento do produto, assim como novas dinâmicas econômicas e ecológicas na Amazônia, em especial no estado do Pará, maior produtor da palma de óleo do país (HOMMA, 2012).

A partir de então verificamos um aumento no número de empresas produtoras de dendê na região, destacando-se empresas como a BIOPALMA (Abaetetuba, Acará, Baião, Aurora do Pará, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Moju, São Domingos do Capim, Barcarena, Tailândia, Tomé Açu); a Archer Daniels Midland- ADM (Irituia, São Miguel do Guamá, São Domingos do Capim), Marborges Agroindústria S/A (Moju, Garrafão do Norte), BBB (Tailândia) e a AGROPALMA (Moju, Tailândia), que é uma das mais antigas na região (REPORTER BRASIL, 2013).

Porém, existe o interesse das empresas produtoras de dendê em conseguir os subsídios do governo e novas áreas para a dendeicultura através dos contratos de parceria entre empresas e agricultores familiares, minimizando os riscos das empresas e promovendo o que o PNPB chama de inclusão social. Como resultado, seria fornecido às empresas uma certificação, o chamado Selo Combustível Social (SCS). De posse dessa certificação, as empresas podem dispor dos benefícios fiscais e tributários do Estado, bem como de acesso a mercados mais exigentes com questões sócio-trabalhistas e socioambientais (SAMPAIO, 2014).

O Nordeste Paraense é uma das áreas onde se encontra a maior concentração de empresas com plantação de dendê em terras próprias, arrendadas ou em projetos de parceria com o agricultor familiar. O financiamento da dendeicultura no estado do Pará para agricultores familiares está concentrado em áreas específicas do estado, destacando-se os municípios de São Domingos do Capim, com 27,79%, e Tomé Açu, com 23,92% dos contratos realizados no estado do Pará (BASA, 2012)

Segundo os dados da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma-ABRAPALMA (2014), o estado do Pará possui uma área com plantio de dendê estimado em 178.073 hectares, enquanto os dados do IBGE apontam para somente 58.795 hectares. A ABRAPALMA (2014), destaca também que o número de agricultores integrados é 1.124, com uma área plantada de 30.461 hectares. A grande maioria dessa produção é destinada à indústria alimentícia, e uma pequena parte, à produção dos agrocombustíveis.

Em contraste, com relação aos seus aspectos ambientais e edafoclimáticos, a dendeicultura é vista como uma cultura exótica em relação ao bioma amazônico, com baixo potencial de vinculação e manutenção da diversidade produtiva em sua lavoura, e alto consumo de água, o que põe em cheque sua “fama” de cultura sustentável (SAMPAIO, 2014).

Ressaltando outros problemas, Nahum e Malcher (2012) afirmam que a expansão dos agrocombustíveis na Amazônia gera um forte impacto socioambiental, pois insere novos sujeitos sociais e conseqüentemente novas formas de pensar e agir sobre o território. Ademais, constatei no pré-campo que as vilas rurais, apesar de estarem nos arredores da dendeicultura e próximas às empresas produtoras de dendê, oferecem pouca qualidade de vida para seus moradores. Segundo os moradores das vilas, a venda de terras, saída de antigos e entrada de novos moradores ocasionados pela oferta de empregos nas empresas de dendê têm gerado conflitos.

Laschefski (2010) aponta que existe quem defenda as monoculturas para os agrocombustíveis. Estes alegam que o retorno econômico beneficiará também a população local, seja por meio da criação de empregos nas plantações e nas indústrias, seja através da inclusão de pequenos produtores no setor, por programas de fomento. No entanto, segundo Nahum e Santos (2014), a expansão da dendeicultura traz grandes conseqüências negativas para a comunidade rural, em decorrência da concentração de terras pelas empresas da dendeicultura, ameaça à segurança alimentar e o risco de contaminação das fontes de água.

Laschefski (2010) aponta que algumas pesquisas mostram que já são visíveis as conseqüências sociais e ambientais da expansão de tais alternativas, denominadas de agrocombustíveis pelos críticos. Nesse dilema de alternativa ao petróleo, Alvater (2007 apud LASCHEFSKI, 2010) afirma o risco dos cultivos para a produção dos biocombustíveis e estes entrarem em competição, através das culturas que servem como matéria-prima para produção de etanol ou biodiesel, com áreas necessárias para a produção de alimentos básicos.

Castro (2012) acredita que a ampliação da produção dos combustíveis renováveis, na qual se insere a dendeicultura, reedita os modelos de projetos desenvolvimentistas, que orientou a expansão da fronteira amazônica a partir dos anos 70 do século XX e provocou

conflitos socioterritoriais que envolveram diferentes atores locais e intensificaram a exploração de recursos naturais e o desmatamento (p. 46).

Comungando com esta ideia Laschefski (2010) analisa que esses projetos são novas formas de imperialismo que, no contexto dos agrocombustíveis, se apresentam como meios de conquistar territórios de comunidades rurais, tradicionais ou indígenas que ainda não foram dominadas pelo sistema urbano-industrial-capitalista, como uma forma de integração de sociedades não industrializadas ao mercado mundial.

A dendeicultura é apontada por muitos como uma alternativa aos combustíveis fósseis. Porém, como proposta de desenvolvimento tem controvérsias, pois ao mesmo tempo em que gera renda e trabalho para a população das vilas rurais, ela também compete pela utilização da mão de obra das outras atividades agrícolas. Assim, o trabalho desenvolvido nas vilas rurais vai ser afetado pelo “desenvolvimento” oferecido pela dendeicultura, principalmente o trabalho das famílias agricultoras que possuem membros integrados ou assalariados à mesma.

O estudo da dendeicultura na região é importante para problematizar como essa cultura se expandiu rapidamente e trouxe consequências importantes em relação à segurança alimentar (REBELLO, 2012), à contaminação de rios e igarapés (NAHUM; SANTOS, 2014) e ao trabalho desenvolvido pelas famílias nos seus estabelecimentos e nas vilas rurais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste o objetivo é apresentar os passos metodológicos trilhados para a obtenção de dados relevantes e assim conseguir analisar como a organização do trabalho nas vilas rurais está sendo influenciada pela dendeicultura. Apresento o caminho percorrido durante a pesquisa para o desenvolvimento desta dissertação. Além da delimitação do universo estudado, identifiquei os principais aspectos históricos, econômicos e sociais das vilas rurais no Nordeste Paraense, do município de Tomé Açu, onde se encontra a vila Água Azul foco de minha investigação no estudo de caso.

3.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo são vilas rurais pertencentes a municípios que se localizam predominantemente no Nordeste Paraense. Segundo a caracterização do IBGE, a mesorregião do Nordeste Paraense é formada por cinco microrregiões: Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé Açu, totalizando 49 municípios. Ocupa uma superfície correspondente a 10,6% da área do Estado do Pará (135.000 km²) e um contingente populacional de 1.789.556 habitantes, equivalente a 23,58% da população paraense (REBELLO, 2012).

Historicamente, o crescimento da população do Nordeste Paraense resultou da migração de nordestinos e estrangeiros induzida pelo processo de colonização ao longo da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no século XIX, pelo incentivo à extração de látex e pela seca no nordeste brasileiro. A consequência desse crescimento populacional foi o desenvolvimento de várias cidades, da rede rodoviária e dos diversos tipos de produção agrícolas, o que levou à sua intensa antropização (REBELLO, 2012).

O Nordeste Paraense vivenciou vários ciclos econômicos, que segundo Rebello (2012) vão do carvão até, recentemente, o óleo de palma.

Para a realização desta pesquisa foram visitadas 341 vilas em caráter exploratório em 21 municípios durante os anos de 2014 e 2015 através do projeto AFINs. As vilas rurais possuem uma infraestrutura básica, ruas não pavimentadas, casas de madeiras e alvenaria, uma escola, uma ou duas igrejas e sempre um campo de futebol, e os moradores das vilas possuem sentimento de pertencimento a essa localidade.

Dentre as 341 vilas visitadas, a vila de Água Azul foi elencada para a realização de um estudo de caso, sendo esta localizada no município de Tomé Açu, Nordeste Paraense. Esse município faz parte da microrregião de Tomé Açu, que é composta por mais quatro

municípios: Moju, Acará, Tailândia e Concórdia do Pará, e está localizado a 02° 25' 00" de latitude Sul e 48° 09' 09" de longitude a Oeste de Greenwich (IDESP, 2014).

Segundo Violeta Loureiro (2002), em 1926 um grupo de japoneses se dirigiu ao Pará com a missão de localizar áreas nas quais pudessem ser instaladas colônias agrícolas e, a partir delas, dinamizar a economia, através do desenvolvimento de culturas, assim como de práticas modernas de cultivo. O resultado do trabalho levou à identificação de áreas no estado do Amazonas (Manacapuru) e no estado do Pará (Santarém e Tomé Açu).

No estado do Pará, especificamente nas terras onde hoje está localizado o município de Tomé Açu, foi identificada uma área de 600.000 ha para a qual chegaram os primeiros colonos japoneses, distribuídos em 43 famílias, num total de 189 pessoas, em 1929. Essas famílias acabaram se instalando no lugar, amparadas por certo volume de capital, assim como por uma tradição milenar na agricultura (IDESP, 2014).

O território do atual município de Tomé Açu está situado na zona fisiográfica Guajarina, limitando-se ao Norte com os municípios de Acará e Concórdia do Pará, ao Leste com os municípios de São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará, ao Sul com o município de Ipixuna do Pará, e a Oeste com os municípios de Tailândia e Acará. Esse município possui uma área total de 5.145,361 km² e uma população estimada em 59.112 habitantes, com uma densidade demográfica de 10.98 hab./km² (IDESP, 2014).

As origens do município de Tomé Açu estão relacionadas com a história do município de Acará. Originalmente, Tomé Açu constituiu um povoado e, mais tarde, transformou-se em distrito deste município, até ser declarada sua emancipação em 1959 (Lei nº 1.725/1959).

A formação da população, cultura e economia inicialmente agrícola de Tomé Açu foi influenciada significativamente pelos imigrantes japoneses e posteriormente por seu cooperativismo, com a fundação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu (CAMTA) (1949). Posteriormente, outros colonos egressos de municípios da própria região, nordestinos e outros oriundos das regiões Sul e Sudeste do país, também fizeram parte da formação do município (SAMPAIO, 2014). No entanto, os migrantes de outras regiões do país estavam mais interessados na extração das madeiras e na facilidade de obter terras.

A agricultura em Tomé Açu é atividade importante, destacando-se no cenário atual por ser um dos principais municípios paraenses na lavoura perene com a produção das frutíferas como: cacau (*Theobroma cacao*L.); cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*); abacaxi (*Ananas comosus*), taperebá (*Spondias mombin*); acerola (*Malpighia glabra*), entre outras nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), e na produção da pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), como uma das principais fontes de renda da agricultura local.

Nesse contexto, a escolha da vila rural Água Azul, no município de Tomé Açu, para a realização do estudo de caso atendeu a alguns critérios: i) número significativo de agricultores integrados à dendeicultura que já estivessem produzindo o fruto; ii) moradores assalariados nas agroindústrias de dendê; e iii) indícios de produção agrícola familiar. Ademais, Água Azul é uma das vilas próximas às agroindústrias de dendê, Agropalma e Biopalma, e está localizada em um dos municípios de maior tradição agrícola do Pará.

Distante 30 km de Tomé Açu, Água Azul está localizada a S02°30'22.9" e W048°27'39.9" na PA 256, que liga os municípios de Tomé Açu à Tailândia. As vilas mais próximas são Santo Expedito, mais conhecida como Poeirão, Nova Olinda, Santa Rosa e Sempre Alegre.

A vila é formada por famílias oriundas principalmente do nordeste brasileiro, Maranhão, Ceara e Alagoas. As primeiras famílias a chegarem à vila foram as cearenses na década de 60 e, posteriormente, os maranhenses e alagoanos nas demais décadas. Hoje já são estimadas 150 famílias distribuídas em aproximadamente 130 casas.

A principal atividade econômica da vila está baseada na agricultura, principalmente a pimenta-do-reino, frutíferas, como o cupuaçu e o cacau, e no assalariamento nas empresas da dendeicultura.

3.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para buscar responder à minha pergunta de pesquisa, foi necessário realizar uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo. Essas abordagens, segundo Günther (2006), se complementam, ou seja, não se deve escolher entre um método ou outro, mas utilizar o que melhor se enquadre na linha de pesquisa em questão.

Segundo Brumer (2008), na abordagem quantitativa o instrumento mais comumente utilizado é o questionário padronizado, com respostas pré-codificadas, podendo também ser utilizados dados estatísticos secundários, de procedência diversa. Os dados quantitativos foram essenciais para caracterizar a organização do trabalho e das vilas rurais, tendo sido levantados por meio de entrevistas com aplicação dos questionários e das minhas observações.

Na abordagem qualitativa, segundo a mesma autora, estuda-se em extensão as qualidades de um fenômeno. Essa abordagem utiliza entrevistas e observações, mas sua característica recorrente é sua menor rigidez, em comparação com o questionário

padronizado, pois permite ao informante maior liberdade de manifestação e, ao pesquisador, identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana. Permite somente generalizações específicas e concretas (BRUMER, 2008, p.137). Os dados qualitativos foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, observações diretas e entrevistas não-diretivas, conforme orienta Michelat (1987), para o levantamento de dados sobre a formação da vila Água Azul.

Orientei-me também, no que descreve Velho (1978), quanto à necessidade de manter certa distância do objeto de estudo, para garantir uma investigação mais profunda da realidade, tornando o familiar estranho, e o estranho, familiar, destacando a importância do tempo e da convivência, tempo este essencial para uma melhor interpretação dos dados e para poder identificar aspectos menos explícitos.

3.2.1 Etapas da pesquisa

O trabalho de pesquisa foi realizado em cinco etapas: i) revisão de literatura e levantamento de dados secundários; ii) pré-campo; iii) pesquisa de campo; iv) sistematização, tratamento e interpretação dos dados; e v) escrita da dissertação.

A primeira etapa exigiu a revisão e o levantamento de dados secundários de diversas fontes como: consultas em *sites* do governo, revistas e jornais, bem como uma ampla revisão de literatura relacionada à área de estudo e à questão teórica que envolve o problema pesquisado.

Para isso, foram mobilizadas literaturas-chave sobre o objeto de pesquisa, a exemplo dos trabalhos de Queiroz (1973), Wagley (1988) e Candido (1987) sobre o tema das vilas rurais; e dos de Laschefski (2010), Rebello (2012), Nahum (2012; 2014) e Homma (2012), abordando a expansão dos agrocombustíveis. O referencial sobre a organização do trabalho está baseado em autores como Brumer (1993), Gracia. Jr (1983), Lamarche (1998), Witkoski (2007), e, no que diz respeito especificamente à organização do trabalho na dendeicultura, em Rebello (2012), Sampaio (2015), Vieira (2015) e Sousa (2015).

Na segunda etapa, realizei o meu pré-campo e utilizei em prioridade os dados quantitativos. Porém, os dados qualitativos sempre estão presentes nas observações sobre as vilas rurais. Recorri a um estudo exploratório, buscando assim uma “aproximação da realidade social” (BRUMER, 2008), através da interação com alguns atores envolvidos.

O pré-campo foi de reconhecimento de alguns municípios ligados à dendeicultura – Acará, Abaetetuba, Concórdia do Pará, Tomé Açu, Mãe do rio, Irituia, São Miguel do Guamá, Santa Maria do Pará, Bonito e Igarapé Açu – durante os dias 05 a 08 de Agosto de 2014.

O objetivo do pré-campo foi coletar informações que pudessem ajudar na construção de laços com agentes conhecedores da região e das vilas rurais. Dessa forma, foram realizadas inicialmente conversas com representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, e do Sindicato de Assalariados e Assalariadas Rurais – SAAR desses municípios, através dos quais foram obtidos dados relevantes sobre as vilas existentes nesses municípios e sobre a expansão da dendeicultura na região.

Em sua grande maioria, os entrevistados já relatavam as transformações observadas, como a venda de grande quantidade de estabelecimentos dos moradores das vilas, a contaminação de lagos e igarapés, e a diminuição de laços sociais como a “pelada” do final da tarde, já que não existe mais tempo para o jogo, porque a maioria dos homens estão trabalhando nas empresas da dendeicultura.

A terceira etapa da pesquisa foi dividida entre o levantamento nas vilas rurais e o estudo de caso. Na primeira parte foi realizado um levantamento tipo “*survey*”. Segundo Queiroz (1979), toda pesquisa sobre bairros rurais deve começar com esse reconhecimento, a fim de ajuizar o seu significado e a posição em seu interior das unidades que se pretende estudar.

A pesquisa sobre vilas rurais foi realizada pelo grupo de pesquisa do projeto AFInS, que inicialmente foi formado por 3 grupos, cada um em um carro, que seguiam para a pesquisa em diferentes municípios do Nordeste Paraense, com o intuito de visitar as vilas rurais em cujo entorno cultivava-se dendê.

Nessa fase, as vilas foram caracterizadas de forma rápida e objetiva, com a aplicação de questionários, com pessoas que conheciam a história da vila e que detinham informações relevantes sobre a mesma. Foram realizados cinco campos para a caracterização das vilas rurais que estão detalhados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Cronograma com as datas de viagens dos campos para o levantamento de dados das vilas no Nordeste Paraense, 2014 e 2015

Data das viagens	Objetivos
5 a 10 de Outubro de 2014	Levantamento de dados das vilas
10 a 15 de Dezembro de 2014	
03 06 de Março de 2015	
09 a 12 de Março de 2015	
07 a 12 de Dezembro de 2015	

Fonte: AFInS, 2015.

As equipes do projeto se deslocavam de município a município, e após o retorno era realizada a socialização dos dados e das impressões que cada um obteve sobre as vilas visitadas.

Foram visitadas 341 vilas rurais em mais de um ano de pesquisa, onde identificamos o ano de fundação, primeiro morador e sua origem, número de moradores, tipos e número de casas, igrejas, organização social, número de estabelecimentos comerciais, ruas, lazer, escolas, unidades de saúde, fonte de renda etc. Esses dados foram fundamentais para a caracterização da morfologia das vilas e a organização do trabalho nestas, e foram utilizados para a elaboração do quarto capítulo desta dissertação.

Abaixo se encontra o quadro com os municípios visitados, a quantidade de vilas rurais existentes e o número de vilas rurais onde foi realizada a pesquisa

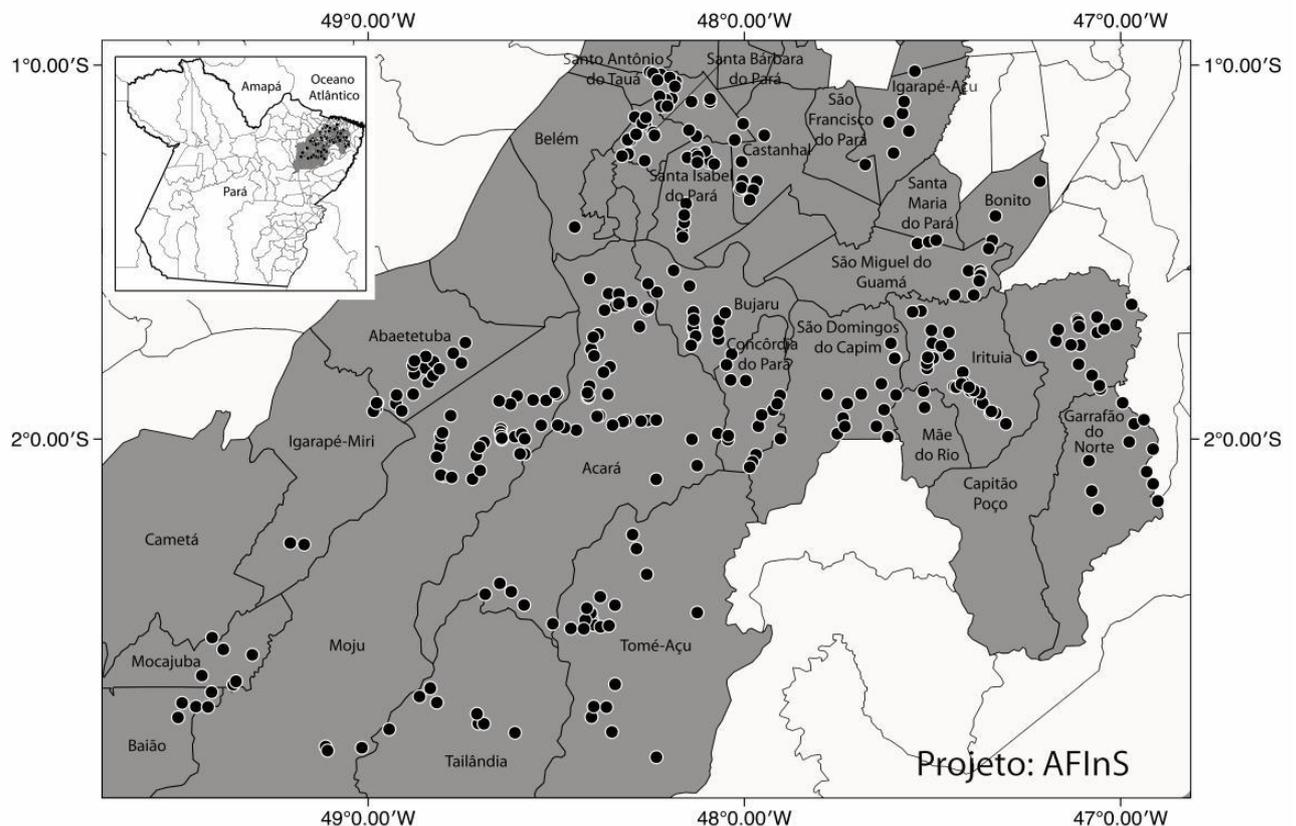
Quadro 2 - Número de vilas por município e número de vilas visitadas no Nordeste Paraense

Nº	Municípios	Nº de vilas/Município	Nº de vilas visitadas
1	Abaetetuba	107	20
2	Acará	200	42
3	Bonito	18	4
4	Bujaru	58	15
5	Capitão Poço	112	18
6	Castanhal	43	11
7	Concórdia do Pará	52	16
8	Igarapé-Açu	41	7
9	Igarapé-Miri	68	7
10	Irituia	143	29
11	Mãe do Rio	18	5
12	Mocajuba	40	10
13	Moju	235	44
14	Santa Bárbara	20	13
15	Santa Izabel	68	13
16	Santo Antonio do Tauá	73	18
17	São Domingos do Capim	80	12
18	São Miguel do Guamá	68	9
19	Tailândia	27	11
20	Tomé Açu	70	22
21	Garrafão do Norte	44	13

Fonte: Projeto AFInS, 2015

Abaixo encontra-se o mapa 1 com a localização das vilas rurais visitadas e sua principal atividade.

Mapa 1- Localização das vilas rurais visitadas no Nordeste Paraense



Fonte: Projeto AFInS, 2015

O estudo de caso aconteceu na vila rural Água Azul. Segundo Becker (1994), o estudo de caso é importante, pois, realiza uma análise detalhada de um caso individual, ou seja, a partir da exploração intensa de um único caso, com o intuito de compreender de uma forma abrangente todo esse grupo estudado. Foi realizado em duas fases. Na primeira, o objetivo foi realizar os contatos iniciais com os moradores da vila, observar o cotidiano, construir o histórico e identificar a forma de organização social da vila. Na segunda, priorizei a organização do trabalho das famílias, no passado e no presente.

A primeira fase do campo ocorreu do dia 27 de abril a 7 de maio de 2015, etapa em que eu estava mais apreensiva, pelo fato de estar retornando sozinha à vila e pelo pouco ou nenhum conhecimento com as pessoas que ali viviam.

Cheguei a Tomé Açu no dia 26 de abril e somente no dia 27 segui para a vila Água Azul, distante 30 km da sede do município. O ônibus saiu às 11h30min de Quatro Bocas e passou por várias vilas antes de chegar, devido às péssimas condições da estrada, cheguei na vila por volta das 15h, instalei-me na casa da agente comunitária de saúde da vila e logo fui tentando fazer amizades com suas filhas, que eram, em sua maioria, da minha idade. Fui

muito bem recebida por todos da família, que me acolheu como se eu lhe fosse um membro, chegando a alguns momentos a me apresentarem aos demais moradores da vila como sua filha mais velha.

Nessa etapa realizei a coleta de dados por meio de entrevistas gravadas com moradores diferentes, quais sejam:

- Pessoas idosas e antigos moradores: considero esse grupo de grande interesse, visto que são pessoas que moram há mais tempo nas vilas, e suas experiências serão de suma importância para “retratar” a história e a trajetória que as vilas estão percorrendo depois que a dendeicultura se instalou na região.
- Líderes comunitários: são pessoas que estão mais próximas da realidade vivida pelas vilas rurais. Estes detêm uma visão mais política das mudanças ocorridas, principalmente das mudanças referentes à organização social das vilas.
- Moradores em geral: considerarei, nesse campo, os comerciantes das vilas rurais, os que vivem e trabalham na vila ou fora dela, os agentes comunitários de saúde que atuam diretamente nas vilas e conhecem o número de pessoas que existem nestas – e que serão de grande importância para relatar sua visão sobre as mudanças ocorridas nesse espaço –, e os jovens que ajudam na identificação das formas de lazer presente na vila.
- Membros de famílias com contratos de integração à dendeicultura.
- Membros de famílias com assalariados vinculados à dendeicultura.
- Membros de famílias sem relação direta com a dendeicultura.

As entrevistas não diretivas foram realizadas com os moradores mais antigos. Segundo Michelat (1987), as entrevistas não diretivas são aquelas em que o entrevistador não formula perguntas, apenas sugere um tema geral em estudo, não dirigindo o entrevistado, apenas guiando-lhe. Ou seja, eu sugeria apenas tópicos, e os entrevistados ficavam à vontade para relatarem as suas experiências. Somente quando algo me intrigava é que esses eram questionados.

As entrevistas não diretivas foram essenciais para a construção do histórico da vila, no qual a memória da população, principalmente das mais antigas foi reescrita. Dessa forma, organizei diversas vozes, através dessas entrevistas, com o objetivo de construir uma narrativa passada, desde a posse da terra até a formação da vila, da maneira como as pessoas da vila interpretam sua história passada e presente, alinhando essas memórias.

Realizei também a observação direta, com o objetivo de coletar informações, através de reuniões de associações, cerimônias religiosas, festas ou momentos de lazer, movimentos de ajuda mútua, o cotidiano dos moradores, entre outros momentos da vila. Essa técnica de coleta de dados é importante, pois, permite que seja observado como as pessoas interagem umas com as outras, o conteúdo e a forma dessa interação (BECKER, 1994). Sempre com os sentidos de “olhar e o ouvir problematizado” (OLIVEIRA, 2000).

Foram entrevistados 21 moradores da vila, entre jovens, adultos e idosos, sobre a ocupação e formação da vila, origem das famílias, as formas de lazer dos jovens, a formação do novo bairro, relacionamento entre os antigos e novos moradores, violência e o trabalho das famílias ao chegarem à vila.

A segunda fase da pesquisa de campo aconteceu de 17 de junho a 2 de Julho de 2015, e teve como principal objetivo a caracterização da organização do trabalho através do levantamento de dados, em prioridade quantitativos, com entrevistas estruturadas e semiestruturadas e observação participante.

Nesse momento, o retorno à vila Água Azul foi bem diferente do primeiro, pois agora os moradores da vila já me conheciam e me recebiam melhor do que a primeira vez, apesar das dificuldades encontradas em conseguir famílias agricultoras que tivessem relação com a dendeicultura. Todos tinham o prazer de estar indicando outras famílias com quem pudesse estar conversando e até mesmo me levando até elas. Assim foi possível visitar 13 famílias que agrupei em três tipos:

Quadro 3- Os tipos de atividades segundo a ligação dos membros das famílias com a dendeicultura na vila Água Açu, Tomé Açu/PA, 2015.

Tipos de famílias segundo as atividades	Número de famílias
As que têm membros que optaram pela Integração	4
As que têm membros assalariados vinculados à dendeicultura	4
As que não têm relação com a dendeicultura	5
Total	13

Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

As entrevistas tiveram o objetivo de levantar dados sobre os tipos e a divisão do trabalho no passado e no presente, e continham questões relativas à identificação do entrevistado, composição e trajetória familiar, acesso à terra, os tipos de trabalho que a família

realizava no passado e no presente, os lugares de trabalho dos homens, mulheres e crianças, divisão do trabalho e iniciação para o trabalho.

Para direcionar o trabalho de campo e obter melhor aproveitamento do período da pesquisa na comunidade, optei em realizar uma ou duas entrevistas por dia. Dessa forma, tive a oportunidade de conhecer a casa das famílias, através de suas rotinas e de conversas informais com os demais membros (geralmente com as mulheres) sobre as histórias de como chegaram à vila, atividades no lote, trabalho dos filhos, dentre outras informações importantes para a pesquisa.

Durante 25 dias acompanhei de perto o dia-a-dia dessas pessoas que vivem na vila Água Azul, e através das observações e entrevistas tive a oportunidade de perceber a rotina de trabalho das famílias, os trabalhos realizados por seus membros e os locais de trabalho.

A quarta etapa da pesquisa foi o tratamento e interpretação dos dados coletados em campo, por meio de relatórios de pesquisas e análises estatísticas. Nessa fase de retorno do campo, adentrar no universo da interpretação requereu grande disponibilidade de tempo para transcrever gravações e fazer a releitura do diário de campo. Foi um período de escuta e de reflexão sobre as entrevistas realizadas (BEAUD; WEBER, 2007). Assim, os registros da observação direta, os dados dos questionários e as entrevistas gravadas foram analisados, lidos e relidos várias vezes, sempre em diálogo com a literatura.

Os dados das entrevistas foram analisados horizontal e verticalmente, interpretando o que cada entrevistado falava na sua totalidade e, posteriormente, analisando os dados de acordo com cada tema e constatando ocorrências (MICHELAT, 1987). Assim, fui construindo o texto.

Os dados quantitativos obtidos através dos questionários foram tratados com ajuda do Excel e Word, com o objetivo de elaborar gráficos e quadros, para uma melhor organização dos dados.

Metodologicamente, um desafio nesta etapa foi comparar os resultados de pesquisa da escala mesorregional com a escala local para constatar se as evidências verificadas no estudo exploratório coincidiam com aquelas oriundas do estudo de caso. Para tal fim, alguns temas foram definidos, quais sejam: diversificação das atividades agrícolas; relação entre os lugares de morada e o assalariamento nas empresas de dendê; principal fonte de assalariamento; importância de atividades agrícolas; relação da cobertura vegetal com a dendeicultura; demanda por mão de obra; adoção de práticas que diminuam o uso de mão de obra; e dependência do trabalho dos mais velhos e diaristas no estabelecimento agrícola.

A quinta e última etapa foi a redação da dissertação. Nesse momento da pesquisa, o escrever predomina. Na concepção de Oliveira (2000), o trabalho de pesquisa decorre da junção de atos cognitivos representados e a partir da forma de olhar, ouvir e escrever. Diz o autor que “O olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar” (OLIVEIRA, 2000, p.32).

Segundo o autor, após o período de observações, a escrita é um ato simultâneo ao de pensar que começa a ganhar forma, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização. Assim, através de todas as etapas elencadas, posso obter maior clareza e precisão a respeito do assunto estudado, das dimensões do meu objeto de pesquisa e dos aspectos teóricos e metodológicos, identificando obstáculos e soluções para superá-los (BRUMER, 2008).

4. TRABALHO NAS VILAS RURAIS PARAENSES

O meu objetivo neste capítulo é analisar a organização do trabalho nas vilas rurais segundo a relação de seus moradores com a dendeicultura. Para tal fim, elaborei duas tipologias. Uma sobre o modo como as vilas estão estruturadas, outra sobre as relações dos membros das vilas com a dendeicultura. Em ambas as tipologias, objetivo demonstrar as semelhanças e diferenças dos tipos. Entretanto, elas não guardam relação entre si, configurando-se com um recurso analítico.

4.1 FORMAÇÃO DAS VILAS PARAENSES

A ocupação da Amazônia, assim como a do Pará, nasceu sob grande disputa territorial, entre espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses. Os portugueses, com o objetivo de conquistar territórios, iniciaram uma demarcação de áreas por meio da criação de fortificações, como o forte do presépio em 1616. Ali iniciou a formação da cidade de Belém, aliadas à igreja e a política de domínio territorial. Dessa maneira, surgem várias formações de aldeamentos religiosos que tinham o objetivo de conquistar novas áreas através da captura, pacificação e catequese dos indígenas que ali habitavam. Algumas destas se transformaram em cidades ao longo dos rios, sobretudo em confluência com outros rios (GONÇALVES, 2005).

A Amazônia, até o início do século XX, esteve basicamente ligada à dinâmica do uso dos rios que, posteriormente, influenciou na localização de vilas rurais e cidades voltadas para os rios e igarapés. Nesse contexto, nasceram e se desenvolveram diversos povoados, incentivados principalmente pela entrada de escravos e migrantes nordestinos, nos diferentes ciclos econômicos, como a exploração das drogas dos sertões, ciclo da borracha e do garimpo (SANTOS, 1980).

Segundo Loureiro (2002), o homem natural da Amazônia tinha vivido séculos à beira dos rios e igarapés. As cidades, vilas, povoados e fazendas situavam-se às margens dos cursos d'água. Às vezes eram casas com uma única família, ou um grupo de duas ou três casas, com comércio e moradia que ficavam reunidas nas margens de rios.

Atualmente existem na Amazônia várias cidades que não ficam às margens de rios. Em geral são cidades novas, pois, até os anos 60, a população da região norte vivia predominantemente em pequenos povoados e vilarejos situados nas margens de rios, onde

desenvolvia suas atividades. Até esse período, não existiam tantas estradas que ligassem os estados da região norte ao resto do Brasil.

No Nordeste Paraense, segundo Gonçalves (2005), o processo de ocupação inicia-se na região da Guajarina, caracterizada pela dinâmica estabelecida nesse período entre “rio-várzea-floresta”, uma vez que até meados da década de 60, era por meio dos rios que essas populações se locomoviam. Segundo o autor, foi nesta sub-região que se formaram as primeiras vilas rurais desde o século XVIII até a primeira metade do século XX. Posteriormente, algumas delas originaram municípios na margem dos rios.

O Nordeste Paraense, região mais antiga de colonização do Pará, é marcada por uma mistura de povos indígenas, africanos e europeus, gerando o caboclo amazônico (ADAMS et al 2016). A abertura da estrada de ferro que ligava Belém a Bragança, no final do século XIX, foi fundamental para a colonização desses povos, assim como dos nordestinos fugidos da seca e ex-seringueiros (MEYER et al, 2013).

Segundo Meyer et al (2013), a região do Nordeste Paraense sofre outras alterações com a abertura de estradas, já no século XX, em 1950, com a abertura da BR 010 (Belém-Brasília) e sua inauguração em 1960, acarretando outras migrações. Além dos nordestinos, paulistas chegaram, modificando principalmente a paisagem e os tipos de cultivos agrícolas, que passaram de roças para grandes extensões de pasto.

Nos levantamentos realizados no âmbito do projeto AFInS, constatei que as vilas rurais formadas em regiões de rios, têm uma formação mais antiga, porém elas não foram predominantes na pesquisa. A maioria das vilas visitadas está ao longo de estradas e ramais, e foram fundadas mais recentemente (entre 1815 e 2010). Grande parte das vilas rurais foram formadas durante a década de 60 a 90. Assim, no gráfico abaixo faço referência ao intervalo de anos de fundação das vilas rurais nos diferentes municípios.

Quadro 4- Intervalo entre os anos de fundação das vilas rurais por município no Nordeste Paraense³.

MUNICÍPIOS	Até 1865	1866 -1890	1891 - 1915	1916 -1940	1941 - 1965	1966 - 1990	1991 - 2012	TOTAL
Abaetetuba	0	2	4	3	6	5	0	20
São Miguel do Guamá	0	2	0	3	1	3	1	10
Igarapé-Miri	0	0	3	2	0	2	0	7
Irituia	0	0	1	1	11	12	3	28
Mocajuba	0	1	0	3	1	4	1	10
Bonito	0	0	0	2	0	1	1	4
Igarapé-Açu	0	0	1	1	1	2	0	5
São Domingos do capim	0	0	0	0	2	8	2	12
Mãe do Rio	0	0	0	0	3	1	0	4
Capitão Poço	0	0	0	1	9	8	0	18
Concórdia do Pará	1	0	0	0	1	8	6	16
Ácara	1	2	5	7	7	8	11	41
Bujaru	0	1	1	2	7	3	1	15
Tailândia	0	0	0	0	0	4	6	10
Tomé Açu	0	0	0	0	5	9	8	22
Moju	0	0	0	2	12	12	17	43
Santa Isabel	0	2	0	2	3	2	3	12
Santa Bárbara	1	0	1	4	1	0	6	13
Castanhal	0	1	2	1	3	3	1	11
Santo Antonio do Tauá	2	4	2	6	0	2	1	17
Garrafão do Norte	0	0	0	0	2	10	1	13
Total	5	15	20	40	75	107	69	331

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

Dentre os municípios, as vilas de Santo Antonio do Tauá foram as que apresentaram maior tempo de fundação, tendo o início do século XIX como referência. As vilas de Tailândia foram as mais recentes, formadas em média no ano de 1993, geralmente por famílias de fazendeiros, grileiros e posseiros de outros municípios e estados que acompanhavam a abertura da estrada PA 150. O fato das vilas serem novas está ligado ao fato de Tailândia ser um município emancipado recentemente (IDESP, 2014).

4.2 MORFOLOGIA DAS VILAS RURAIS PARAENSES

A morfologia das vilas neste capítulo é referente ao estudo, classificação e disposição das estruturas e da organização social que podem existir nas vilas rurais paraenses pesquisadas. Mauss (1974), em seu estudo sobre a morfologia social dos esquimó, destaca a morfologia como sendo o modo como as habitações estão construídas, obedecendo a padrões que se modificam conforme a necessidade do grupo social. O autor em seu estudo destaca como o ambiente físico interfere na vida social.

³ O ano de fundação de algumas vilas não foi levantado, por isso, o número total do quadro 4 não corresponde ao número total de vilas visitadas.

Nas vilas rurais, estruturas como escolas, igrejas, comércios e campos de futebol favorecem as ocasiões de encontros religiosos, econômicos e culturais para pessoas de diferentes idades (HÉBETTE; ALVES; MIRANDA, 2002). Leite et al. (2004) também identificaram, em seu estudo sobre os projetos de assentamentos, que na formação de um bairro rural sempre existe no “centro” uma igreja (principal elemento de definição), uma escola e um campo de futebol.

Guerra (2015), em seu estudo inédito sobre vilas rurais, também destaca que as igrejas, escolas, campos de futebol e comércio são elementos responsáveis por estruturar a vida social dos povoados. É a partir desses elementos básicos que podemos identificar a maioria das vilas rurais.

As vilas rurais paraenses também apresentam algumas estruturas que as identificam como: escolas, unidades de saúde, igrejas, campos de futebol, comércios e bares. Em algumas vilas essas estruturas aparecem em maior número, enquanto em outras ocorre a total ausência. Porém, o que considerei primordialmente na localização das vilas foi o reconhecimento dos próprios moradores como pertencentes à mesma. Assim, além da disposição das casas de moradia e prédios públicos, o sentimento de pertencimento foi levado em consideração para a identificação de uma vila rural.

Na tipologia que tracei, defini quatro tipos de vilas no Nordeste Paraense: i) vilas em torno de um centro; ii) vilas com casas espalhadas; iii) vilas ao longo dos cursos d’água; e iv) vilas ao longo das estradas. Cada vila possui uma morfologia estrutural e social diferenciada.

4.2.1 Vilas em torno de um centro

Dentre as vilas visitadas, a vila em torno de um centro é a mais frequente. Esse tipo de vila rural é formado por um centro, composto por seus principais prédios estruturantes, como escolas, igrejas, uma pequena praça, campo de futebol, bares, postos de saúde, entre outras. Foram identificadas 199 vilas neste formato, em 21 municípios.

A população nessas vilas foram uma das mais numerosas, conforme o quadro 5. A predominância no número de habitantes foi de 150 habitantes por vila. Porém, um número expressivo de vilas, está no intervalo de até 300 habitantes, correspondendo a 87% (130) das vilas visitadas, conforme o quadro 5.

Quadro 5- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais em torno de um centro no Nordeste Paraense.

Nº de habitantes	Nº de vilas
Até 150	74
151 – 300	56
30 – 450	12
45 – 600	19
601 – 750	4
751 – 900	8
901 – 1050	6
Até 5000	20

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

O número de casas também foi alto, predominando na faixa de 200 casas. Conforme o quadro 6 abaixo, 49% (74) das vilas estava no intervalo de até 200 casas por vila. No entanto, o intervalo destas foi bem diversificado, conforme o mesmo quadro.

Quadro 6- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais em torno de um centro no Nordeste Paraense.

Nº de casas	Nº de vilas
Até 200	74
201 - 400	15
401 - 600	5
601 - 800	1
800 - 1000	3
2000	1

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

Hébette, Alves e Miranda (2002), na região de Marabá, encontrou a formação de povoados diferenciados e um deles foi este formado em torno de um centro, o qual denominou de povoado agrupado. O autor ressalta que esse tipo de povoado favorece os contatos cotidianos entre as famílias, e as pessoas não se sentem isoladas, pois as casas e os prédios públicos e privados estavam reunidos em torno de um centro.

As vilas em torno de um centro são de fácil percepção, pois logo se destacam as várias casas e prédios aglomerados em um mesmo espaço. O surgimento desse aglomerado de casas

é formado pela necessidade dos moradores em ter acesso a serviços básicos, como escolas, energia elétrica, água encanada, saúde, lazer, dentre outros.

Em geral, o centro é formado pelas casas dos primeiros moradores, que são melhor estruturadas, feitas de alvenaria, com banheiro interno e uma maior disponibilidade de aparelhos eletrônicos. Através da divisão dos terrenos, os filhos destes também passam a residir na rua principal após casarem-se. A doação de terrenos também era comum para a construção de prédios públicos, como escolas, campo de futebol e igrejas. Por isso geralmente essas se encontram em um local privilegiado nessas vilas. Já a venda registra-se para iniciativas privadas como bares, comércios, salões e outros.

A igreja católica é um dos primeiros prédios a serem construídos pelos moradores ao chegar à localidade. Geralmente tem um salão comunitário ao seu lado, que sedia eventos e festividades da comunidade. Também ligado à igreja é comum encontrar uma pequena praça onde os moradores da vila vivenciam momentos de descontração e de festividade. As igrejas evangélicas, por serem construídas algum tempo depois da formação, geralmente encontra-se na rua principal da vila, porém mais afastadas do centro.

Os demais moradores que chegam depois da formação das vilas vão se organizando em partes mais periféricas da vila, instalando-se em casas geralmente menos estruturadas e trabalhando em pequenos comércios na frente de suas casas, como diaristas nas áreas agrícolas dos moradores mais antigos ou em suas próprias áreas agrícolas. Essas características conformam um padrão no qual os pioneiros que têm laços de consanguinidade moram mais próximos uns dos outros e em melhores condições.

Das 199 vilas em torno de um centro, apenas 2% (4) destas têm escola, posto de saúde, posto policial e telefone público. 17,08% (34) das vilas têm somente posto de saúde, escola e telefone público. 55,27% (110) das vilas comporta somente escolas como infraestrutura pública, e 0,5%(1) das vilas tem apenas posto de saúde, 0,5% (1) das vilas tem apenas posto policial, 1% (2) das vilas tem somente telefone público, e 13,56% (27) das vilas não têm nenhuma dessas infraestruturas. 11,05% (22) das vilas contam com outros serviços.

A grande parte dos moradores dispõe de pequenas áreas de terras em torno das casas, tipo quintal, onde cultivam algumas frutíferas e hortas e criam pequenos animais para consumo e venda. Dessa forma, as áreas maiores para o cultivo agrícola geralmente encontram-se afastadas das casas e da vila. A agricultura é a principal atividade dos moradores desse tipo de vila, seguido do assalariamento e extrativismo.

4.2.2 Vilas com casas espalhadas

A não existência de um núcleo com casas aglomeradas é a principal característica desse tipo de vila. Ou seja, as casas encontram-se distanciadas uma das outras, porém, seus moradores estão ligados pelos laços sociais, sejam familiares, afetivos ou religiosos. Foram identificadas 20 vilas nesse formato em três municípios. As casas e prédios são localizados ao longo de vicinais ou ramais.

Dentre as 20 vilas, 75% (15) tiveram até 150 habitantes, enquanto apenas 25% (5) obtiveram um número superior a este de habitantes. Assim, essas vilas podem ser caracterizadas também pelo seu baixo nível populacional

Quadro 7- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais com casas espalhadas no Nordeste Paraense.

Nº de habitantes	Nº de vilas
Até 50	5
51 – 100	8
101 – 150	2
151 – 200	2
201 – 250	1
Até 400	2

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

O número de casas neste tipo de vila também foi de pequena expressão, estas se encontravam em predominância na faixa de 15 casas por vilas, sendo que 65%(14) das vilas detinham até 30 casas, conforme o quadro 8 abaixo.

Quadro 8- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais com casas espalhadas no Nordeste Paraense.

Nº de casas	Nº de vilas
Até 15	9
16 – 30	5
31 – 45	1
46 – 60	3
Até 150	2

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

Hébette, Alves e Miranda (2002) classifica esse tipo de povoamento como povoado rua, pois existe uma dispersão das funções. As casas, escolas e igrejas encontram-se ao longo das ruas e afastadas uma das outras, favorecendo o isolamento das famílias.

Durante a pesquisa era difícil identificar esse tipo de vila, pois passávamos por ramais com casas afastadas entre si. Porém, quando identificávamos uma igreja ou um campo de futebol, parávamos na primeira casa que encontrávamos e perguntávamos o nome do lugar, e logo eles respondiam e o identificavam. Assim, o que delimita essas vilas é o sentimento de pertencimento, pois apesar das casas serem afastadas, os moradores se identificam como sendo moradores daquela vila. Apesar do distanciamento entre as casas, os moradores se conhecem. Candido (1987, p. 62) também destaca que “as habitações podem estar de tal modo afastadas que o observador não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega”

Em frente às casas é comum encontrar placas com o nome do sítio. Ao longo dos ramais são frequentes lombadas, um meio encontrado pelos moradores para evitar acidentes e diminuir a poeira na época de verão.

Os comércios, quando presentes, são formados nas próprias casas, através da abertura de uma janela em um dos cômodos da frente, e nele se encontram alguns itens básicos da alimentação, cervejas, cachaças, mas principalmente “salgadinhos” ou “skilhos” para as crianças.

A infraestrutura das vilas com casas espalhadas é a mais precária entre todas, nenhuma apresentou escola, posto de saúde, posto policial e telefone público em uma mesma vila. Somente uma vila, ou 5%, tem escola e posto de saúde. 65% (13) das vilas têm somente escola. 10% (2) das vilas têm somente um tipo de infraestrutura, sendo um telefone público e um posto de saúde. A ausência de infraestrutura pública foi verificada em 20% (4) das vilas.

Essas vilas são menos estruturadas que as demais. Quando presentes, as estruturas também se encontram dispersas da maioria das casas, não existindo um local específico para sua construção. Os prédios de saúde ou de segurança são estruturas praticamente inexistentes nessas vilas.

As casas são afastadas uma das outras não pelo motivo de as famílias desejarem se isolar, mas porque o domicílio encontra-se dentro do lote agrícola, o que facilita a organização do trabalho familiar na agricultura e na criação de animais. A abertura de estradas, que geralmente é de qualidade ruim, e a chegada de energia elétrica favorecem aos moradores passarem a construir suas casas de frente para o ramal, deixando os lotes agrícolas

na parte de trás da casa ou do outro lado do ramal. A atividade agrícola é a principal atividade desses moradores.

4.2.3 Vilas ao longo dos cursos d'água

O povoamento nas margens de rios e igarapés é uma das formas mais antigas de ocupação para a formação de vilas. Já mencionado anteriormente, os rios e igarapés eram as principais formas de locomoção das pessoas, daí por que o estabelecimento de lugares estratégicos à formação de pequenos aglomerados de casas e posteriormente à formação de uma vila ou de uma cidade.

As vilas ao longo dos cursos d'água totalizaram 88 em 18 municípios. O nível populacional destas vilas predominou em até 150 habitantes por vila. Sendo que, 56% (50) estiveram com uma população de até 300 habitantes por vila, conforme o quadro abaixo.

Quadro 9- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais ao longo dos cursos d'água no Nordeste Paraense.

Nº de habitantes	Nº de vilas
Até 150	29
151 - 300	21
301 - 450	6
451 - 600	14
601 - 750	3
751 - 900	2
901 – 1050	2
Até 5000	11

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

O número de casas neste tipo de vila foi de grande expressão, estas se encontravam em predominância na faixa de 50 casas por vilas, sendo que 69% (61) das vilas detinham até 100 casas, conforme o quadro 10.

Quadro 10- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais ao longo dos cursos d'água no Nordeste Paraense.

Nº de casas	Nº de vilas
Até 50	44
51 - 100	17
101 - 150	9
151 - 200	6
201 - 250	2
251 - 300	4
301 - 350	1
Até 2000	5

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

As vilas rurais nas margens dos cursos d'água são formações antigas e que contam com a presença de famílias tradicionais, tendo o rio por muito tempo como única forma de transporte. Hoje, porém, embora as estradas estejam se tornando a principal forma de locomoção dessas famílias, por ser considerado mais rápido, o transporte fluvial ainda é utilizado, principalmente pelas péssimas condições que as estradas apresentam.

Segundo Loureiro (2002), a vida às margens do rio exige das pessoas um profundo conhecimento da natureza e uma grande articulação com ela. Nesse tipo de vila, a água (dos rios ou igarapés) é o elemento que condiciona a forma como se vive. O rio proporciona os meios de vida, pois permite o trabalho para a coleta de alimentos.

Um ramal de terra abriga vários tipos de vila, porém, geralmente acaba em uma vila nas margens d'água. A construção das estradas ocasiona nessas vilas um novo acesso, o que gera também a possibilidade da construção de novas casas. Dessa maneira, a morfologia dessas vilas ao longo dos cursos d'água se destaca pela construção de casas e comércios. As casas mais antigas e os prédios religiosos, principalmente os católicos, encontram-se de frente para o rio, assim como pequenos portos, ou trapiches que fazem a ligação da parte terrestre da vila com as pequenas embarcações.

Os serviços e seus prédios, como posto de saúde, escolas e telefones públicos estão em 17,05% (15) das vilas, sendo que posto policial não foi encontrado em nenhuma dessas vilas. 19,3% (17) das vilas apresentaram apenas dois tipos de serviços. Destas, oito vilas com escolas e postos de saúde, e nove vilas com escolas e telefones públicos. As vilas que apresentaram somente um serviço são 44 % (44), sendo, 41 somente com escolas, e três apenas com postos de saúde. Em 14,7% (13) das vilas ocorreu a ausência total desses serviços.

Entre as atividades exercidas, a pesca está presente em 30 (34,1%) das vilas, sendo uma das que se destaca. Porém a agricultura aparece em 79,5% (70) das vilas, e o extrativismo de frutos, como açai e miriti, em 51% (45) das vilas, ganhando destaque nesse ambiente de várzea na época da safra.

4.2.4 Vilas ao longo das estradas

As vilas situadas nas estradas que estou detalhando são referentes às vilas que se originam principalmente nas BRs ou PAs ou em estradas de maior porte. Elas se diferenciam das vilas formadas em ramais e outras estradas de menor porte. Durante meus dias de campo para reconhecimento das vilas rurais, tive a oportunidade de visitar várias vilas ao longo das estradas, pois eram de fácil acesso e sempre estavam no caminho de um município para outro. Essas vilas foram identificadas em 12 municípios, totalizando 34 vilas.

O número de habitantes nas vilas ao longo das estradas foi bem significativo e esteve em predominância na faixa de 150 casas conforme o quadro 11. Neste tipo de vila 47% (16), tinham até 150 habitantes.

Quadro 11- Intervalo entre o número de habitantes nas vilas rurais ao longo das estradas no Nordeste Paraense.

Nº de habitantes	Nº de vilas
Até 150	16
151 - 300	5
301 - 450	2
451 - 600	0
601 - 750	2
751 - 900	2
901 - 1050	2
Até 3000	5

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

O número de casas nas vilas ao longo das estradas esteve na predominância de 15 por vila. Porém, a diversificação quanto ao intervalo nestes números foi grande, sendo que 11(32%) das vilas apresentaram um número de 101 a 850 casas por vilas, conforme o quadro 12.

Quadro 12- Intervalo entre o número de casas nas vilas rurais ao longo das estradas no Nordeste Paraense.

Nº de casas	Nº de vilas
Até 15	4
15 - 30	6
31 - 45	5
46 - 60	4
61 - 75	3
76 - 90	1
Até 850	11

Fonte: Projeto AFInS, 2015.

Existem diversas explicações para o surgimento das vilas ao longo das estradas, sendo as principais a venda de terras, a necessidade de serviços básicos, como energia, transporte e segurança, e a ocupação dessas áreas por moradores sem terra. A mudança da condição de agricultor para assalariado após a venda dos lotes agrícolas é fato muito comum entre os moradores nessas vilas. Após serem demitidos, continuam morando nestas, pois não existe mais para onde ir. Em alguns casos, a instalação de empresas de dendê, fazendas de gado ou outras indústrias nas proximidades das vilas, leva a um aumento do número de moradores, por proporcionar maior comodidade e proximidade do trabalho assalariado.

Por estarem nas margens de estradas, muitas vilas acabam adquirindo nomes referentes ao Km ao qual se situam, ou seja, não são nomeadas de forma simbólica como nas demais vilas.

A morfologia dessas vilas é identificada pela ausência de um centro específico onde se encontram os principais serviços. Quando presentes, os estabelecimentos comerciais, escola, igrejas, prédios públicos e os domicílios estão situados ao longo das estradas. Geralmente esta é a única rua da vila. Nessas vilas a existência de bares, comércios e lanchonetes e pequenos restaurantes é muito comum, pois estão em zonas de constante trânsito de pessoas e carros, o que torna a vila sempre movimentada, principalmente nos fins de semana.

Os prédios e serviços de saúde, educação e telefonia estão presentes somente em 8,82% (3) das vilas, sendo o prédio de segurança não encontrado. As vilas com dois tipos de serviços somam 35,3% (12). Destas, seis vilas com apenas escolas e postos de saúde, e seis vilas com escolas e telefones públicos. Em 23,52% (8) das vilas não foram encontrados prédios de escolas, de saúde ou telefones públicos.

O fato de estarem em locais de fácil acesso, torna essas vilas abrigo para os mais diversos tipos de moradores. Assim, acabam apresentando também uma grande quantidade de

quartos e kitnetes para serem alugadas por assalariados, principalmente das empresas agroindústrias de dendê.

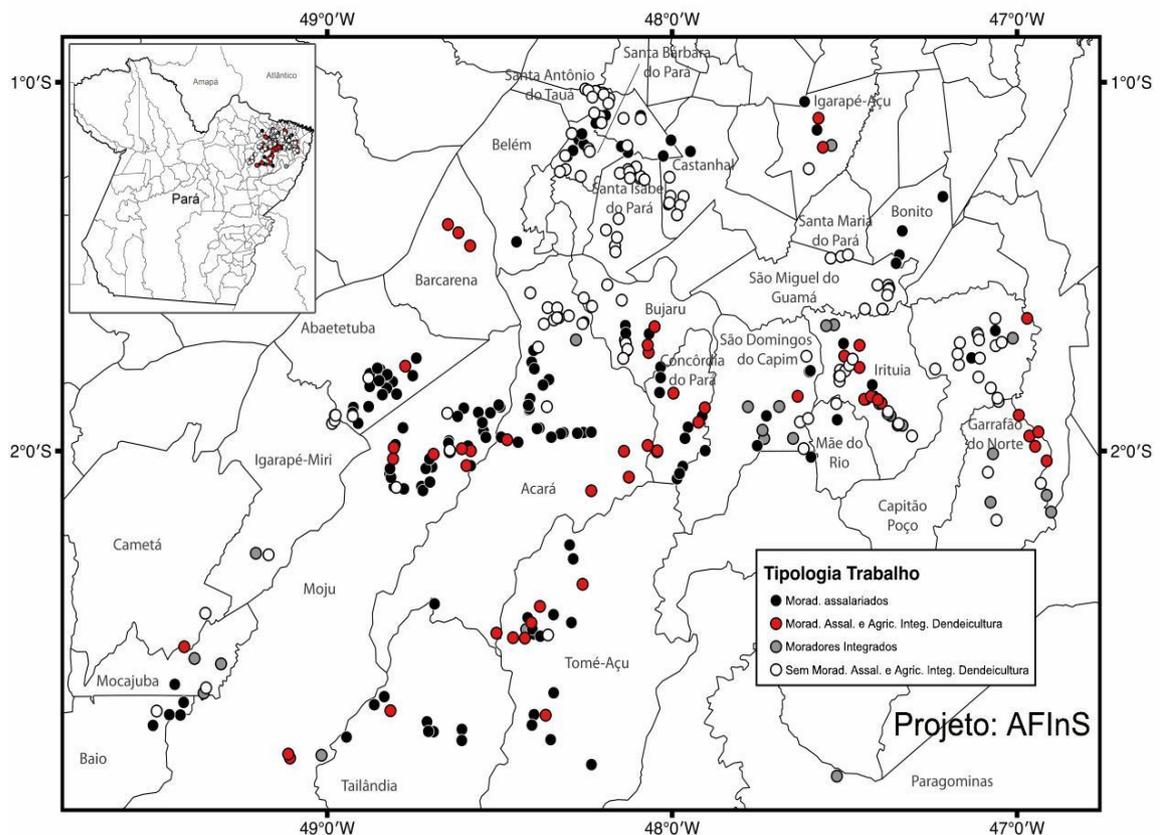
A principal forma de trabalho dos moradores dessas vilas é o assalariamento, que aparece em 79,41% (27) das vilas. Como já mencionado, poucos moradores possuem terras para o trabalho na agricultura, e a maior parte da população vem em busca da proximidade com grandes empresas que estão nos arredores das vilas.

As formas e os lugares como as vilas se estruturam variam de acordo com as atividades realizadas e com os objetivos da formação. Porém ao longo do tempo vão se adaptando às transformações quanto à abertura de estradas, chegada de novos moradores e mudanças no trabalho.

4.3 TRABALHO NAS VILAS RURAIS

Analisar o trabalho nas vilas rurais será o principal objetivo neste tópico. Precisamente para esta análise tracei uma tipologia que levou em questão a relação dos membros das vilas com a dendeicultura. Dessa forma, quatro tipos de relação dos moradores com a dendeicultura foram encontrados nas vilas, quais sejam: i) trabalho nas vilas rurais com agricultores integrados à dendeicultura; ii) trabalho nas vilas rurais com moradores assalariados vinculados à dendeicultura; iii) trabalho nas vilas rurais com moradores assalariados e agricultores integrados à dendeicultura; e iv) trabalho nas vilas rurais sem assalariados e integrados à dendeicultura. A localização dessas vilas encontra-se ilustrada abaixo no mapa 2.

Mapa 2- Localização das vilas segundo a tipologia da relação dos moradores com a dendeicultura no Nordeste Paraense.



Fonte: Projeto AFInS

4.3.1-Trabalho nas vilas rurais com agricultores integrados à dendeicultura

As vilas rurais que possuem entre seus moradores agricultores que têm contrato de integração com as empresas agroindústrias correspondem a 8,1% (28) das vilas visitadas, apresentando o menor número em relação aos demais tipos. Abaixo está o quadro que identifica os municípios, vilas e o número de integrados presente nestas

Quadro 13- Municípios e vilas com moradores integrados à dendeicultura no Nordeste Paraense.

Município	Nº de vilas com integrados	Nº de agri. Integrados
Mocajuba	3	4
Igarapé-Miri	1	1
São Domingos do Capim	6	50
Igarapé-Açu	1	1
Mãe do Rio	1	2
Tailândia	1	22
Tomé Açu	1	1
Santa Bárbara	1	8
Bujaru	1	1
Acará	1	6
Garrafão do Norte	4	10
Capitão Poço	1	2
Irituia	6	13
Total	28	121

Fonte: Projeto AFInS, 2015

Os municípios de destaque na dendeicultura como: São Domingos do Capim, Irituia, Tailândia e Garrafão do Norte, destacaram-se por não apresentar um número elevado de vilas com moradores integrandos. Porém, apresentarem um número expressivo de agricultores integrados em relação aos demais municípios.

Em relação à cobertura vegetal, a capoeira aparece em predominância em 36% (10) das vilas com moradores integrados, seguida pela cobertura de pasto em 32% (9) das vilas, e de áreas de Juquira em 14%, Capoeirão em 11%, e floresta nativa (3%). Interpreto que a integração à dendeicultura está relacionada também com a presença das áreas de pasto, já que existe uma preferência das empresas e dos agricultores para o plantio em áreas que não poderiam ser utilizadas para outros cultivos.

O trabalho nas vilas rurais onde existem agricultores integrados à dendeicultura tem suas diferenças, principalmente quando analisada em relação ao grau de importância das atividades. A agricultura e o assalariamento aparecem como sendo a primeira atividade em ordem de importância nas vilas. Porém, a agricultura é predominante em 93% (25) das 28 vilas, enquanto o assalariamento aparece somente em 7% (3) das vilas. Nesse tipo, além da agricultura e do assalariamento existem outras atividades, porém, de menor importância, como o extrativismo, comércio e pecuária.

A agricultura, como mencionada, é praticada em 93% das vilas nesse tipo, sendo a principal ocupação. As culturas desenvolvidas nessa atividade são as culturas de ciclo curto,

como mandioca, milho, feijão e, em menor quantidade, o arroz. Porém, existem outros sistemas agrícolas que serão destacados.

Quadro 14- Principais sistemas agrícolas nas vilas com integrados à dendeicultura no Nordeste Paraense.

Nº	Cultivos	Nº de vilas
1	Mandioca+dendê	4
2	Roça (Mandioca, feijão, milho e arroz)+ dendê	12
3	Mandioca+ pimenta + frutíferas+ dendê	2
4	Roça + açaí + dendê	1
5	Mandioca + hortaliças + maracujá+ dendê	1
6	Mandioca+maxixe+dendê	1
7	Mandioca+jerimum+dendê	1
8	Mandioca + dendê	1
9	Outros	5
Total		28

Fonte: Projeto AFInS, 2015

O trabalho agrícola nessas vilas é menos diversificado do que nos demais tipos. Porém, o plantio da roça ou de mandioca sempre aparece sozinho ou associado a outras culturas, o que demonstra a menor diversificação de atividades nesse tipo de vila. O dendê está sendo cultivado em todas as vilas desse tipo, porém não é considerado pela maioria dos entrevistados como uma cultura importante na vila, pois sempre é praticado por uma minoria.

A dendeicultura, apesar de estar presente em todas as 28 vilas através da integração, é identificada somente em duas vilas como a principal fonte de trabalho, pois geralmente essa atividade não gera trabalho para os moradores da vila, porque são os membros da família a principal fonte de mão de obra para o trabalho no dendezal integrado. Ocasionalmente podem ser contratados trabalhadores, na forma de diárias, para desenvolverem atividades específicas, como a limpeza da área, adubação, colheita e outras.

As vilas com moradores integrados têm outras atividades, pois o campesinato amazônico é formado por uma diversidade de atividades agrícolas, pesqueiras, extrativistas, assalariadas, dentre outras. Segundo Hébette, Alves e Miranda (2002), é necessário compreender a diversidade de situações de vida dos muitos tipos de pequenos produtores que combinam atividades econômicas ou são especializados em outras, com maior ou menor grau de intervenção e de transformação do meio ambiente.

Apesar de estarem associadas a outros sistemas de cultivos, as atividades realizadas pelos moradores das vilas com integrados foi a menos diversificada entre os demais tipos.

4.3.2 Trabalho nas vilas rurais com moradores assalariados vinculados à dendeicultura

As vilas rurais com assalariados ligados à dendeicultura totalizam 143 vilas distribuídas em 17 municípios, sendo o tipo que mais se destacou em relação ao número de vilas. Os municípios de Moju, Acará, Tomé Açu, Abaetetuba e Bonito, que possuem ou são vizinhos de agroindústrias de dendê, foram os que apresentaram o maior número de assalariados ligados à dendeicultura. Notou-se também que quanto mais próximo as vilas são das agroindústrias, mais assalariados ela possui.

Quadro 15- Municípios e vilas com moradores assalariados vinculados à dendeicultura no Nordeste Paraense.

Município	Nº de vilas com assalaraidos	Nº médio de assalariados
Abaetetuba	17	92,5
Mocajuba	4	5,0
Mãe do Rio	2	16,0
Irituia	4	6,3
São Domingos do Capim	3	1,0
Igarapé-Açu	3	2,7
Concórdia do Pará	10	16,0
Tailândia	8	27,3
Tomé Açu	14	53,8
Santa Bárbara	5	2,0
Bujaru	4	1,8
Castanhal	4	33,0
Santo Antonio do Tauá	5	2,6
Acará	22	14,5
Bonito	4	69,0
Capitão Poço	2	1,0
Moju	33	32,9
Total	144	377,3

Fonte: Projeto AFInS, 2015

A cobertura florestal nas vilas onde o trabalho assalariado na dendeicultura aparece compõe-se de capoeira em 40% (54) das vilas, sendo esta a principal cobertura florestal, seguidos de áreas de Juquira (21%), Capoeirão (18%), Pasto (4%) e várzea (2%). Destaca-se a dendeicultura como a principal cobertura florestal em 13% (16) das vilas. O plantio de dendê significa um fator importante para a identificação dos tipos de trabalho, pois se o dendê ocupa grandes áreas nas vilas, ele também é responsável por grande parte da ocupação da mão de obra assalariada, fato muito comum destacado entre os entrevistados.

A relação de assalariamento foi muito frequente em vilas rurais próximas às empresas de dendê. Depoimentos de seus moradores indicam que eles venderam suas terras para o

plantio de dendê, restando aos moardores da vila recorrerem ao assalariamento na dendeicultura ou a outras formas de trabalho.

A empresa comprou as terras de todo mundo da vila em troca de empregos. Quem não vendeu suas terras no início ficou cercado pelo dendê e se viu forçado pela empresa a vender sua terra, já que a empresa iria proibir a entrada em suas terras, em suas próprias terras, porque a estrada passava dentro do plantio da empresa (G.R, 33 anos, agricultor da vila Curuperé, Abaetetuba/PA).

Apesar do assalariamento nas empresas de dendê ser uma importante atividade nessas 144 vilas rurais, a agricultura é considerada a principal atividade em 53% (79), seguida do assalariamento em 23% (46) e extrativismo em 13% (7) das vilas rurais. A pecuária e o comércio são outras atividades que se destacam por serem de menor importância para os moradores da vila.

A dendeicultura aparece como a principal atividade de assalariamento, correspondendo a 70% dos empregos nas empresas ou através de diárias para fazendeiros que cultivam a palma. Dessa forma, a dendeicultura e a agricultura familiar são os responsáveis por grande parte da geração de renda nessas vilas rurais.

O trabalho agrícola nessas vilas rurais tem como principais cultivos as culturas de ciclo curto, como mandioca, milho, arroz e feijão. Culturas de ciclo longo vêm se destacando, como a pimenta-do-reino. Apesar de estarem associadas a outros sistemas de cultivos, as atividades realizadas pelos moradores das vilas assalariadas foi uma das menos diversificadas, ficando atrás somente das vilas com integrados.

Quadro 16- Principais sistemas agrícolas nas vilas com assalariados vinculados à dendeicultura no Nordeste Paraense.

N	Cultivos	Nº de Vilas
1	Mandioca	18
2	Roça	14
3	Frutíferas	5
4	Hortaliças	4
5	Mandioca+hortaliças	2
6	Roça+frutíferas	11
7	Mandioca+frutíferas	7
8	Mandioca+açaí+frutíferas+pimenta-do-reino	1
9	Roça+pimenta-do-reino	6
10	Mandioca e pimenta-do-reino	7
11	Mandioca+pimenta-do-reino+frutíferas	10
12	Pimenta-do-reino+frutíferas	2
13	Sem informação	20
14	Outros	37
	Total	144

Fonte: Projeto AFInS, 2015

Verifiquei nessas vilas uma tendência à diluição das atividades produtivas da família. A divisão do trabalho se amplia, e o trabalho assalariado substitui progressivamente outras formas de ocupação produtiva. O grupo familiar, em muitos casos, torna-se uma unidade de consumo, adquirindo no mercado bens e serviços antes produzidos no grupo doméstico (PESSOA; MACHADO, 1977). O assalariamento tende a especialização da produção de alguns produtos e diminuição da importância da roça.

O trabalho assalariado proporcionado pela dendeicultura, segundo o documento do Instituto observatório Social (2014), é um trabalho muito pesado, muitas vezes tornando-se penoso, o que dificulta a permanência dos trabalhadores nas empresas. Existe uma alta rotatividade desses assalariados no campo, pois nem todos conseguem suportar a dificuldade encontrada para chegar ao local de trabalho. Nahum e Vieira (2014) destacam também o cansaço acumulado diariamente pelas atividades realizadas no cultivo da palma, não restando tempo para as demais atividades realizadas pelos familiares no campo e nas atividades comunitárias.

4.3.3 Trabalho nas vilas rurais com agricultores integrados e moradores assalariados na dendeicultura

As vilas rurais com agricultores integrados e com moradores assalariados na dendeicultura totalizam 52 vilas, distribuídos em 13 municípios. Os municípios que se destacam são Moju, Acará, Irituia e Concórdia do Pará. O município de São Domingos do

Capim apresentou uma única vila desenvolvendo as duas atividades, porém, o número de integrados e assalariados foi bem significativo quando comparados aos demais, conforme o quadro abaixo.

Quadro 17- Municípios e vilas com agricultores integrados e moradores assalariados na dendeicultura no Nordeste Paraense

Municípios	Nº de vilas com integrados e assalariados	Nº de agri.Integrados	Nº de assal.
Abaetetuba	1	1	4
Mocajuba	1	2	2
Igarapé-Açu	2	5	10
São Domingos do Capim	1	15	200
Irituia	7	29	103
Concórdia do Pará	6	33	178
Acará	7	41	361
Bujaru	3	11	42
Tailândia	2	8	102
Moju	9	24	632
Garrafão do Norte	5	18	31
Capitão Poço	1	1	6
Tomé Açu	7	18	224
Total	52	206	1895

Fonte: Projeto AFInS, 2015

Os municípios que tem maior proximidade com as agroindústrias de dendê apresentaram um maior número de assalariados e integrados nas vilas rurais. Desta forma, a dendeicultura nestes municípios está proporcionando modificações na organização do trabalho nas vilas rurais, seja através da integração ou do assalariamento de seus moradores em grande escala.

A cobertura florestal nas vilas rurais com moradores assalariados e agricultores integrados têm uma predominância de áreas já exploradas, principalmente áreas de capoeirão, que aparecem em 29% (14) das vilas. Em 8% (4) o dendê representa a principal cobertura florestal, e 14% (7) das vilas apresentam as áreas de pasto como principal cobertura florestal.

Dessa forma, existe uma relação direta entre a cobertura florestal e as atividades desenvolvidas nas vilas. Pois grande parte desta já foi derrubada e utilizada por anos, o que pode ter ocasionado o empobrecimento do solo. Em tese, a dendeicultura é tida como uma proposta de reutilização dessas áreas, podendo ser utilizada em áreas que eram destinadas ao plantio de culturas de ciclo curto ou longo ou em áreas de pasto consideradas degradadas.

Nestas vilas rurais, 60% (32), têm a agricultura como principal atividade econômica, seguida do assalariamento em 36% (19) das vilas. Assim como nos demais tipos, a agricultura e o assalariamento não são as únicas atividades. Apesar de não serem consideradas como a principal, o extrativismo, pecuária, pesca e o comércio destacam-se também por fazerem parte das atividades realizadas nas vilas.

A dendeicultura aparece como sendo a principal atividade assalariada em 58,62% (31) dessas vilas. O restante está relacionado a empregos públicos e em outras empresas privadas, como Sococo, Frango Americano e outras.

Rebello (2012), estudando a evolução da agricultura paraense, destaca como ponto forte da dendeicultura: a capacidade de criar oportunidades de trabalho assalariado no campo, tanto nas atividades rurais (cultivo da palma), como na industrial (extração do óleo). Segundo o autor, o dendê cria oportunidade de trabalho, desde o cultivo, colheita e processamento industrial, até atividades comerciais e industriais nos centros urbanos. No entanto, o autor destaca também os riscos que a dendeicultura pode trazer ao meio rural, como a redução na oferta de produtos da economia tradicional (mandioca, milho, feijão), podendo afetar a segurança alimentar do agricultor. Mota et al (2015) também verificou que há diminuição da produção de culturas alimentares em detrimento da produção do dendê. Dentro do universo pesquisado:

24% dos agricultores integrados já não têm culturas anuais nos seus estabelecimentos sob o argumento de que necessitam se dedicar exclusivamente ao dendê, especialmente pela carência de mão de obra e por causa dos compromissos contratuais. (Mota et al, 2015. p. 5)

Nessa perspectiva, verifico que a dendeicultura ocasionou nessas vilas a diminuição da diversificação das demais culturas agrícolas, porém, conforme o quadro abaixo, em nenhum dos casos foi encontrado o dendê como único sistema de produção.

Quadro 18- Principais sistemas agrícolas nas vilas com agricultores integrados e moradores assalariados na dendeicultura no Nordeste Paraense.

N°	Cultivos	N° de vilas
1	Mandioca+ dendê	6
2	Roça+ dendê	10
3	Roça+hortalças+dendê	2
4	Roça+frutíferas+dendê	3
5	Roça+hortalças+pimenta-do-reino+dendê	1
6	Roça+pimenta-do-reino+frutíferas+dendê	4
7	Pimenta-do-reino+frutíferas+mandioca+dendê	4
8	Pimenta-do-reino +frutíferas+dendê	1
9	Mandioca+pimenta-do-reino+dendê	3
10	Mandioca+dendê	1
11	Mandioca + frutíferas+dendê	2
12	Sem informação	4
13	Outros	11
Total		52

Fonte: Projeto AFInS, 2015

4.3.4 Trabalho nas vilas rurais com moradores sem relação de assalariamento ou integração com a dendeicultura

Esse tipo de vila rural, apesar de não ter moradores integrados ou assalariados da dendeicultura, apresenta-se em um município que produz o dendê. O número de vilas sem relação direta com a dendeicultura nesta pesquisa foi de 117, sendo distribuídas em 19 municípios, conforme o quadro abaixo.

Quadro 19- Municípios e vilas com moradores sem relação direta com a dendeicultura no Nordeste Paraense.

Municípios	N ° de vilas sem relação com o dendê
Abaetetuba	2
Acará	12
Bujaru	7
Capitão Poço	14
Castanhal	7
Garrafão do Norte	4
Igarapé-Miri	6
Igarapé-Açu	1
Irituia	12
Mãe do Rio	2
Mocajuba	2
Moju	2
Santa Isabel	13
Santa Bárbara	7
Santo Antonio do tauá	13
São Domingos do Capim	2
São Miguel do Guamá	9
Tomé Açu	1
Total	116

Fonte: Projeto AFInS, 2015

Dentre as vilas visitadas, as que não detinham no momento da pesquisa relação com a dendeicultura estão em municípios onde a cultura existe há mais tempos, como: Santa Izabel, Santa Barbara, Castanhal. Porém, nestes municípios a integração não existe entre agricultores familiares das vilas rurais e os assalariados da dendeicultura em sua grande maioria residem nas áreas urbanas. As vilas rurais destes municípios no momento da pesquisa não apresentaram grande relação com a dendeicultura.

A cobertura vegetal nessas vilas foi a mais diversificada entre os demais tipos, apresentando floresta, capoeirão, capoeira, juquira, pasto, várzea e dendê. A capoeira se destacou como principal cobertura florestal em 41% (46) das vilas, seguida de áreas de juquira em 26% (29) e pasto em 14% (16).

Apesar de não estarem relacionadas diretamente à dendeicultura, 11% (13) das vilas têm o dendê como uma parte da cobertura vegetal, e 2% (3) como a principal cobertura vegetal dessas vilas. Essas são as vilas que recebem indiretamente as influências do cultivo, pois estão cercadas pelo monocultivo, mas seus moradores não estão envolvidos através do assalariamento ou dos contratos de integração. Nesse tipo de vila, as empresas compraram

vários terrenos dos arredores da vila e cultivam o dendê, porém, não empregam a população local. A maioria não consegue ou não quer se assalariar ou resiste à integração.

As vilas rurais neste tipo têm várias atividades, sendo a agricultura e o assalariamento as principais atividades para os moradores dessas vilas. O extrativismo, a pesca e o comércio são de grande relevância quando observados em classes inferiores de importância.

O trabalho assalariado destaca-se nesse tipo de vila por estar relacionado principalmente ao emprego público (prefeitura e Estado). Nesse caso, destacam-se principalmente os empregos de professor, agentes de saúde, serventes, técnicos em enfermagem, ocupações realizadas principalmente pelas mulheres das vilas, além do trabalho em diária para o corte de polpa de frutas ou no trabalho mais pesado para os homens na limpeza de áreas para a roça e outras culturas.

Os sistemas agrícolas realizados pelos moradores dessas vilas também aparecem com maior diversificação do que nos demais tipos, conforme o quadro abaixo.

Quadro 20- Principais sistemas agrícolas nas vilas sem relação com a dendeicultura no Nordeste Paraense.

N	Cultivos	Nº de Vilas
1	Mandioca	21
2	Roça	21
3	Horta	5
4	Frutíferas	2
5	Pimenta-do-reino	1
6	Horta +frutíferas	1
7	Horta +açai	1
8	Horta+mandioca	5
9	Roça+abobora	2
10	Mandioca+frutíferas	6
11	Pimenta-do-reino +frutíferas	1
12	Pimenta-do-reino +roça+frutíferas	5
13	Pimenta-do-reino+mandioca	2
14	Pimenta-do-reino+mandioca+horta	1
15	pimenta-do-reino+roça	1
16	Mandioca+açai	2
17	Roça+açai	1
18	Sem informação	14
19	outros	24
	Total	116

Fonte: Projeto AFInS, 2015

As culturas de ciclo curto fazem parte de 63% desses sistemas, seja somente com o plantio de mandioca ou outras, como feijão, milho e arroz. Os demais sistemas envolvem as frutíferas em geral, principalmente cupuaçu, maracujá e o açaí, que em muitos casos apareceu sozinho com hortas ou com mandioca.

A maior diversificação de atividades está relacionada ao fato dessas vilas não possuírem relação com a dendeicultura, pois esta exige dos integrados e assalariados uma reorganização das atividades e uma maior disponibilização de tempo para a realização dos tratamentos culturais, que devem ser realizados em épocas certas para se obter o rendimento esperado. Assim, a relação dos moradores das vilas com a dendeicultura ocasionou a diminuição das atividades agrícolas.

Os quatro tipos apresentados apresentaram a agricultura e o assalariamento como principais atividades. Esses tipos se diferenciaram principalmente quando comparados segundo suas atividades agrícolas. As vilas com integrados apresentaram a menor diversificação entre os demais, seguidas das vilas com assalariados e vilas com assalariados e integrados. Porém, as vilas sem relação com a dendeicultura têm a maior diversificação agrícola, o que demonstra que a mão de obra disponível nas vilas está voltada para a produção de diversas culturas, ao contrário das outras vilas, cuja mão de obra deve supostamente atender às demandas da dendeicultura.

Para a reflexão em profundidade sobre as mudanças e as reorganizações do trabalho e das atividades pelos moradores das vilas rurais, realizei um estudo de caso em uma vila. Essa vila abrigava todos os tipos de relação dos moradores com a dendeicultura identificados na minha pesquisa (integração, assalariamento e sem relação direta com a dendeicultura). A este tema me dedicarei no próximo capítulo.

5. A VILA ÁGUA AZUL

O objetivo deste capítulo é recuperar a história e analisar a organização social da vila rural Água Azul. Assim como Alencar (2010) destacou em seu trabalho a história através das memórias dos povoados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, neste capítulo enfatizo também que a história da vila Água Azul foi escrita com a ajuda dos moradores que deram seus depoimentos.

A memória, segundo Alencar (2010), é um discurso que fala do passado e também do presente. A memória é assim “o resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade” (ALBERTINI, 2004, p. 27 apud ALENCAR, 2010, p. 35).

Dessa forma, organizei minhas observações e as diversas vozes com o objetivo de construir uma narrativa sobre o passado, desde a posse da terra até a formação da vila, e a história presente dos moradores que ajudaram a construir e formar a vila Água Azul.

5.1 POSSE DA TERRA: A CHEGADA

A formação da vila Água Azul data do ano de 1967 e está relacionada com a migração de nordestinos, inicialmente cearenses, e, posteriormente, maranhenses, piauienses e outros. A família de Miguel Raimundo da Silva além de ser uma das desbravadoras dessas áreas, foi também a primeira a morar na vila. Ele era filho de “retirantes” cearenses e antes de chegar à região de Tomé Açu, morava com sua esposa e filhos no município de Castanhal. Devido à necessidade de obter terras e melhores condições de vida, mudou-se para Tomé Açu.

Antes de formar a vila Água Azul, o Sr. Miguel, sua esposa, Deuzuite Araújo do Nascimento, e seus filhos se instalaram na região do Canindé⁴, em 1956, para posteriormente, com a abertura das terras, se instalarem na região onde se formou a vila Água Azul na década de 60.

As terras que hoje compõem a vila Água Azul eram terras da União, ou seja, públicas. Após a emancipação política de Tomé Açu do município do Acará, no início dos anos 60, e com a entrada do prefeito Ney Carneiro Brasil, iniciou-se no ano de 1967 uma grande expansão das fronteiras agrícolas ao longo do que hoje é a PA 256, dando origem a vários povoados, entre eles São Francisco de Canindé (Chibé), Sempre Alegre e a vila Água Azul.

⁴ Região do Canindé, segundo os moradores de Água Azul, é a região em que hoje estão formadas as vilas ao longo da PA 256. Recebe este nome porque os primeiros moradores eram cearenses da cidade de Canindé/CE.

Com a autorização do então prefeito, Miguel Raimundo, e seu amigo José Araújo, começaram a dividir as terras e a formar as novas vilas. Ao adentrarem nessas terras virgens, os dois amigos encontraram um igarapé de água limpa e cristalina na tonalidade azul, motivo este que levou a batizar aquela localidade com o nome de Água Azul. Esse igarapé até hoje existe na vila, porém com a intensificação do desmatamento e da poluição, quase foi extinto e já não serve mais para o lazer dos moradores da vila.

Após a abertura dessas novas terras, o também cearense José Araújo, retornou a seu estado em busca da família e de quem quisesse terras no Pará. Ao retornar a Tomé Açu, trouxe outras famílias cearenses, dentre as quais as de seu Antônio Lopes e Franciné da Silva, que ao chegarem à vila Água Azul começaram a plantar o que já cultivavam em seu local de origem: arroz, milho, feijão algumas frutíferas e outros.

As áreas que deram origem à formação da vila eram áreas de florestas nativas, motivo este que acabou atraindo muitos nordestinos que escutavam falar da vida tranquila que poderiam levar em Tomé Açu. Assim, muitas famílias chegavam à região cheias de esperança de conseguir as terras fáceis e a fartura que não existia em suas antigas áreas no nordeste do Brasil, o que eles destacam como uma vida tranquila.

Antes de chegar aqui, tinha a opção de ir ou pra região de Marabá, ou pra cá em Tomé Açu, meu amigo me disse: se você pensa em um dia talvez enricar, vá para Marabá, mas se você quiser levar uma vida tranqüila, venha para Tomé Açu. Eu escolhi a vida tranqüila (M. R., 60 anos, agricultor).

Ao chegarem à vila Água Azul, as áreas eram divididas pelo Sr. Miguel e doadas de acordo com a necessidade e tamanho das famílias que chegavam. Algumas dessas famílias que primeiro chegaram à vila Água Azul venderam as terras e se mudaram para Quatro Bocas, outros morreram, e os filhos, posteriormente, venderam as terras.

As chegadas dessas famílias à vila demonstram a perspectiva que esses tinham em melhorar as condições de vida, pois as áreas pareciam propícias, as matas nativas, a água em abundância e grandes extensões de terras desocupadas. As famílias não detinham a posse legal das terras, eram ocupantes ou posseiros. Guerra (2013) identifica os posseiros como aqueles que não possuem o título legal da terra, apesar de ter nela toda uma vida empregada, transformando parte da terra ocupada em área de produção de alimentos.

Alguns dos moradores que vivem na vila Água Azul chegaram com suas famílias quando eram crianças e destacam alguns dos momentos que marcaram a formação da vila, principalmente a construção da PA 256 no início dos anos 70, o que incentivou a chegada de muitas famílias novas à vila e mudança das famílias que antes moravam dentro dos lotes agrícolas para a margem da estrada.

5.2 FORMAÇÃO DA VILA: A APROXIMAÇÃO PARA A MARGEM DA ESTRADA

Além da abertura da PA 256 nos anos 70, outro fator que incentivou a chegada dos moradores para a beira da estrada foi a instalação da energia elétrica no início dos anos 80. A energia inicialmente era a motor, e começava às 18h e terminava às 22h. Foi um incentivo a mais para que os moradores formassem o aglomerado de casas na vila Água Azul. Alguns dos relatos de moradores que chegaram à vila no início dos anos 70 mostram a pouca presença de moradores nesse período.

Quando chegamos aqui, eu tinha 11 anos e só tinha o Sr. Miguel e sua família com um barraquinho velho e um retiro de farinha (C. A. da S., 58 anos, comerciante).

Com a abertura da PA 256 e a facilidade de acesso à vila, começavam a aparecer novas famílias, em sua maioria, maranhenses. Essas novas famílias compraram ou receberam através de doações as terras dos moradores mais antigos. As doações eram realizadas entre famílias ou amigos que já moravam na vila e doavam uma parte para outros membros que chegavam depois. A compra era mais comum entre não parentes, quando novos moradores compravam terras de famílias mais antigas.

Entre as famílias que compraram as terras na vila, destacam-se a de seu Abelardo, 64 anos, que chegou à vila no ano de 1974, originário da cidade de Tutoia/MA. Ele casou-se no município de Tomé Açu com uma também maranhense, originária da mesma cidade.

A família de dona Felicidade, maranhense de 77 anos, chegou à vila Água Azul por volta dos anos 80 porque, enquanto ela ainda morava no Maranhão, seu filho que já morava na vila adoeceu. Após saber da notícia de que seu filho adoecera, veio com o restante da família para a vila Água Azul e até hoje todos permanecem nela.

Ou a história de dona Mirtes, maranhense de 59 anos, que chegou à região com toda a sua família montada na cangalha de um cavalo aos 11 anos. Casou-se na região de Tomé Açu

e, após enviuvar, mudou-se para a vila Água Azul, pois sua filha mais velha iria ser professora na escola da vila. Ela recebeu de sua irmã mais velha a área de terra para construir sua casa e para dar continuidade ao trabalho na roça.

Nos anos seguintes outros moradores foram chegando originários principalmente do Maranhão e Alagoas. Antes de comprarem os terrenos em Água Azul, moravam em Quatro Bocas ou em áreas vizinhas, onde trabalhavam na agricultura, principalmente para os japoneses. Nesse período, aprenderam a cultivar espécies regionais e a pimenta-do-reino. Assim, foram adquirindo pequenas posses em dinheiro e comprando terras. Muitos escolhiam a vila Água Azul para morar e comprar seus lotes pela facilidade em adquirir os terrenos e por esta já apresentar uma estrutura de escola, o que facilitaria o estudo para os mais novos.

A vila Água Azul, em sua formação, era composta apenas por uma rua, que corresponde à PA 256. A rua principal foi por muito tempo também a única, por isso a maioria dos moradores antigos ainda residem nesta. Antes da PA na década de 70, existia apenas um ramal que ligava as vilas vizinhas, e os únicos detentores de veículos automotores que circulavam nesta época eram os japoneses. Os entrevistados afirmavam que existia entre japoneses e brasileiros uma grande rivalidade. Por isso, raramente os japoneses davam carona para os brasileiros, tanto nordestinos quanto paraenses. Assim, estes tinham que fazer todo o caminho até Quatro Bocas a pé, gastando muito tempo. Essa rivalidade está relacionada a um assassinato de um japonês por um brasileiro, o que ocasionou ainda mais o afastamento entre esses.

A ida dos moradores da vila Água Azul até Quatro Bocas para a realização de compras era feita a pé, saindo às 2h da manhã, ou quando estes achassem que já era a hora certa.

As casas da vila, como já mencionado, eram todas de barro ou de madeira com o telhado de cavaco⁵ na beira da estrada.

Quando cheguei aqui tinha algumas casas de barro, tudo na principal. Depois foram abrindo novas ruas com a chegada de pessoas novas à procura de empregos (J. D. de A., 60 anos, aposentada).

As casinhas de antes eram de barro, e poucas de madeira, todas na beira da estrada, as casas novas surgiram após a entrada da empresa, muita gente de fora chegou na vila (M. M., 69 anos, aposentada)

⁵Cavaco é uma espécie de telha feita de pedaços madeira.

Assim, facilitava a instalação elétrica e a locomoção até as vilas próximas. Depois da abertura da estrada, os ônibus de linha começaram a circular com mais frequência e seguiam até a vila Sempre Alegre.

A escola foi fundada em 1971, pelo primeiro morador, o Sr. Miguel, que doou inicialmente um cômodo de sua casa para que as crianças da vila e localidades vizinhas pudessem estudar. A prefeitura cedeu uma professora para ministrar as aulas e alfabetizar as crianças. Esta escola ficou conhecida como escola do Miguel.

No ano de 1973, foi doado pelo mesmo Sr. Miguel a área de seu terreno para a construção de uma sala de aula, e, com a ajuda dos moradores, foi construído um barracão coberto com telha de cavaco e com bancos roliços de embaúba⁶ para sentar. As primeiras professoras foram Mariza e Claudomira Ferreira de Souza, cedidas pela prefeitura de Tomé Açu.

5.3A VILA HOJE

O acesso à vila Água Azul na época das chuvas é feito com paciência e um carro bem traçado para poder passar pelo buracos e pela lama e não atolar. Durante a época mais seca, os moradores necessitam de mais paciência ainda para suportar a poeira que toma conta das estradas e das casas.

A principal atividade econômica da vila está baseada na agricultura, com o cultivo de pimenta-do-reino de algumas fruticulturas, como o cupuaçu e o cacau. Após a agricultura, a principal fonte de renda está centrada no assalariamento, principalmente na dendeicultura, e de modo especial na empresa Biopalma, localizada a 7 km da sede da vila Água Azul, e nas demais empresas que estão nas proximidades, como Agropalma, em Moju, e na BBB, em Tomé Açu e Tailândia.

Hoje na vila Água Azul são estimadas 150 famílias distribuídas em aproximadamente 130 casas e, por aproximadamente 800 pessoas. A vila e é uma das que se destaca ao longo da PA 256. As casas e os principais prédios públicos voltados para a PA 256 formam uma rua com um número considerável de casas coloridas, bem estruturadas, de alvenaria e com telhas de barro. Algumas têm ar condicionado, antena parabólica e antenas para canal fechado de tv.

⁶ Embaúba é uma espécie de árvore muito comum na Amazônia, nascendo em todos os tipos de solos.

5.4 MORFOLOGIA DA VILA

A vila Água Azul é considerada uma vila formada em torno de um centro e por muitos anos foi constituída por uma única rua, que é a rua principal ou a PA 256. Segundo os moradores, a abertura de novas ruas na vila é bem recente, após a construção da Biopalma na PA 256. Um morador antigo da vila que detinha alguns terrenos loteou áreas que estavam por trás da vila. Assim, se originaram quatro novas ruas, que os moradores chamam de “bairro do sossego” ou, como é mais conhecido, “bairro novo”. Nesse bairro existem pessoas de várias localidades do Pará, como Ipixuna do Pará, Aurora do Pará, Barcarena, Acará e outros municípios.

O bairro novo é formado por quatro ruas, que iniciam atrás da igreja católica. Os moradores da primeira rua geralmente são pessoas antigas e alguns são casais novos da própria vila. Nas demais ruas mais afastadas da principal, as casas já são menos coloridas, geralmente estão somente no tijolo ou rebocadas. Existem também muitas casas novas de barro ou de madeira de moradores que chegam aventurando conseguir algum tipo de sustento, principalmente através da venda de mão de obra. As casas do bairro novo já se apresentam menos estruturadas, ou seja, algumas sem energia elétrica e água encanada e outros serviços que têm as casas da rua principal.

As ruas da vila Água Azul não possuem nome ou pelo menos não foram citadas pelos moradores. A identificação mais comum utilizada pelos moradores é citar o nome de alguém conhecido que mora na rua, ou seja, a rua fica conhecida como a rua do “ciclano ou beltrano”.

Ao chegar à vila, um dos principais prédios públicos que se destacam é a escola de ensino fundamental Jarbas Passarinho, que apresenta uma boa estrutura devido a reformas realizadas. Apresenta uma estrutura de cinco salas de aula, uma cozinha, dois banheiros, sala multifuncional, sala de informática, refeitório e uma minibiblioteca. Hoje a escola funciona nos horários da manhã e tarde e tem até o nível fundamental. Os professores e diretores são todos da própria vila ou moram nela. Para concluir o ensino médio, os estudantes se deslocam até a vila nova Olinda, distante pouco menos de 10 km da vila Água Azul.

Os outros prédios públicos que se destacam ao longo da rua principal são as igrejas católica e evangélica. A igreja católica está localizada ao lado da escola municipal e, como de costume nas vilas rurais, está no centro desta. A igreja tem como padroeira Santa Luzia. Da mesma forma como na escola, a área da igreja católica também foi doada pelo Sr. Miguel. A primeira igreja foi construída há cerca de 45 anos pelos moradores da vila. Media cerca de 24m² e era de barro com a cobertura de telha de cavaco.

Há cerca de 20 anos, a igreja foi reformada por iniciativa de um padre. Isso explica o fato de muitas igrejas no município terem a mesma estrutura. Hoje a igreja de Santa Luzia destaca-se na vila através de sua cor azul clara e pelo retrato feito de azulejos da santa padroeira no alto da parede central, por seu jardim sempre muito bem cuidado pelos moradores católicos, pelo salão paroquial, que abriga encontro de jovens da igreja e as festas religiosas, e pela construção de um muro que irá proteger os objetos de valor desta.

Outro prédio de grande importância é o da igreja Assembleia de Deus. Este também está localizado na rua principal, porém, no início da vila. Estima-se que o prédio da Assembleia já exista há mais de 30 anos, funcionando sempre no mesmo local. O primeiro prédio da Assembleia de Deus era bem menor do que o atual e sempre foi de alvenaria. A reforma do antigo prédio aconteceu há 15 anos, proporcionada pelos moradores evangélicos da vila. A edificação destaca-se por ser moderna em comparação aos demais. A frente da Assembleia é toda revestida com lajota verde na parte de cima e azul na parte de baixo. As portas e janelas são todas de vidro.

Foto 1- Ilustração de alguns estabelecimentos públicos, privados e da PA 256 na vila Água Azul, Tomé Açu/PA



Foto: Ribeiro, 2015

Nota: a) Assembléia de Deus; b) Escola municipal Jarbas Passarinho; c) Restaurante; d) PA 256; e) Igreja de Santa Luzia; e f) Comércio com quartos para alugar.

Além desses prédios públicos, Água Azul possui muitos estabelecimentos comerciais. situados na rua principal, com exceção de duas mercearias que ficam no ramal que leva à vila Santa Rosa e a outra na rua que passa atrás da igreja. Na rua principal existe um salão de beleza e uma loja de roupas, ambos com ar condicionado, uma lanchonete, três mercadinhos, uma distribuidora de bebidas, uma padaria, três kitnetes e um restaurante.

O campo de futebol fica um pouco afastado do centro da vila. Antigamente muito utilizado por todos, agora está quase sempre abandonado, com poucos jogos durante o mês. No auge dos contratos de empregos realizados pela empresa Biopalma, existiam muitos jogos e times de futebol na vila Água Azul, a maioria formada por pessoas de fora. Ao lado do campo existia um balneário muito procurado pelos moradores e visitantes da vila. Hoje o balneário está fechado, e o campo de futebol está quase em desuso. Segundo os moradores, os jogos, quando acontecem, são aos finais de semana, quando uma maioria dos trabalhadores rurais ou assalariados estão de folga.

5.5 RELIGIÃO E FESTAS RELIGIOSAS

Encontramos hoje na vila Água Azul duas religiões, a católica e a evangélica da Assembleia de Deus. Apesar de a vila também possuir um templo alugado para o funcionamento da igreja quadrangular, esta não parece funcionar normalmente, pois os integrantes são de outras vilas.

Segundo os depoimentos, os moradores eram todos católicos no início da formação da vila Água Azul, e foram incentivados a fundar a igreja nos anos 70, após a chegada das famílias do Sr. João Evangelista e Leônidas Costa Mourão, oriundas do Maranhão, que ao chegarem à vila, iniciaram as novenas de Santa Luzia.

A Padroeira Santa Luzia foi escolhida, em cumprimento de uma promessa feita à Santa em relação a um problema ocular de um dos integrantes dessas famílias. Posteriormente, deu-se início à construção da igreja.

O terreno em que hoje está construída a igreja que tem como padroeira Santa Luzia, a “santa dos olhos”, era antes um terreiro de candomblé, segundo um morador. Outros relatam que os antigos donos eram somente benzedeiros, mas após a chegada dessas famílias católicas, esse movimento foi enfraquecido. No entanto, as rezas para benzer continuaram. A primeira catequista da igreja ainda hoje mora na vila: é a senhora Salvadora, que por muito tempo tomou de conta da igreja.

No momento da pesquisa, a igreja católica funcionava com missas pelo menos quatro vezes por ano, quando o padre vinha de Tomé Açu para a vila. Essas missas davam-se sempre em ocasiões especiais, como a missa da padroeira Santa Luzia, em Dezembro, missas de batizados, casamentos e crisma, onde o bispo de Abaetetuba comparece à cerimônia. O crisma é um dos momentos mais importantes da igreja católica, não sendo diferente na vila Água

Azul, visto que toda a comunidade católica se reúne para reformar a igreja, ensaiar os hinos a serem cantados na missa e na aquisição de alimentos para o lanche no final da cerimônia.

Todos os dias em que ocorrerão missas já estão pré-agendados. No entanto, sempre aos domingos de manhã às 9h são realizados cultos ministrados por um representante da igreja em Água Azul. Esses cultos são animados pelo grupo de jovens da igreja.

O grupo de jovens da igreja católica foi fundado por missionários em 2012 e tem como nome “Jovens Iluminados por Cristo”. É formado em média por 20 membros que se reúnem todos os domingos no final da tarde no salão comunitário da igreja. O grupo tem como principal objetivo animar as missas e socializar com os jovens da vila novas formas de “viver em cristo”.

Além do grupo de jovens, a igreja católica também possui um grupo de homens e outro de mulheres que se reúnem para rezar o terço. O terço das mulheres é realizado uma vez por semana, todas as sextas-feiras após às 17h, na igreja. O terço reúne geralmente as senhoras da vila que também entoam cantos litúrgicos e lêem o evangelho do dia segundo o calendário da igreja católica. O terço dos homens é bem parecido com o das mulheres, mas é realizado às segundas feiras a partir das 18h, pois, muitos homens trabalham fora, e esse horário é o mais adequado para a maioria.

A organização do terço indica uma combinação, entre homens e mulheres, pois os horários sugerem que os homens são dedicados ao trabalho fora de casa, e as mulheres, aos trabalhos domésticos.

A igreja católica também organiza os domingos alegres, que são festas em vilas rurais com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção da igreja. Cada domingo, uma vila é escolhida para sediar o acontecimento, e os moradores das demais comparecem. Nesse dia, a vila que sedia o domingo alegre fica responsável pela venda de comidas, sucos, águas e pelas brincadeiras e outras dinâmicas que irão arrecadar fundos para a igreja.

A festividade de Santa Luzia acontece no dia 13 de dezembro. Segundo os depoimentos, iniciou desde a fundação da igreja, na década de 70. No entanto, a festividade era bem diferenciada do que é hoje.

Quando cheguei aqui já tinha festividade, a igreja era bem fraquinha, chamávamos de capela, ainda não tinha energia na vila, e a festividade era só na vela e no lampião, vinha gente das comunidades ao lado, Santa Rosa, Poeirão. Hoje ninguém quer ir, todo mundo fica nas casas assistindo televisão. Antes era

animado que só, mesmo sem ter energia (F. C., 77 anos, aposentada).

Era muito comum nessa época as festas recreativas que reuniam toda a comunidade católica no período que antecedia o dia da padroeira. As festas iniciavam uma semana antes e eram regadas a muita cerveja, músicas, mas sem danças. Animais vivos e comidas eram doadas pelos moradores da vila para o leilão.

Antigamente era o arraial que juntava toda a comunidade, tinha bebida com festas de aparelhagem, mas não dança, mas as coisas mudaram depois que a igreja impediu a venda de bebida (P. A. do N., 55 anos, radialista e agricultor)

Hoje só tem a celebração, o pessoal almoça lá, aí terminou, e todo mundo vai pra suas casas. Acabou a cerveja, acabou o povo (risos), hoje a festa é só um dia no ano (A. S. L., 64 anos, agricultor).

Observei que as festas religiosas no passado da vila Água Azul correspondiam ao que vários autores denominaram de sua dupla aptidão, ou seja, profana e religiosa (WAGLEY 1988; CANDIDO 1987 e QUEIROZ 1973).

Na ocasião da pesquisa os festejos de Santa Luzia eram comemorados com mais formalidade, acontecendo somente no dia 13 de dezembro. Porém, no lugar das festas e leilões que antecedia o dia da santa, realizavam-se somente as novenas na própria igreja da vila, e o almoço comunitário de encerramento. As novenas iniciam no dia quatro e seguem finalizando no dia 13 de dezembro com a missa celebrada por um padre. Este é um dos poucos dias em que há celebração.

A organização do almoço de encerramento da festividade não é responsabilidade de uma única pessoa, mas dos grupos da igreja ou das famílias que se reúnem e doam algum tipo de comida que irá ser servido.

A Assembleia de Deus também é muito forte na vila, estando presente segundo os moradores há pelo menos 30 anos. O primeiro pastor e também fundador da igreja foi o Pr. Geraldo e, que morava ao lado da Assembleia em uma casinha de madeira.

Hoje a Assembleia tem seus cultos e orações todos os dias, porém se destacando alguns dias da semana, como as terças, quartas, sextas e domingos. Às terças, sextas e aos domingos ocorrem os cultos de oração com hinos e a leitura da bíblia e a explicação da palavra de Deus. Nas quartas-feiras, ocorre o círculo de oração das mulheres, cujo objetivo além das orações, é realizar também formações sobre a bíblia e aconselhamentos sobre diversos temas familiares. A Assembleia também possui um grupo de mais ou menos 22 jovens que se reúne mensalmente em congregações diferentes, ou seja, em várias vilas.

Os pais (pai e mãe) que frequentam a Assembleia criaram um grupo de crianças que tem como objetivo reuni-las no momento das orações para que os pais possam se concentrar nos dias de cultos. Geralmente é escolhido um adulto que toma conta das crianças. Enquanto os pais oram, as crianças realizam atividades religiosas.

A Assembleia organiza um círculo de oração, onde se reúnem várias congregações vizinhas no mês de agosto. O evento acontece desde que a igreja foi fundada, e ali as pessoas compartilham experiências e socializam seus testemunhos de vida.

As religiões e as festas religiosas buscam mais que a salvação. Fazem parte da vida social local por representar uma forma de interação social dos indivíduos em um dado grupo. Assim, proporcionam não só a distração para os habitantes da vila Água Azul como contribui para dinamizá-la. Assim, destaco que uma parte importante da organização social da vila está relacionada aos laços religiosos.

5.6 LAÇOS FAMILIARES E DE VIZINHANÇA

Apesar de não ter me aprofundado nas relações familiares da vila Água Azul, observei vários aspectos referentes ao tema. As relações familiares e de vizinhança na vila Água Azul aparentemente são fortes, o que, segundo Candido (1987), acabam fortalecendo a unidade do bairro.

Na vila Água Azul, os moradores mais antigos são parentes: quando o laço de parentesco não é sanguíneo, é o de afinidade formado com o casamento. Os novos casamentos que surgem na vila são preferencialmente com pessoas da própria vila ou de vilas vizinhas. E terminam fortalecendo os laços familiares entre as famílias envolvidas, que antes eram apenas vizinhas. Esses laços influenciam na solidariedade entre as famílias, observável por meio das trocas de alimentos e com a preocupação quando alguém da família adocece.

O compadrio é outra relação muito importante na vila Água Azul. Os compadres podem ser escolhidos dentro da própria família ou, como é mais comum, serem escolhidos

por laços de amizade e pelas relações de trabalho que os moradores mantêm entre si. Não percebi na vila o compadrio por interesses, como cita Wagley (1988), onde se escolhem famílias com posses para serem os padrinhos dos filhos.

Nas famílias mais antigas, todo mundo tem algum compadrio com outra família.

Na vila Água Azul todo mundo é compadre de todo mundo (M. da S., 50 anos, Agente comunitária de saúde).

Os laços de vizinhança são mantidos, principalmente com as formas de trocas de alimentos, preferencialmente entre as mulheres, que trocam comidas e receitas, ou então convidam para comer em suas casas algum tipo de prato novo ou algum prato típico.

É muito comum na vila Água Azul a ajuda entre vizinhos, principalmente quando alguma vizinha sai para Quatro Bocas ou para a vila da Forquilha para realizar alguma tarefa. A outra vizinha que fica na vila Água Azul se responsabiliza pelo preparo do almoço e cuidados com o filho daquela.

5.7 ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

A Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Vila Água Azul (AMPPRAA) é a única organização associativa na vila. Foi fundada em 1985 por alguns amigos que viram a necessidade de se organizar de forma legal para conseguir alguns objetivos comuns. A associação teve como primeiro presidente o Sr. Pedro Araújo do Nascimento, filho de Miguel Raimundo, primeiro morador da vila. O objetivo inicial da associação era o financiamento de projetos agrícolas através dos programas ofertados pelo governo, já que os recursos eram liberados somente via associação.

A associação em sua fundação contava com 80 sócios participantes ativos. As reuniões aconteciam uma vez ao mês, sempre no último domingo, em sua sede, e os principais temas tratados eram os financiamentos para a agricultura.

Os diretores da associação ficavam responsáveis por registrar os nomes dos interessados em financiar algum tipo de cultivo e levar até o banco que daria o empréstimo.

Nesse tempo era muito bom, saíamos cedo daqui da vila até Quatro Bocas, o banco ficava o dia todo à nossa disposição, ele funcionava nesse dia só para atender a associação. Existiam os dias agendados para

cada associação. Mas hoje ninguém mais precisa de associação para financiar um projeto (J. da S., 50 anos, motorista e agricultor).

Os primeiros financiamentos para a associação foram via FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, para o cultivo da banana, pimenta-do-reino e cupuaçu, mas não deram certo para a maioria dos sócios. No segundo financiamento, o número de inadimplentes chegou a 80%. As explicações para a inadimplência são várias, porém, foram resumidas por um entrevistado:

Quem teimou em plantar pimenta e cupuaçu foram os que deram certo, os que plantaram a banana e o cupuaçu se deram mal porque não deu pra concorrer com a banana vinda de fora, e o cupuaçu não foi pra frente devido às indústrias de polpas que tem na região, elas não aceitavam a nossa polpa, a pimenta foi quem salvou quem plantou ela (M. R., 60 anos, agricultor)

Em 2002 a associação, sob a presidência do Sr. Prisco dos Santos, alcançou um número significativo de sócios e financiamentos com diversos produtos. Entre estes, um caminhão para o transporte dos produtos agrícolas dos sócios e para a realização de fretes, uma malharia e uma usina de beneficiamento de arroz. No entanto, nos anos seguintes a associação teve uma queda no número de sócios. As explicações para essa queda é variável, alguns falam sobre a má administração que seguiu posteriormente, e outros relatam a inadimplência de muitos sócios no pagamento dos financiamentos.

Assim, esses projetos iniciaram bem, mas não foram para frente, restando somente o aluguel dos bens que sobraram, que foi o caminhão e a casa onde funcionava a usina de arroz.

A comunidade tem uma usina de arroz que virou museu, ninguém mais planta arroz, a terra não dá mais pra isso (S. A., 64 anos, agricultor).

Hoje a associação é coordenada pelo Sr. Paulo Carvalho e conta somente com seis sócios ativos, que continuam a se reunir no último domingo de cada mês. As discussões são referentes aos assuntos da vila e ao projeto de SAFs, que é de responsabilidade da associação.

No ano de 2005 a associação recebeu o apoio da Fundação Verde do Japão, que tem como objetivo fortalecer e apoiar a agricultura familiar do município de Tomé Açu. Nesse mesmo ano se tornou a AMPPRAA. Nesse período, várias outras associações também foram contempladas com o projeto naquele município.

Esse é o único projeto que está em andamento na associação. Trata-se de um projeto de SAFs, ou “saladinha”, como é chamado pelos sócios, e está em uma área doada por um dos sócios. É composto por cupuaçu, cacau, espécies florestais e pimenta-do-reino. O projeto doou também um viveiro com sistema de irrigação completo para que a associação, depois de treinamentos, fosse capaz de produzir suas próprias mudas e vendê-las para arrecadar fundos.

O viveiro de mudas encontra-se abandonado, somente o projeto “saladinha” ainda está gerando algum tipo de renda para a associação. A limpeza desta área é realizada por mutirões entre os sócios ou por alguém que é pago para realizar a roça mecanizada.

Dessa forma, a vila água Azul é organizada em diferentes níveis de hierarquização, que vai dos moradores mais antigos aos novatos que chegam buscando assalariamento na dendeicultura. A organização social da vila está relacionada principalmente ao que relatou Candido (1987) e Wagley (1988) quanto às religiões e festas religiosas, por serem marcadas por um envolvimento comunitário com grande número de pessoas e movimentarem praticamente todo o bairro para dar continuidade a este momento da comunidade. Na vila Água Azul a religião e os laços de parentesco são as principais formas de organização social.

6. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA VILA ÁGUA AZUL

O objetivo deste capítulo é analisar as persistências e transformações na organização do trabalho familiar sob influência da dendeicultura na vila Água Azul. Estudo os tipos e as evidências da divisão sexual em um estudo comparativo referente às atividades realizadas no passado e no presente. O passado foi relacionado às atividades praticadas pelas famílias ao chegarem à vila. O presente está relacionado às atividades que são praticadas atualmente pela família.

O foco de análise são 13 famílias que desenvolvem diferentes atividades. O contato inicial com essas famílias foi em uma visita. Posteriormente, as procurei para a aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas não diretivas, cujas informações forneceram os elementos para as reflexões deste capítulo.

Para entender a atual organização do trabalho das famílias estudadas, foi necessário analisá-las a partir das suas diferenças e semelhanças quanto à relação ou não com a dendeicultura. Nesse sentido, as unidades familiares foram selecionadas segundo alguns critérios e agrupadas em três conjuntos: quatro famílias com agricultores que possuem contrato de integração; quatro famílias agricultoras que possuem membros assalariados na dendeicultura; e cinco famílias agricultoras sem relação direta com a dendeicultura, conforme o Quadro 3 citado na metodologia.

As famílias dos entrevistados são todas de origem nordestinas, dos estados do Maranhão, Ceará e Alagoas, com exceção de dois que são do próprio Estado do Pará, município de Santa Maria do Pará e Tomé Açu.

6.1 TRABALHO DE ONTEM

Neste primeiro momento, enfatizo os primeiros trabalhos realizados pelas famílias agricultoras na vila Água Azul, destacando suas principais atividades e produtos cultivados ao chegarem à vila. O passado é relativo, dependendo do ano de chegada de cada família na vila. No entanto, suas chegadas estão entre os anos 70, 80 e 90.

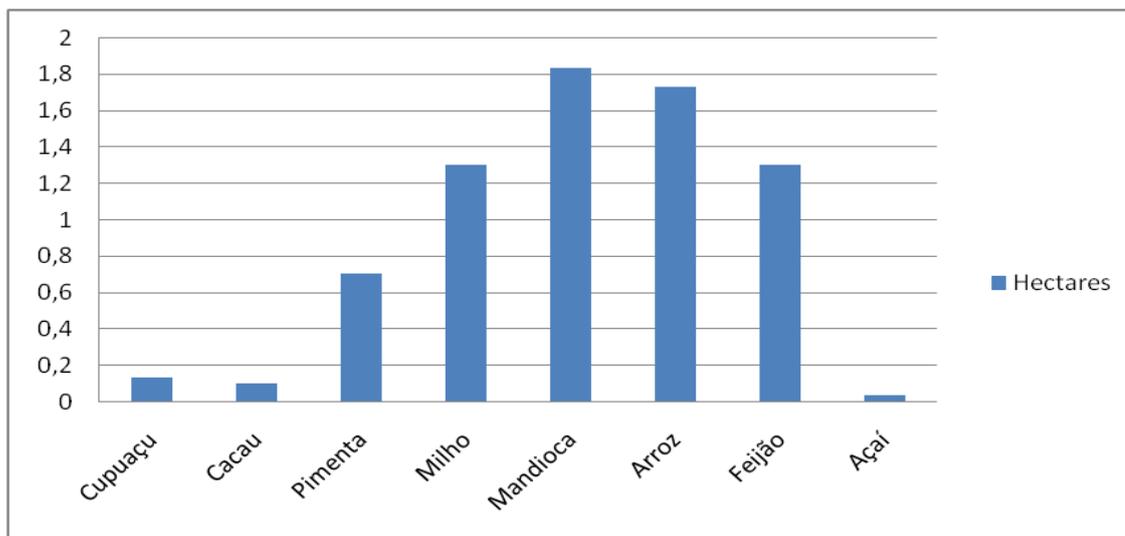
6.1.1 Primeiros trabalhos

Como já mencionado anteriormente, os primeiros a chegarem à vila Água Azul foram os cearenses, seguido dos maranhenses, alagoanos e outros. O trabalho realizado por esse primeiro grupo, os cearenses, era diversificado e estava baseado na produção de culturas alimentares de ciclo curto, como feijão, arroz e milho, no extrativismo vegetal e nas criações de animais de pequeno porte (galinhas, galos e patos) e suínos.

As culturas alimentares são chamadas pelos entrevistados de roça. Assim, estes associam o trabalho da roça ao plantio dessas espécies destinadas, em sua maior parte, para a alimentação. O excedente deve ser vendido ou trocado. Da mesma forma, chamarei o conjunto dessas culturas de roça.

Assim, as culturas alimentares foram para essas famílias a principal fonte de alimento e renda. O gráfico abaixo ilustra as áreas em hectares (ha) das culturas alimentares no passado, produzidas pelas 13 famílias, destacando sempre a produção de mandioca e arroz como uma das principais, chegando à média de 1,8 ha e 1,7 ha, respectivamente, por agricultor.

Gráfico 1- Média da área e cultivos plantados pelos agricultores ao chegarem à vila Água Azul/Tomé Açu/PA.



Fonte: pesquisa de campo da autora, 2015

Os maranhenses, ao chegarem, começaram a cultivar, além das culturas alimentares, outras espécies de ciclo longo como: cupuaçu, cacau, açaí e pimenta-do-reino. As técnicas e os tratos culturais para o plantio dessas novas espécies foram adquiridos, em alguns casos, ao

trabalharem com brasileiros e, principalmente, com os japoneses no próprio município de Tomé Açu.

Desse modo, as culturas perenes⁷ começam a fazer parte também dos cultivos dos moradores da vila, porém, de uma forma ainda tímida. Alguns destacam que antes de começarem a trabalhar por conta própria, iniciaram trabalhando para outros, na condição de trabalhador braçal ou diaristas, até conseguirem dinheiro suficiente para comprar um pedaço de terra, que a doação era mais difícil, após a década de 80. Conforme o diálogo abaixo,

Quando eu cheguei aqui, eu trabalhava para os outros, brasileiros, japoneses, mas principalmente pra japoneses. Aí a gente foi arrumando conhecimento, e a família foi chegando, e eu tive que procurar um local. Antes de comprar esse lote eu trabalhava na diária. (A. P. C., 50 anos, agricultor familiar).

As terras, antes cobertas principalmente de matas, passaram a dar lugar, através do processo de corte e queima, a terras propícias ao plantio, destacando a boa fertilidade que essas terras possuíam por se tratarem de terras virgens. O trabalho para o plantio das roças era iniciado com a derrubada das espécies vegetais da área, durante o período de estiagem, nos meses que antecedem janeiro. Era um trabalho exclusivamente masculino, informaram os entrevistados.

As espécies florestais de maior valor econômico eram retiradas e vendidas para madeireiros. As demais eram usadas na própria casa para suprir necessidades domésticas e estruturais. As sobras de madeira, galhos e restos vegetais sem valor econômico eram deixadas por 30 dias ou até essa matéria orgânica secar para então serem queimadas, e assim remover os restos deixados pela derrubada, processo esse conhecido por coivara⁸.

Machado e foice eram os equipamentos usados para derrubar a mata. Depois da derrubada, esperava-se os restos da derrubada secar, para depois queimá-lo, a coivara vinha no final de tudo, para poder deixar o terreno pronto para o plantio. A madeira de valor como, angelim, maçaranduba, amapá e andiroba, eram

⁷ Perene é aquela que mantém pelo menos parte da sua estrutura aérea todos os anos, e dá fruto nas estações propícias.

⁸ Amontoado de galhos de árvores e arbustos que são separados para se atirar fogo.

retiradas e eram usadas na própria casa, outra parte era estocada, e uma terceira era vendida (P. A.do N., 55 anos, radialista e agricultor interado)

O processo de trabalho de derrubada da mata até a coivara é aquele em que se esperava a maior participação dos homens da família e da vila por ser considerado como o mais penoso. Nesse período era muito comum a utilização dos mutirões para transformar as matas em “terra de trabalho”, garantindo assim que todas as áreas estariam prontas no período certo para se iniciar o plantio.

O mutirão se destaca nesse primeiro momento, principalmente entre as primeiras famílias de cearenses que chegaram à vila. Entre elas se destacam as famílias de Antonio Lopes, Sebastião Cruz e Raimundo Mira. O mutirão poderia ser realizado em todas as etapas, conforme a necessidade da família, mas principalmente, segundo os entrevistados, no preparo do solo, pois é uma atividade que requer grande quantidade de mão de obra, principalmente por serem essas primeiras famílias as responsáveis pelo desbravamento das terras ainda não povoadas.

A agricultura de corte e queima, ou agricultura itinerante, como também é conhecida na região Norte, era o principal processo utilizado entre todos os entrevistados. Este sempre era realizado por aqueles que destacavam-se como os mais “fortes” da família, ou seja, o pai e os filhos homens mais velhos. Das 13 famílias, em 12 o pai sempre estava presente nessa primeira etapa.

A área antes ocupada por mata dá lugar a outros cultivos, até transformar-se em juquira, capoeira ou capoeirão (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), a depender do período de pousio⁹ realizado entre os agricultores. O tempo de descanso e crescimento das vegetações seguintes variavam de 1 a 10 anos entre os agricultores, ficando em torno de 5 anos.

Dos entrevistados, oito utilizavam áreas de mata para realizar o plantio das roças, enquanto dois plantavam em áreas de capoeirão, dois em áreas de capoeira, e um em área de juquira. Nos demais cultivos, se utilizavam o capoeirão, capoeira ou a juquira para o plantio. As áreas de matas que davam lugar ao plantio eram utilizadas pelas famílias mais antigas. As demais famílias que chegavam utilizavam áreas já desmatadas. Assim, nos anos subsequentes já não existia tanta mata para ser derrubada como para as primeiras famílias.

⁹ Tempo destinado ao descanso do solo, tempo entre um plantio e outro.

A utilização de áreas de mata para se iniciar um plantio é destacado na literatura por Woortmann e Woortmann (1997). Segundo os autores, a mata designa uma área cuja cobertura vegetal nunca sofreu derrubada, ou que sofreu derrubada há muitas décadas.

O mato é o ponto de partida de qualquer dos espaços do sítio. Após derrubado, torna-se roça, que se torna capoeira fina, que evolui para capoeira grossa, que novamente se torna roça, até que, inviabilizado o rodízio de terras, o solo excessivamente “esmorecido” é coberto de pastagem ou palma. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 28)

A escolha da terra para iniciar um novo plantio levava em consideração, portanto, suas qualidades, e a adequação à necessidade do grupo doméstico de consumo e venda (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Assim, o plantio em terras que eram matas era uma das principais áreas utilizadas pelas famílias de Água Azul, pois sabiam das qualidades daquele solo e que a produtividade seria boa.

A roça, portanto, foi uma das principais atividades realizadas pelos moradores da vila Água Azul na agricultura. Todos os entrevistados tinham a roça como a principal ocupação da família, e a estas dedicavam a maior parte do seu tempo e áreas a esses cultivos.

Na vila Água Azul, o ano agrícola estava associado a dois períodos, sendo o primeiro marcado pela estação chuvosa, que vai de janeiro a junho. O segundo período, ou estação seca, compreende os meses de julho a dezembro. Assim, o calendário agrícola das famílias da vila obedece à sazonalidade dessas duas estações, destacando para o roçado sempre os meses iniciais de janeiro e fevereiro.

O trabalho na roça, segundo Castro (1998) é também um momento de fortalecimento dos laços de solidariedade, por corresponder à intensificação das relações intra e interfamiliares em função da organização do trabalho em suas diversas fases, através do trabalho familiar e do mutirão.

A organização do trabalho familiar era bem diversificada, principalmente em relação ao trabalho da mulher. Enquanto algumas trabalhavam somente no serviço doméstico, outras se dedicavam também à criação de animais nos arredores da casa e ao cultivo das plantas medicinais. Em outros casos além dos trabalhos já citados, as mulheres trabalhavam no plantio da roça e na colheita, no descasco e na peneira da mandioca para a produção de farinha e na colheita da pimenta-do-reino.

A mulher, quando ajudava no espaço da roça, tinha que dividir seu tempo entre a casa e o roçado, conforme a citação abaixo,

As mulheres saíam cedo para ajudar na roça, voltavam e olhavam as panelas e depois retornavam ao campo (R. J. R. C., 55 anos, agricultor integrado).

A roça é tida como um espaço prioritariamente masculino, onde geralmente o pai é responsável pela organização do trabalho, por enviar o alimento à casa e pela realização do trabalho mais “pesado” (BATISTA, 2009).

Dessa forma, no quadro abaixo, distingi a mão de obra utilizada em cada momento das atividades agrícolas, sendo que as quatro primeiras famílias são as que têm membros integrados à dendeicultura. As famílias de cinco a oito são as que possuem membros assalariados, e as seguintes de nove a 13, são as famílias de agricultores familiares sem relação direta com a dendeicultura.

Quadro 21- Organização do trabalho familiar nas atividades agrícolas no passado na vila rural Água Azul, Tomé Açu /PA.

		Família	N° de membros	Preparo da área	Plantio	Colheita	Venda
		integrados	1	8	Pai e Filhos	Pai e Filhos	Crianças e diaristas
2	8		Pai e Filhos	Filhos e multirão	Multirão	Pai	
3	9		Pai e Filhos	Família	Pai e os Filhos	Pai	
4	7		Pai	Pai e os Filhos	Pai e os Filhos	Pai	
assalariados	5	6	Diaristas	Pai	Pai	Pai	
	6	13	Pai	Pai	Família	Pai	
	7	5	Pai e o filho	Pai e o filho	Pai e diaristas	Pai	
	8	7	Pai	Pai	Pai e Diaristas	Pai	
sem relação com o dendê	9	4	Pai e o filho	Pai e multirão	Pai e multirão	Pai	
	10	9	Pai	Pai e os filhos	Pai e os Filhos	Pai	
	11	5	Pai	Pai e os Filhos	Pai e os Filhos	Pai	
	12	9	Pai	Pai e mãe	Pai e um diarista	Pai	
	13	5	Família	Família	Família	Pai	

Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

A divisão dos trabalhos era diferenciada entre homens, mulheres e crianças. Porém o trabalho da venda dos produtos agrícolas sempre estava associado ao pai, e num único caso ao

pai e ao filho, pois é o pai que tinha a obrigação de levar dinheiro e comida pra dentro de casa e conseguir um bom preço para os produtos da lavoura.

O local de venda desses produtos era a vila de Quatro Bocas, ou na vila da Forquilha. No entanto, era comum entre os entrevistados a troca dos produtos da lavoura, pois, a venda de muitos produtos, como a farinha de mandioca, era mais difícil.

Era muito comum chegar com os produtos no local de venda e não conseguir vender, aí o jeito era trocar por outros produtos. (M. de J. O. C., 60 anos, comerciante e agricultora)

Aos pais cabia a responsabilidade de repassar a seus filhos os conhecimentos adquiridos com seus pais e assim dar continuidade ao trabalho na agricultura. As crianças tinham um papel fundamental na organização do trabalho familiar. O trabalho era iniciado de forma “leve”, acompanhando os pais na roça, primeiramente levando alimento para quem está trabalhando. Esse trabalho era considerado por alguns como uma “diversão”. Com o passar do tempo, as responsabilidades e o trabalho aumentavam.

Os meninos, aos 7 anos, começavam a ajudar os pais nas atividades agrícolas. Inicialmente os trabalhos eram peneirar massa de mandioca, limpar o pimental, plantar maniva e pilar os grãos de arroz. No tempo livre aprendiam a pescar nos igarapés.

O trabalho das meninas estava ligado principalmente a ajudar as mães nos trabalhos domésticos, limpeza da casa, roupas e louças. Tinham a responsabilidade de cuidar do almoço, quando as mães estavam com os pais no trabalho da roça. Cabiam às meninas também a responsabilidade de ajudar as mães na criação dos irmãos mais novos. Assim, as mães ensinavam as filhas trabalhos considerados femininos, a cuidarem de uma casa, pois, futuramente teriam as suas próprias casas.

Com o surgimento da escola, o trabalho das crianças passou a ser dividido, acontecendo preferencialmente nos períodos de folga da escola.

6.1.2 Trabalho na floresta

Uma das formas de trabalho iniciada pelos primeiros moradores da vila estava ligada à extração de produtos da floresta, principalmente na extração de frutos da Bacababeira (*Oenocarpus bacaba*), e da maçaranduba (*Manilkara huberi*), da qual se retirava o látex,

conhecido pelos moradores mais antigos como “balata”, da qual era feita a borracha e servia como mais uma fonte de renda a ser vendida em Quatro Bocas ou na vila da Forquilha.

Somente dois entrevistados, que moram desde o início da formação da vila, relataram que seus pais usufruíam do látex da maçaranduba. No entanto, era uma atividade muito comum entre os primeiros moradores, fato este que demonstra que a extração da balata foi uma das primeiras atividades realizadas pelas famílias ao chegarem à vila.

A extração da balata era realizada de forma artesanal. Uma das técnicas mencionadas pelos entrevistados era o corte e derrubada da árvore para assim extrair o leite e a venda da madeira. Os moradores não detinham conhecimento específico para essa extração, pois, o látex da maçaranduba era diferenciado da seringueira (*Hevea brasiliensis*), este era mais “grosso”.

Homem e mulher tinham papéis destacados no trabalho para a produção da balata. Enquanto os homens eram os responsáveis pela coleta e pelo cozimento do leite, as mulheres tinham o trabalho de limpar a balata enquanto esta ainda estava quente para retirar os pedaços de tocos de madeira que se misturavam ao leite durante o processo da extração na própria floresta. Esse trabalho era destinado às mulheres, pois exigia mais atenção para não deixar nenhum pedaço de madeira, já que, em caso de conter madeira, não serviria para a venda. Essa atividade, quando era realizada, iniciava pela manhã e terminava ao anoitecer.

As mulheres, ao saírem de casa para iniciar esse trabalho, precisavam acordar mais cedo, preparar o almoço e deixar as filhas cuidando dos filhos mais novos para poder sair e ajudar o marido no preparo da balata.

A balata para nós era como a pimenta-do-reino hoje em dia (P. A. do N., 55 anos, radialista e agricultor integrado).

A coleta da balata, assim como dos demais produtos da floresta, era realizada em áreas privadas, pois, cada um tinha sua área agrícola que media em média 200 x 1000 m. No entanto, esse tamanho podia variar porque a mensuração não havia sido feita com instrumentos precisos.

A venda da balata por algum tempo foi a principal fonte de renda das primeiras famílias da vila.

Um dos pontos que também se destacam no trabalho realizado por esses primeiros moradores na floresta era a coleta da bacaba, fruta típica dos solos amazônicos. Sua coleta era

realizada pelos homens através do corte do colmo¹⁰ da planta, para poder se retirar o fruto, utilizado somente para o consumo. A colheita do fruto acontecia durante os meses de janeiro e fevereiro e só foi ocorrer de forma mais adequada quando chegaram os cametaenses na região de Tome Açu, através do corte somente do cacho da fruta, demonstrando assim a existência de saberes diferentes na realização do trabalho entre nordestinos e paraenses.

Segundo os depoimentos essas atividades iniciais de corte do colmo, com a coleta dos cachos sem uma técnica adequada, foi um dos motivos que levaram à diminuição dos pés de bacabeira nativos na região. Além dessa atividade, a extração demasiada das madeiras de valor econômico e a derrubada para o plantio das lavouras levaram ao desaparecimento das florestas nativas da vila Água Azul. A atividade extrativista é ocasional na vila no momento atual. Hoje as únicas áreas de cobertura florestal estão sob posse da empresa Biopalma, que comprou como forma de mantê-la como sua reserva legal.

6.1.3 Trabalho nas águas

Ao chegarem à vila Água Azul, os primeiros moradores se deparavam com uma grande diversidade de peixes nos igarapés da região. No entanto, a pesca era realizada somente para consumo e por diversão para os mais novos.

A coleta era realizada por meio da construção de pequenas barragens, feita pelos mais velhos, ou pelos pais, para o peixe se concentrar em um só local, ou através da utilização de redes de pescas mais conhecidas como “malhadeiras” e com os “matapis”¹¹.

As coletas eram realizadas principalmente no verão, que “traz consigo maior presença de peixe na dieta alimentar. Os pescadores defrontam-se com alterações na coloração da água, na profundidade do rio, nas mudanças de cardume e, com elas, a tarefa de seleção dos equipamentos segundo as preferências, antes de sair para pescar” (CASTRO, 1998).

Os mais velhos ensinavam aos mais novos a confeccionar o matapi, porém eram os mais velhos que o colocavam na água, porque eram esses que tinham o conhecimento do melhor local para a captura dos camarões e peixes. As crianças iam só verificar se tinha algo na armadilha.

*Tinha muito peixe aqui, tinha jacundá, cará,
pacu, traíra, ucuá e muitos outros, a melhor*

¹⁰ Colmo é o caule das palmeiras.

¹¹ É uma armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão e peixes.

época pra pegar peixe era na época das chuvas, meu pai falava que era quando o cupim criava asas, porque os peixes vinham pra comer eles (P. A. do N., 55 anos, radialista e agricultor integrado).

A intensificação dos desmatamentos das áreas de mata e das Áreas de Preservação Permanente (APP) e do uso indiscriminado, por fazendeiros e outros que moravam nos arredores da vila, de produtos tóxicos, tanto na lavoura, quanto para matar os peixes (Timbó), levou ao desaparecimento dos peixes e a inutilização dos igarapés. Dessa forma, o trabalho nas águas também se tornou raro nos dias atuais. Os poucos igarapés que sobraram são utilizados somente para o lazer dos moradores da vila Água Azul e vilas vizinhas.

Existia na vila Água Azul o que Witkoski (2007) estudou referente ao camponês amazônico, cujo trabalho é dividido em três ambientes, o das águas, o das florestas e o da terra. Para os imigrantes, houve um aprendizado para atuar nesse ambiente. Isso aponta que apesar um processo de integração simultânea entre os três ambientes, trabalhando tanto como agricultor, criador e extrator de produtos animais e florestais, em um ecossistema onde a terra, a floresta e a água são espaços naturais ou humanizados que exigem muito trabalho.

6.2 TRABALHO DE HOJE

O trabalho de hoje é relacionado aos trabalhos realizados pela família no ano de 2015, quando fiz a pesquisa. De modo geral, o trabalho das famílias é configurado a partir de uma divisão social do trabalho pautada nas diferenças de sexo, idade e geração. No entanto, conforme a demanda, são feitos novos arranjos nos papéis ocupacionais de cada membro, segundo as culturas tradicionais e recentes.

6.2.1 Novos trabalhos

O trabalho de hoje na vila Água Azul ainda está prioritariamente ligado à agricultura. Após a implantação da empresa Biopalma na região, outros tipos de trabalho surgem, principalmente assalariados na dendeicultura, atendentes de comércios, moto-taxistas, pedreiros e tantos outros que aparecem pelo consequente aumento da população. Os serviços públicos da prefeitura empregam mulheres e homens tanto na vila Água Azul como em vilas vizinhas.

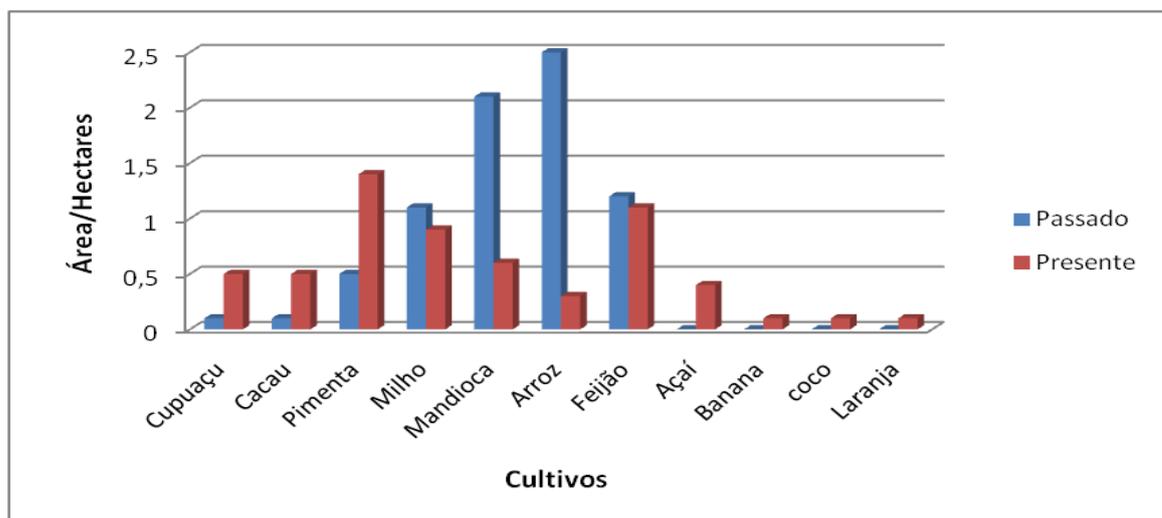
A população da vila Água Azul que trabalha com a agricultura ocupa-se nos tratos culturais de cada cultura em áreas próprias ou alugadas, ou prestando serviços (diária ou empreita) a outros que plantam. Devido à agricultura ser uma das principais fontes de renda das famílias da vila, existe uma grande demanda por mão de obra para prestar os serviços necessários às culturas, do plantio até a colheita.

O modelo de trabalho desenvolvido na agricultura na vila Água Azul diferencia-se do modelo citado no passado. Além de ocorrerem mudanças das espécies (de ciclo curto para aquelas de ciclo mais longo), a exemplo do dendê, há também o aumento significativo das áreas plantadas com cupuaçu, cacau e açaí. O modelo utilizado no presente se diferencia também do anterior em função da extinção das áreas de mata utilizadas para o plantio. Esse fato é justificado pelos entrevistados para o desaparecimento do plantio de certas culturas como o arroz.

As terras antes utilizadas para os roçados eram consideradas terras de boa fertilidade, por isso, davam um bom rendimento. Porém, com a sua utilização contínua durante anos, os solos tendem a empobrecer química, física e biologicamente, através da diminuição da fertilidade natural. Por isso, as famílias optaram por outros cultivos.

Os novos cultivos, segundo os entrevistados, estão ocupando parte das áreas que eram destinadas às lavouras temporárias. O gráfico abaixo mostra a área de cada cultura e as mudanças comparadas no ano de 2015 em relação ao passado.

Gráfico 2- Média das áreas plantadas das principais culturas agrícolas no passado e no presente na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.

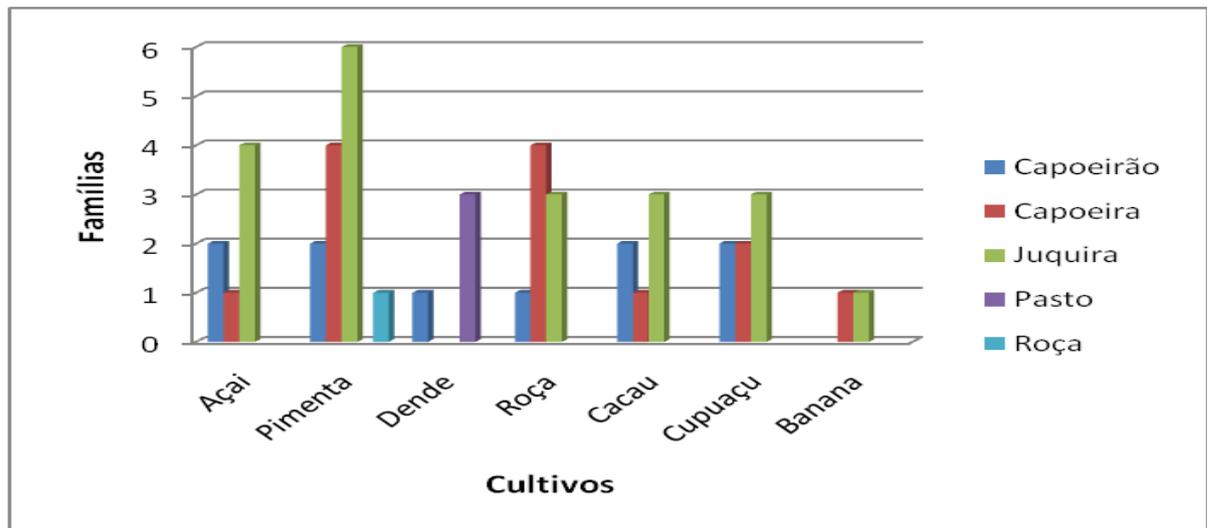


Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

Por ocasião da pesquisa, o tamanho das áreas de roças das principais culturas alimentares (feijão, milho, arroz e mandioca) na vila Água Azul, variava de 0,1 a 1,5 hectares por família. Existindo, nesse caso, uma relação direta entre a disponibilidade de áreas agricultáveis nas unidades de produção das famílias ou em áreas de vizinhos e parentes. As famílias que possuem uma maior capitalização são as que possuem maior área plantada.

O espaço utilizado a cada cultura também mudou. Grande parte do plantio é realizado em áreas de juquira e capoeira, conforme o gráfico abaixo. Os dados também demonstram que todos os entrevistados estão plantando a pimenta-do-reino, por motivos que estão ligados principalmente com o bom preço ofertado pelo Kg no momento da pesquisa.

Gráfico 3- Área atual utilizada por família destinadas aos cultivos no ano de 2015 na vila Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

A pimenta-do-reino tem se tornado a principal fonte de renda e de trabalho, não somente na vila Água Azul como nas demais vilas da região. Segundo alguns entrevistados, o aumento da área plantada com pimenta-do-reino e dendê têm ocasionado a diminuição da oferta de mão de obra local. A escassez dessa mão de obra está sendo responsável pelo aumento na utilização de agrotóxicos, principalmente os herbicidas, pois a utilização deste diminui a contratação de mão de obra para a limpeza das áreas.

A diminuição da mão de obra local é ligada também à chegada da empresa Biopalma na região, pois, muitos trabalhadores se empregaram nela, ou nas firmas terceirizadas que prestam serviços para esta. Dos 13, um único entrevistado não está encontrando dificuldade em conseguir mão de obra para o trabalho na lavoura.

Existe muita gente nova na vila que vem atrás de emprego, e quando não conseguem vem atrás da gente pra conseguir alguma diária (R. J. C., 50 anos, agricultor integrado)

Observei que existe uma contradição entre os entrevistados quanto à disponibilidade de mão de obra, talvez porque a chegada de novos moradores na vila aparentemente tem proporcionado este equilíbrio entre a saída e a entrada de mão de obra na vila.

O que ficou claro é que as famílias dependem da contratação de mão de obra para dar continuidade aos trabalhos da lavoura. Essas famílias, apesar de terem um ou mais membros realizando trabalhos agrícolas, desenvolvem essas atividades sempre com a presença de um diarista. Os membros dessas famílias começam a estudar ou trabalhar fora. As crianças não estão mais envolvidas naqueles trabalhos considerados “leves”, e se dedicam somente ao estudo e às brincadeiras.

O perfil desses trabalhadores vem mudando. Se antes a família era uma das principais fontes de mão de obra para o trabalho na agricultura, hoje a mão de obra contratada é uma das principais fontes de trabalho, pois a família diminuiu, as culturas agrícolas mudaram e, em alguns casos, a exigência também.

Ao contrário de algumas espécies cultivadas na roça, como mandioca e o milho, essas novas culturas agrícolas não podem esperar para serem colhidas, exigindo assim um certo número de pessoas para terminar a colheita em tempo hábil.

Assim, observo que ocorre um aumento na contratação de mão de obra e a troca de dias¹² entre os agricultores, assim como, em alguns casos, o mutirão, principalmente para o levantamento de estacas para o plantio da pimenta-do-reino. Essa prática foi também constatada por Mota et al (2015).

Segunda Mota (2005), o trabalho na agricultura é predominantemente familiar, porém, existem diversas formas de se incorporar o trabalho de terceiros, criadas e recriadas nos diferentes contextos históricos e calcadas em relação de parentesco, amizade e solidariedade (trabalho familiar, mutirão, empréstimos) ou em relação estritamente comercial (assalariamento, arrendamento e parceria).

¹² A troca de dias segundo os entrevistados são formas de se conseguir mão de obra entre os vizinhos, seja ela paga ou não. Um vizinho ajuda o outro.

O agricultor familiar pode comprar força de trabalho para suprir demandas ocasionais decorrentes da heterogeneidade das etapas e do limite da mão de obra familiar disponível no estabelecimento, mas pode também, eventualmente, vender seu trabalho (MOTA, 2005. p, 158).

O número de membros nas famílias aptos a desenvolver atividades agrícolas também diminuiu. Dos entrevistados, somente uma família continua com o mesmo número de membros. Porém, esta família é nova na vila, e seus filhos são todos menores de idade. A diminuição no número de membros nas famílias é um dos fatores que afeta diretamente o tamanho da área plantada. Essa diminuição é ocasionada por diversos fatores, relacionada ao casamento, redução da natalidade, saída dos filhos para estudar fora e ao assalariamento dos filhos na dendeicultura.

Dessa forma, o quadro abaixo distingue os membros atuais das famílias e a mão de obra utilizada em cada etapa da atividade agrícola, obedecendo à mesma sistemática do Quadro 21.

Quadro 22- Organização do trabalho familiar nas atividades agrícolas no presente na vila rural Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.

	Família	Nº de membros	Preparo da área	Plantio	Colheita	Venda
Famílias com membros integros	1	2	Pai e diaristas	Pai e diaristas	Pai e diaristas	Pai
	2	4	Mecanizada	Diaristas	Diaristas	Pai
	3	8	Mecanizada	Família e diaristas	Família e diaristas	Pai
	4	6	Mecanizada	Pai e diarista	Pai e diarista	Pai
Famílias com membros assalariados	5	2	Pai e filho	Pai e filho	Pai/filho e diarista	Pai
	6	3	Filhos	Filhos	Filhos	Filhos
	7	3	Diarista	Pai e diaristas	Pai e diaristas	Pai
	8	7	Pai	Família	Família	Pai
Famílias com membros sem relação com o dende	9	2	Pai, Filho, diarista e troca de dias	Pai/Filho e diarista	Pai/Filho e diarista	Pai e filho
	10	2	Diarista	Diarista	Diarista	Pai
	11	4	Pai/filho e troca de dias	Pai e filhos	Pai, filhos e diaristas	Pai e filhos
	12	7	Pai, filho e diaristas	Família	Família	Pai
	13	2	Mecanizada	Família e diaristas	Família e diaristas	Pai

Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

Os dados demonstram que a organização do trabalho mudou na vila. O que antigamente era realizado quase que exclusivamente pelo pai e pelos filhos, hoje não pode ser realizado sem a presença de um diarista ou de máquinas para a limpeza e preparo do solo, pois os trabalhos continuam, mas os membros aptos a realizá-los diminuíram.

Os dados também demonstram que a presença de diaristas é unânime nas famílias integradas, demonstrando assim que a família sozinha não está sendo capaz de dar continuidade ao trabalho na unidade de produção camponesa.

O poder aquisitivo de muitas famílias vem mudando de forma positiva depois que o Kg pimenta-do-reino aumentou de preço, motivo este que também vem modificando a organização do trabalho, principalmente no preparo da área, que passou de manual para mecanizada.

A venda de produtos ainda é trabalho destinado ao pai ou ao filho mais velho. A venda desses produtos é realizada na porta de casa. Os compradores vêm de outras regiões para adquirir polpa de cupuaçu, cacau e outras frutíferas na casa da família. A pimenta-do-reino também é vendida na própria vila através dos atravessadores ou compradores da pimenta na folha¹³.

A única forma de venda observada entre os entrevistados na vila foi essa, apesar de Tomé Açu possuir a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu- CAMTA. Os entrevistados não estão associados a esta cooperativa, pois alegam que é mais fácil vender na porta de casa e ter o dinheiro na hora, apesar de venderem por um preço menor, do que vender para a cooperativa e pegar o dinheiro depois de alguns dias.

O trabalho da mulher é relacionado ao espaço doméstico, porém, na vila muitas desenvolvem trabalhos assalariados e estão dedicando mais tempo para estudar. Na esfera doméstica, as atividades são exercidas predominantemente pelas mulheres, principalmente mãe e filhas. No entanto, em dois casos foi registrada a divisão do trabalho doméstico entre o pai e a mãe. Essa divisão ocorreu em famílias em que as mulheres exercem atividades no setor público.

Quem chegava primeiro fazia as coisas, porque a mulher era professora, quando não era a gente era a sogra. Hoje quem toma conta do serviço da casa sou eu porque a mulher é professora, quando ela chega já está tudo pronto (A. S. L., 64 anos, agricultor).

Quando perguntado sobre o trabalho da mulher na lavoura, observei que este já é mais raro. As mulheres poucas vezes acompanham o marido nos trabalhos que eram destinados a elas, ou naqueles considerados “leves”, como o plantio e a colheita. Em alguns casos, foi

¹³ A compra da pimenta na folha é tida como a venda antecipada, ou seja, antes de se colher. O agricultor vende sua pimenta por um preço menor antes da colheita para os atravessadores.

identificado o trabalho da mulher na colheita da pimenta e no despulpamento do cupuaçu. Para a despolpa de frutas é realizada também a contratação de terceiros, sendo o pagamento feito por Kg despulpado.

Às mulheres da vila Água Azul tem a responsabilidade de cuidar da casa, e os filhos pequenos ajudam na alimentação dos animais, e as filhas, na arrumação da casa, na lavagem de louça e no preparo da comida. Apesar de ocorrer essa divisão dos trabalhos de casa, ainda é a mulher a responsável por transformar o produto oriundo da lavoura em alimento (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). É ela quem estabelece as tarefas desse espaço e quem realiza as atividades que necessitam de maior disponibilidade de tempo, como a preparação de alimentos e a lavagem de roupa de toda a família (ALVES, 2011).

A organização do trabalho na vila Água Azul vem passando por algumas modificações que parecem associadas à exaustão dos recursos naturais, diminuição das roças e a instalação das empresas de dendê nas proximidades da vila. Assim, uma análise sobre como as famílias passaram a organizar seu trabalho após a chegada dessas empresas é essencial.

6.3 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO TRABALHO

A análise dessa transformação estará baseada nas 13 famílias estudadas com membros integrados e assalariados e as famílias sem relação com a dendeicultura. Todos os entrevistados são nordestinos, com exceção de dois paraenses. A origem das famílias entrevistadas é a seguinte: uma de Cedro/Ce; uma de Penedo/AL; três de Tutoia/MA; uma de Vargem Grande/MA; uma de Bacabal/MA; uma de Tomé Açu/PA; uma de Juqueiro/AL; uma de Santa Luzia do Paruá/MA; uma de Santana do Maranhão/MA; uma de São Bernardo/MA, e uma Santa Maria do Pará/PA. Irei me deter neste primeiro momento a analisar como o trabalho dessas famílias vem sendo transformado e reorganizado através das mudanças ocorridas no seu espaço agrícola.

6.3.1 Trabalho das famílias que têm contrato de integração à agroindústria do dendê

O primeiro grupo estudado é formado por quatro famílias com membros integrados, todas residem na vila Água Azul e possuem seus lotes agrícolas na própria vila e em áreas vizinhas. A área dessas famílias variava entre oito e 40 ha de dendê plantado, conforme o quadro abaixo.

Quadro 23- Identificação das famílias integradas e o tamanho de suas áreas com projetos de integração à dendeicultura na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.

Identificação das famílias	Número de projetos de integração	Área de dendê por família/ha
1	2	20
2	1	8
3	4	40
4	2	20

Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

Somente uma família possui um projeto de contrato de integração com o dendê. As demais possuem dois ou quatro projetos. Geralmente o gerenciamento desses projetos é realizado por uma única pessoa da própria família.

Essas famílias optam pela integração por possuírem grandes áreas e por acreditarem que a diversificação irá contribuir com a renda familiar. Porém, admitem que a dendeicultura ocasionou um aumento do trabalho agrícola e da contratação de mão de obra externa à família.

Nahum e Carvalho (2014), estudando a integração à dendeicultura, observaram que as unidades familiares integradas aos projetos de dendê, apesar de não perderem a propriedade das suas terras, têm sua força de trabalho, assim como os demais que adentram nesse campo, treinada e comandada para ser utilizada exclusivamente para a cultura do dendê.

Santos (2015) parte do pressuposto de que a dendeicultura está ocasionando mudanças nas formas de trabalho das comunidades camponesas, principalmente quanto à transformação do trabalho na lavoura branca para o trabalho no monocultivo do dendê. Assim, o autor ressalta que está ocorrendo uma substituição do trabalho no roçado para o trabalho na dendeicultura.

Diferentemente dos autores acima citados, os dados colhidos na vila Água Azul demonstram que essas famílias utilizam o dendê como um item a mais nos seus cultivos perenes. O que está ocorrendo é a substituição das culturas alimentares por cultivos perenes, e o dendê é um dos que está se estabelecendo nos lotes familiares.

Assim, o dendê não está se tornando monocultivo no lote. No entanto, a mão de obra familiar não está sendo suficiente para suprir as necessidades das culturas agrícolas, gerando assim a necessidade de contratação de mão de obra para todas elas, independente dos cultivos que desenvolvam.

Na vila Água Azul os projetos de integração à dendeicultura estão centrados nas mãos dos pais de família ou dos filhos mais velhos. Porém o projeto geralmente está no nome de outros, principalmente dos filhos e das mulheres. Um dos entrevistados relatou que cuida dos projetos para os dois filhos que moram em outras cidades, pois acredita que se nada der certo para os filhos, esses podem retornar e cuidar do dendezal, ficando-lhes como uma espécie de herança.

As famílias com contrato de integração foram as que apresentaram uma maior área plantada de espécies perenes, pois elas possuem maiores áreas de terras, doadas ou compradas na vila e nos arredores. Assim, essas famílias podem ser consideradas mais abonadas do que as demais, pois possuem mais áreas disponíveis.

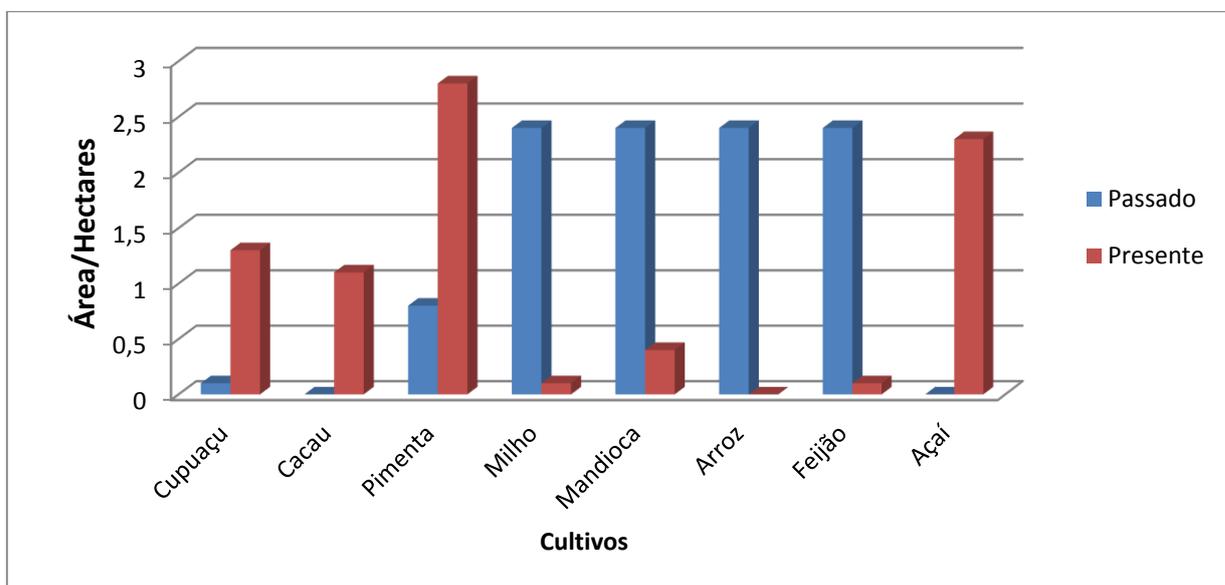
Nessas famílias, verifiquei que o trabalho familiar não foi suficiente para realizar todas as atividades no lote agrícola, dependendo assim da contratação de diaristas, tanto nos tratos culturais do dendê como nas demais espécies.

Nesse grupo, todas as atividades agrícolas são desenvolvidas com a ajuda de mão de obra. A contratação de mão de obra para a dendeicultura é realizada na própria vila, nas etapas citadas acima e nos tratos culturais específicos para a cultura. O pagamento é realizado por cacho colhido, na diária ou empreita. No entanto, a contratação dessa mão de obra não está sendo realizada com facilidade, pois, grande parte dos jovens já está trabalhando de modo assalariado, ou estão gerindo sua própria área agrícola. Assim, existe pouca mão de obra disponível, levando à contratação somente nos finais de semana, período de folga dos assalariados ou quando há demissões.

Sampaio (2014), analisando esta mesma área, também verificou que, na maioria dos casos, o trabalho familiar não foi suficiente para realizar as atividades agrícolas, dependendo assim, da contratação de trabalho temporário para todas as atividades produtivas de seu lote. Assim, o autor constatou um aumento na demanda por trabalhos temporários após a implantação da dendeicultura. Dados semelhantes encontrei na vila Água Azul, quando verifico que um meio de compensar o desequilíbrio entre o trabalho e a mão de obra disponível está na opção por cultivos de maior rendimento.

Nas demais atividades agrícolas das famílias com integrados, as áreas de cultivo das roças diminuíram drasticamente, enquanto as áreas de cultivos perenes aumentaram consideravelmente, conforme o gráfico abaixo. As áreas destinadas às culturas alimentares estão sendo substituídas pelas culturas agrícolas perenes por possuírem maior rendimento e implicar menor trabalho, pois estas não necessitam de plantio anualmente. Assim, essas famílias evitam a limpeza de área e o plantio, diminuindo o uso de mão de obra.

Gráfico 4- Média das áreas plantadas no passado e no ano de 2015 pelas famílias integradas a dendeicultura na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

Nessas famílias, verifiquei que a mulher dificilmente atua nas atividades agrícolas. O trabalho feminino é destinado às tarefas consideradas mais leves, como a colheita da pimenta-do-reino e o despulpamento de frutas. Essas famílias possuem áreas maiores e seu rendimento é maior do que nos demais tipos de famílias. Por isso, relatavam que o trabalho da mulher não era tão necessário como antes na lavoura. Elas podem se dedicar somente aos trabalhos domésticos ou a outras atividades, principalmente aquelas relacionadas à educação formal das crianças. A divisão do trabalho posta em prática foi também constatada por outros autores (MOTA, 1990) nos casos em que a família se capitaliza um pouco mais e em que a educação formal passa a ser um objetivo.

A organização do trabalho familiar no estabelecimento se transformou, passou a ser realizado por diaristas e pelos homens mais velhos da família. Não verifiquei a atividade das mulheres e das crianças nos cultivos de dendê. Dessa forma, as famílias passam a reorganizar o trabalho agrícola com concentração do trabalho somente nos homens (pai e filhos mais velhos) e em trabalhadores assalariados na condição de diaristas.

6.3.2 Trabalho das famílias com membros assalariados na dendeicultura

O segundo grupo estudado é formado por quatro famílias com membros assalariados na dendeicultura. Essas famílias são caracterizadas por exercerem atividades agrícolas

(principalmente as perenes), e agora um ou mais de seus membros estão exercendo alguma atividade assalariada na dendeicultura. Existe entre estas a referência de que a agricultura é um trabalho “pesado” e quase insuficiente para satisfação das necessidades básicas, principalmente em relação ao baixo preço ofertado pelos produtos agrícolas. Por isso acabam optando pelo assalariamento.

Era muito pesado ter que trabalhar duro por meses e vender o saco do arroz baratinho, compensava mais o cara trabalhar assalariado e depois comprar o arroz na venda (A. P. C., 47 anos, agricultor e assalariado).

Com a Biopalma nas proximidades da vila, muitos jovens optaram por um futuro diferente dos seguidos pelos pais na agricultura e “seguir por conta própria”, com a segurança de um salário fixo e a independência dos pais ou/e sustento da família.

Em geral a busca por uma atividade assalariada, mesmo que localmente, como é o caso dos jovens da vila Água Azul, se constitui em alternativa de renda para um ou mais membros das famílias. Em estudo sobre o trabalho na região de platô do baixo São Francisco sergipano, Mota (2005) analisou que:

“Qualquer que seja a motivação para sair da agricultura, as alternativas mais exercitadas foram a busca de outra profissão, mesmo que localmente, que nesses casos aparece muito mais como uma estratégia individual do que familiar” (MOTA, 2005 p. 155)

A mesma autora destaca que no trabalho assalariado.

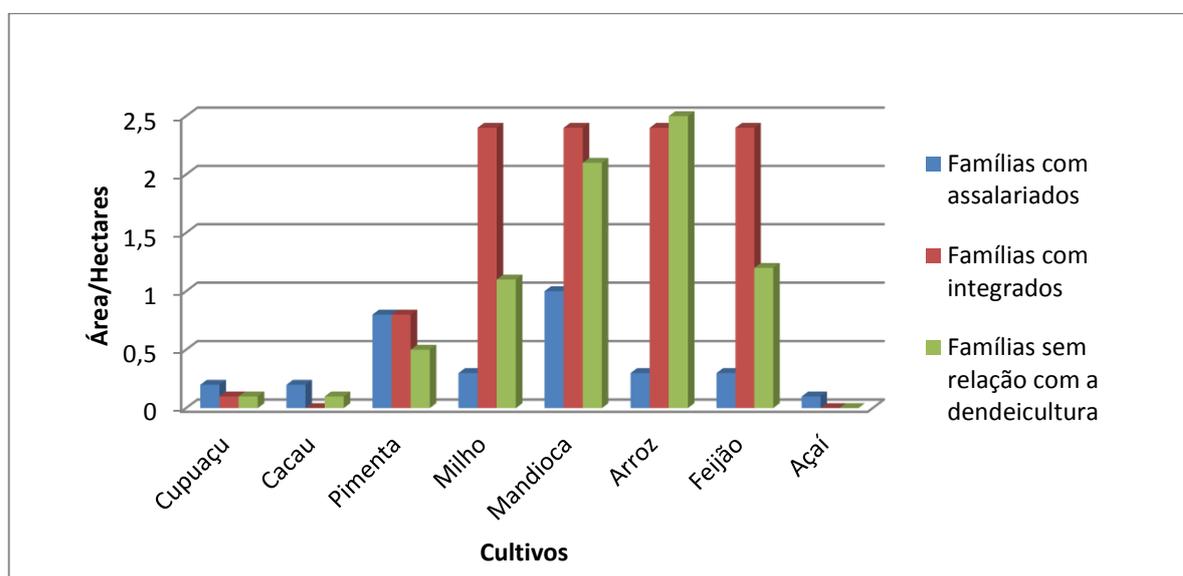
O desejo de ser independente da família, o sonho de fazer algo novo e diferente e a falta de vontade de continuar morando sob a influência dos pais ou irmãos, acontecimentos freqüentes no interior das células familiares. Sem contar o fato de que o trabalho agrícola é pesado e pouco remunerativo, além do convívio com as incertezas a que a atividade está sujeita (condições naturais, preços) (MOTA, 2005 p. 155)

Dados semelhantes encontrei entre os filhos de agricultores familiares da vila Água Azul, que sempre destacavam que a busca pelo assalariamento era motivada pela procura de algo melhor do que a agricultura poderia oferecer para sobreviver. Após os 18 anos, esses jovens que trabalhavam com os pais deixam o serviço “pesado” e passavam a trabalhar nas empresas da dendeicultura.

O trabalhador absorvido por esse trabalho nos campos de dendê exerce diversas atividades, coletando cachos, juntando os frutos caídos ao chão, atuando como motorista ou técnico agrícola, além de outras atividades.

Vale destacar também que as famílias cujos membros se assalariam são aquelas que sempre tiveram uma área agricultável menor, tanto ao chegarem à vila, quanto no ano de 2015, conforme o gráfico 10 e 11. Assim, o trabalho na agricultura talvez nunca tenha sido suficiente para satisfazer as necessidades da família.

Gráfico 5- Média da área plantada por todas as famílias no passado na vila Água Azul em Tomé Açu/PA.



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015.

A prática do assalariamento pode indicar no final, algumas modificações internas que estariam ocorrendo no modo de vida dessas famílias. No entanto, em alguns casos, o tipo de trabalho realizado por estas persegue o objetivo comum de satisfazer suas necessidades econômicas individual ou familiar.

Na realização das atividades agrícolas, somente um dos entrevistados assalariado é o responsável por seu lote agrícola. Sendo assim, ele divide seu tempo entre a lavoura perene e o trabalho assalariado na dendeicultura.

O meu pimental morreu, aí tive que esperar por mais um ano para colher, por isso tive que me assalariar, porque esse é um dinheiro certo, enquanto o plantio não me dá o lucro. Eu divido meu tempo entre o assalariamento e

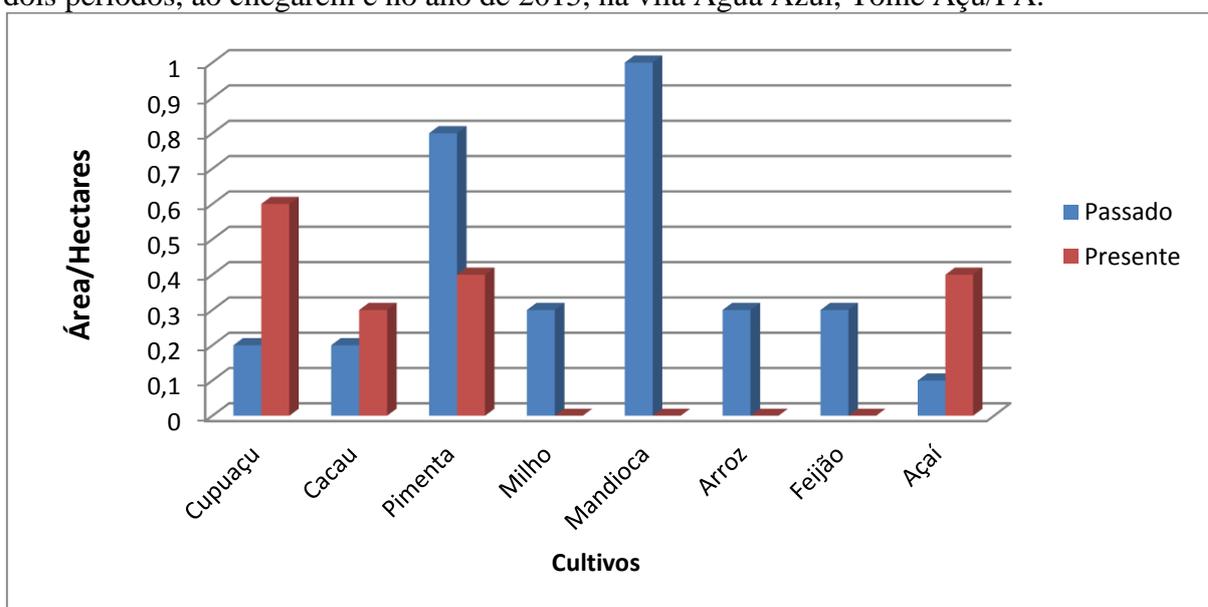
a lavoura (A. S. S, 30 anos, agricultor e assalariado)

Todos os demais casos são de famílias em que apenas os filhos se assalariam. Os pais entrevistados dizem que apoiam os filhos em procurar trabalhos mais “leves” para ganhar dinheiro e sempre se mostraram a favor da carreira seguida pelos filhos, apesar de sempre sonharem com a volta dos filhos para o trabalho na lavoura.

Com o dinheiro ganho no assalariamento, os filhos ajudam na alimentação, no vestuário, medicamentos e no conforto dos que moram sob o mesmo teto. No entanto, existe entre os assalariados o sonho de voltar a viver só da terra, principalmente agora que as frutíferas estão tendo um bom mercado e o Kg da pimenta-do-reino está por cerca de R\$ 28,00, segundo os entrevistados.

A área da roça das famílias com assalariados diminuiu com o passar dos anos, chegando a ser nula no momento da pesquisa. Porém, algumas culturas perenes, como o cupuaçu e o cacau tiveram sua área aumentada. Os motivos elencados por esses produtores são referentes à pouca mão de obra presente na família, o que levaria a optar por essas produções que, segundo os entrevistados, necessitam de mão de obra em alguns momentos específicos, como na poda, adubação, colheita e no despulpamento, diferentemente das roças, que, além dessas atividades, necessitam de constante limpeza da área e são consideradas como serviço “pesado” e pouco remunerativo.

Gráfico 6- Média da área plantada entre as famílias com assalariados na dendeicultura em dois períodos, ao chegarem e no ano de 2015, na vila Água Azul, Tomé Açu/PA.



Existem na vila Água Azul algumas famílias de ex-trabalhadores assalariados na dendeicultura. Nesses casos, as famílias possuem terras suficientes e estão retornando ao trabalho agrícola, pois a pimenta-do-reino, açaí, cupuaçu e cacau estão gerando mais lucro do que o trabalho assalariado, conforme o relato abaixo.

A penosidade de se trabalhar com essas culturas, principalmente a pimenta, é menor do que o trabalho na roça ou assalariado (F. S C., 30 anos, agricultor integrado).

Assim, quem tem terra suficiente não quer mais ser assalariado, preferindo voltar ao trabalho agrícola e por conta própria. Porém,

Quem tem pouca terra acaba tendo que continuar no assalariamento (M. M, 60 anos, aposentada).

O trabalho familiar se concentra no pai e filhos mais velhos que não optaram pelo assalariamento. As mulheres desenvolvem os trabalhos domésticos com a ajuda das filhas e de sobrinhas que moram sob o mesmo teto. Em um único caso, a mãe desenvolve atividades no setor público e divide as tarefas do lar com o marido.

As mulheres mais novas da vila Água Azul priorizaram a educação, cursos técnicos ou o trabalho assalariado. Esse último é mais frequente na dendeicultura, onde as mulheres atuam como técnicas agrícolas ou na coleta dos frutos caídos no chão. Porém, pertencem a famílias sem terra, ou que não desenvolvem mais a agricultura, razão pela qual não entraram nos levantamentos desta pesquisa. No entanto, verifiquei que além dessas prioridades, ainda desenvolvem as atividades domésticas, existindo assim, uma dupla jornada entre o assalariamento e os trabalhos domésticos.

Quem está recorrendo ao assalariamento na dendeicultura são aqueles membros das famílias que não possuem terra suficiente, ou seja, as famílias que chegaram mais recentemente e aquelas antigas que não possuem ou que venderam suas terras.

Essa constatação dificultou encontrar famílias para serem entrevistadas, pois, poucas são as famílias de agricultores que ainda possuem filhos assalariados na dendeicultura. Os

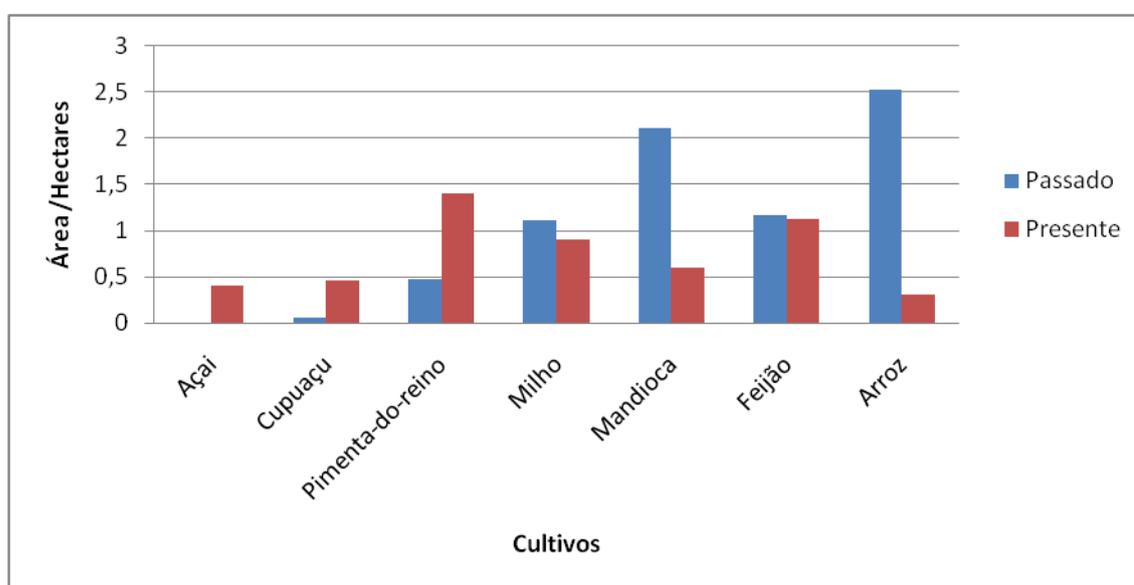
assalariados estão se concentrando entre aqueles que não possuem a oportunidade de retornar ao trabalho agrícola.

6.3.3 Trabalho nas famílias sem relação com a dendeicultura

O terceiro e último grupo estudado é formado por cinco famílias que, apesar de morarem em uma região de grande influência da dendeicultura, não optaram pelo assalariamento ou pela integração à mesma. A atividade principal dessas famílias é a agricultura. Porém, outras atividades são desenvolvidas por alguns dos seus membros, como atendimento em comércios ou no serviço público.

As famílias que não possuem membros ligados à dendeicultura têm uma maior área de cultivos anuais em comparação aos outros dois grupos. As culturas alimentares apresentaram uma pequena diminuição em relação ao tamanho da área plantada no passado, com exceção do arroz e da mandioca, que tiveram uma diminuição mais significativa. As demais culturas estiveram sempre em destaque na produção familiar, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 7- Média da área cultivada pelas famílias sem ligação com a dendeicultura ao chegarem à vila e em 2015 na vila Água Azul, Tomé Açu/PA, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2015

Existe nesse grupo um equilíbrio entre os cultivos para a venda e para o consumo, por isso a maior diversificação de cultivos. Essa maior produção de culturas anuais faz com que algumas dessas famílias contribuam para o abastecimento de farinha, milho e feijão da vila

Água Azul. Das culturas atuais plantadas por essas famílias, a que mais se destaca em relação ao tamanho da área cultivada é a pimenta-do-reino.

Das cinco famílias que fazem parte desse grupo, três possuíam membros assalariados na dendeicultura. Hoje, porém, esses membros retornaram para o trabalho familiar na agricultura. Esse retorno ocasiona a divisão das terras da família ou a divisão dos trabalhos de forma mais equilibrada. Ocorre com isso a diminuição no uso de diaristas.

A não relação dessas famílias com a dendeicultura pode ser um dos fatores que tenham contribuído para a permanência dos cultivos anuais. Esses cultivos são considerados mais penosos, porque exigem maior disponibilidade de mão de obra para a limpeza e manutenção da área, além de obterem menor valor de mercado. Porém, existe o valor de se consumir o que produz, razão por que continuam cultivando o roçado.

As mulheres, nestas famílias, atuam predominantemente na esfera doméstica e, ocasionalmente, na agricultura, na colheita da roça e da pimenta-do-reino e na despolpa de frutas. As mais jovens priorizam o estudo, mas quando solicitadas podem desenvolver atividades no plantio e na colheita de espécies anuais e na colheita da pimenta-do-reino. Porém, todas consideram essas atividades como uma “ajuda”, sendo realizada somente no momento de necessidade.

A organização do trabalho em relação às atividades agrícolas apresentou uma mesclagem do trabalho familiar (pai, filho, mãe) e contratado. Porém, o trabalho de terceiros é realizado nas famílias que tiveram uma diminuição no número de membros aptos a realizar o trabalho agrícola, conforme o Quadro 3, motivado pelo casamento dos filhos, menor natalidade e priorização dos filhos a realizar outras atividades.

A organização do trabalho familiar na vila água Azul passou a ser preferencialmente realizada pelos mais velhos (pai e filhos). E as mulheres ainda estão relacionadas ao trabalho doméstico, mas agora têm a possibilidade de estudar e escolher uma outra área de ocupação. Do mesmo modo, as crianças da vila não têm sido socializadas para o trabalho agrícola.

Em nenhum dos tipos de relação dos membros da família com a dendeicultura foi verificado a participação de crianças. O motivo elencado são as regras mais rigorosas quanto ao trabalho infantil e a priorização dos pais para que os filhos estudem e consigam sua independência em outras áreas profissionais, que podem estar ligadas à agricultura, mas que possibilitem a obtenção do trabalho assalariado. A participação das mulheres diretamente nos cultivos não foi identificada, assim como o das filhas mais jovens.

7. CONCLUSÕES

O tema desta dissertação é a organização do trabalho familiar nas vilas rurais em municípios em cujos arredores cultiva-se o dendê no Nordeste Paraense. Para tal, analisei as evidências do trabalho nas vilas rurais em duas escalas: mesorregional e local. Na primeira, faço referência a um estudo exploratório mais amplo, abrangendo 341 vilas rurais. Na segunda, trato de um estudo de caso na vila Água Azul, Tomé Açu, uma das vilas rurais visitadas na escala mesorregional. Em decorrência disso, as conclusões estão estruturadas em três partes: as duas escalas mencionadas e a comparação entre elas.

Na escala mesorregional, no estudo exploratório foram identificadas duas tipologias: i) uma está relacionada à fundação e ao modo como as vilas estão estruturadas; e ii) outra levou em questão as relações dos membros das vilas com a dendeicultura.

As principais conclusões sobre as vilas rurais mostram que estas se diferenciam principalmente quanto ao objetivo da fundação e formação. As vilas foram formadas em diferentes épocas, ambientes e por fundadores de origens diversas que tinham em comum o desejo de estabelecer um lugar de moradia e trabalho com acesso a recursos. Em se tratando ainda da formação, as conclusões apontam que as vilas foram influenciadas pelo tipo de localização (nas margens dos rios e no interior), que derivaram em quatro tipos de vilas.

As vilas rurais apresentam, segundo o seu tipo de formação e acesso a serviços, algumas diferenças no que diz respeito à infraestrutura. As vilas formadas em torno de um centro geralmente são compostas por um maior número de famílias, o que ocasionou uma maior atuação do poder público na construção de escola, postos de saúde, posto policial e outros. Contrariamente, as demais têm menor disponibilidade desses recursos. Dessa forma, as vilas que contam com uma infraestrutura melhor recebem um número grande de moradores de vilas vizinhas, de menor porte, na busca de serviços. No geral há carência de infraestrutura e serviços nas vilas e insatisfação dos moradores com o funcionamento dos mesmos.

O trabalho nas vilas foi analisado segundo as atividades e o tipo de relação dos moradores com a dendeicultura. As principais atividades são a agricultura, assalariamento, extrativismo e a pesca. Em nenhuma vila foi identificada somente uma atividade. Nos municípios mais próximos da região metropolitana de Belém, a incidência de assalariamento foi maior, assim como em municípios em que existem agroindústrias de dendê, como Tailândia, Moju, Bonito e Acará.

Nas vilas com predominância de assalariados existe uma absorção de mão de obra pela dendeicultura. O evento ocasiona a ocupação dos mais jovens e a reorganização do trabalho

familiar, com a intensificação do trabalho dos mais velhos (pais e filhos) e diminuição das atividades agrícolas. Aumenta a dependência de mão de obra contratada nos estabelecimentos.

Nas vilas com agricultores integrados, a organização do trabalho nos seus estabelecimentos está sendo reajustada, principalmente porque a área plantada com dendê ocupa a mão de obra familiar nas suas atividades, trabalho que deve ser realizado sistematicamente para se obter o rendimento esperado. Essa reorganização do trabalho provocou uma menor diversificação das atividades nesses estabelecimentos e, conseqüentemente, nas vilas.

Ao contrário, nas vilas que não possuem relação com a dendeicultura, a organização do trabalho familiar nos estabelecimentos se concentra nos cultivos anuais ou perenes, com uma maior diversificação neste grupo e sem gerar competição por mão de obra.

O trabalho desenvolvido pelos moradores das vilas com integrados e/ou assalariados na dendeicultura está dependente da contratação de mão de obra. Em vista disso, as famílias envolvidas com a dendeicultura estão dividindo o seu tempo entre as atividades relacionadas à dendeicultura e as demais atividades agrícolas.

Na escala local, no estudo de caso, concluí que a vila Água Azul tem sua organização social baseada no mesmo padrão estudado por Wagley (1988), segundo a disposição dos principais prédios públicos, comércios e casas dos moradores mais antigos da vila estarem em locais privilegiados, localizados na rua principal. Os moradores que chegaram mais recentemente vivem em ruas mais afastados do centro. A organização espacial reflete no prestígio social, e os antigos moradores tanto têm mais prestígio que os demais, quanto se envolvem em posições de destaque em organizações religiosas e associativas.

Na organização do trabalho na vila Água Azul, coexistem o trabalho familiar e o trabalho assalariado com novos arranjos diferentes daqueles instituídos no passado que tinham por base uma divisão baseada em gênero e geração. Transformações estão ocorrendo e se evidenciam tanto nos estabelecimentos familiares quanto na ocupação assalariada de seus membros.

Nas famílias com contrato de integração para a produção de dendê no estabelecimento, o trabalho é realizado exclusivamente pelos homens. Em nenhum dos casos foi constatada a participação de mulheres ou crianças nos trabalhos relacionados à dendeicultura.

A dedicação exclusiva dos homens influencia para que eles tenham uma menor disponibilidade de tempo para outras atividades agrícolas ou não agrícolas. Com isso há maior necessidade de mão de obra contratada para os trabalhos realizados na dendeicultura ou nas demais atividades agrícolas.

Nas famílias com assalariados à dendeicultura, são os filhos que predominantemente buscam essa fonte de renda porque almejam a independência financeira dos pais. Em outros casos, quando é o pai que busca o assalariamento, este é tido como uma possibilidade de renda para equilibrar o sustento da família. Em ambos os casos, as iniciativas de assalariamento ocasionam desequilíbrio na força de trabalho da família. Em se tratando do pai, ele divide seu tempo entre o trabalho assalariado no dendê e as demais atividades agrícolas. Porém, dá maior importância ao assalariamento. A minha conclusão é que nesses dois tipos de situação as famílias reorganizam o trabalho para que a agricultura não deixe de ser praticada, mesmo que em pequena escala e com trabalho assalariado ocasional.

Com esse arranjo, há uma nova evidência no mercado de trabalho: agricultores familiares atuam como assalariados regulares e contratam diaristas ocasionalmente.

Nas famílias que não possuem relação com a dendeicultura, o trabalho no estabelecimento é realizado predominantemente pelos adultos que detêm autonomia sobre o processo de produção. As mulheres atuam principalmente nos trabalhos domésticos e na colheita das espécies perenes e anuais. Ocasionalmente há a contratação de mão de obra. Concluí que grande parte dos membros dessas famílias se dedica ao trabalho na agricultura do mesmo modo como fizeram seus antepassados.

Comparando os três modos de organização do trabalho familiar na vila Água Azul, concluí que o trabalho agrícola é predominantemente realizado pelos homens mais velhos da família (pai e filhos) e por diaristas. As mulheres estão relacionadas ao trabalho doméstico e são incentivadas a estudar e a escolher outra área de ocupação. O trabalho das mulheres na agricultura aparece somente em alguns casos na colheita da pimenta-do-reino e de algumas culturas de ciclo curto. A participação direta das mulheres nos cultivos de dendê não foi identificada, assim como das filhas mais jovens. Do mesmo modo, as crianças da vila não têm sido socializadas para o trabalho agrícola.

Concluí também que o trabalho nas vilas rurais está se diferenciando devido a dois fatores: 1) a intensificação do cultivo de dendê nos estabelecimentos e nos seus arredores, seja pela diminuição de mão de obra disponível na família e/ou na vila; e 2) a diminuição da área de trabalho nas famílias com membros assalariados, ou aumento da área para produção de culturas perenes em famílias com membros integrados à dendeicultura

Os estudos nas escalas mesorregional e local, mesmo que realizados com objetivos e metodologias diferenciadas, coincidem nos resultados, posto que:

- Nas vilas e nos estabelecimentos de Água Azul que possuem relação com a dendeicultura (onde têm assalariados e agricultores integrados), a diversificação agrícola foi menor. Nas vilas e entre os agricultores de Água Azul sem relação com a dendeicultura, a diversificação agrícola foi maior;
- O assalariamento nas empresas de dendê foi maior quanto mais próximos daquelas empresas são as vilas e os estabelecimentos;
- Nas vilas que possuem relação com a dendeicultura e na vila Água Azul, a principal fonte de assalariamento é a dendeicultura;
- Existe uma maior demanda de mão de obra nas vilas e nos estabelecimentos familiares que possuem relação com a dendeicultura na vila Água Azul, em decorrência da maior possibilidade de ocupação assalariada dos jovens e do maior volume de trabalho na dendeicultura;
- Nas vilas próximas às áreas dendeicultoras e nos estabelecimentos integrados e com assalariados em Água Azul, o trabalho está se concentrando nas mãos de homens mais velhos e/ou diaristas.

Espero que as análises feitas nesta dissertação elucidem transformações que vêm ocorrendo na organização do trabalho nas vilas rurais e nos estabelecimentos familiares no contexto da produção de dendê, *commodity* vinculada aos mercados internacionais com fortes impactos sobre as economias locais.

Espero ainda poder contribuir para a problematização e reorientação de políticas públicas e para a ação dos movimentos sociais em prol de maior inclusão social no espaço rural no Pará.

REFERÊNCIAS

- ABRAPALMA. **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. 2014
- ALENCAR, Edna Ferreira. **Memórias de Mamirauá**. Tefé, AM: Instituto de desenvolvimento sustentável Mamirauá, 2010. 292 p.
- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Ruy; NEVES, Walter (Ed). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo. Annablume, 2006.362.p
- ALVES, Ketiane dos Santos. **A organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade nossa senhora de Lourdes, microregião do Guamá no Nordeste Paraense**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém, 2011.
- AQUINO, Silva Lima de. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais: resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada**. 2013. 350 f. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2013
- BATISTA, Maria Grings. **Terra de família-família de trabalho: estudo de famílias agricultoras no Nordeste Paraense**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- BECKER, Howard. **Observação social e estudos de caso sociais**. Métodos de Pesquisa em ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994: 117-135.
- BEAUD, Stéphane. WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 155-188
- BRUMER, Anita, et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993. 179-234.
- BRUMER, Anita. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito: Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida**. 7ª Ed. São Paulo: Livraria duas cidades, 1987.
- CANTARELLI, Johnny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva biológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero**. Práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed.da UFPE, 2006.279-299.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

_____. **Tradição e Modernidade**: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. PAPER DO NAEA 97. Belém, julho 1998.

CRUZ, Benedito Ely. V; ROCHA. Gilberto. Miranda. **O dendê como projeto de estado**: uma alternativa, economia, social e ecológica para a Amazônia: In XI encontro de geógrafos da América Latina, 2006. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/02.pdf>. acesso em 18/11/2014.

EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro. Abr. 2010 Disponível em: <http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/ZonDende.pdf>. Acesso em 30 de Setembro de 2014.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 236p.

GARZA, Enrique De la. Trabajo no clásico y flexibilidad. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, Maio/Ago. 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. [São Paulo]: Contexto, [2005]. 178 p. (Coleção caminhos da geografia) ISBN 8572441662 (broch.).

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira**: Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense/ Gutemberg Armando Diniz Guerra. 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2013. 140p.

_____. Religião, educação, futebol e mercado: elementos estruturantes da vida social em povoados da Amazônia, 2015.

GUEDES, Eneias Barbosa; CORDOVIL Gilber Valério. **Vilas rurais na Amazônia Paraense**: Uma proposição conceitual. Revista Geoamazônia, v. 1, p. 23-43, 2014.

GÜNTHER. Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Está é a Questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2006, v. 22 n. 2, p. 201-210.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliete. Miranda; QUINTELA, Rosângela. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; e MANESCHY, Maria Cristina. (orgs). **No Mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA. 2002. p.173-202.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOMMA, Alfredo. Kingo; VIEIRA, I. C. G. **Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de Pesquisas Econômicas, sociais e Ambientais na Amazônia.** (Banco da Amazônia. 2005), v. 8, p. 79-90, 2012.

IBGE. **IBGE cidades 2012.** Disponível em : <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 06/11/2014

IDESP. **Estatística Municipal de 2014.** Disponível em www.idesp.pa.gov.br. Acesso em 20/05/15

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. O comportamento sócio-trabalhista na produção de óleo de palma do dendê no Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás Combustíveis. Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/site/sites/default/files/relatorio_palma_dende_fev2014.pdf . Acesso em: 15 de Abril. 2015.

LAMARCHE, Hugo, (coord.). **Agricultura familiar:** Comparação internacional. v II: do mito à realidade. Campinas, Unicamp, 1998.

LEITE, Sérgio, et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Ed. UNESP/NEAD/INCRA/MDA, São Paulo, 2004.

LIMA, Deborah Magalhães. **A Economia doméstica em Mamirauá.** In: ADAMS, C, Ed.; MURRIETA, R, Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedades Caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade.* /Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Anna blume, 2006. P. 145-172

LIEDKE, Elida Rubini. Trabalho in: CATTANI, Antonio. David (org). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico.* Petrópolis: Vozes. 3 Ed. 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas:** do período da borracha aos dias atuais. Belém: DistribeL, 2002. 128 p.

MACHADO, Luiz Antônio. *Estratos ocupacionais de baixa renda.* Recife, SUDENE-DRH, 1978. 2v.

MELO, Odimar Carmo. **O Lugar e a Comunidade na Ilha De Cotijuba-Pa.** 2010. 192f (Mestrado em geografia). Instituto de filosofia e ciências humanas, programa de pós-graduação em geografia, universidade federal do Pará, Belém, 2010.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O lugar e o rural: Os bairros rurais no município de Presidente prudente.** Revista Formação. 1: p. 186-191. 2007.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MORIN, R.A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 187-207.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**/Dalva Maria da Mota-Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa Tabuleiros costeiros, 2005. 256p.

MOTA, Dalva Maria da, et al. Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimento familiares no nordeste paraense. In: Seminário internacional America Latina: políticas e conflitos contemporâneos. Belém: GETTAM/NAEA/UFPA, 2015

MAUSS, Marcel. Ensaio. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo. EDUSP, 1974.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e Enredos Nas Trilhas dos Migrantes: Um Estudo de Famílias de Camponeses-Migrantes**. Paraíba: 2002. 249

MEYER, Gustavo, et al. Dinâmicas de (Re)ocupação de terras: a lógica patrimonialista e a área de influência da rodovia Belém- Brasília no Nordeste Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.30, n1/3, p 33-53, jan./dez. 2013.

NAHUM, João Santos; CARVALHO, João dos Santos. Dendeicultura e agricultura familiar na microrregião de Tomé Açu (PA). In: Nahum, J. S. (Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**: Belém: GAPTA/UFPA, 2014. 158 p.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison, Bastos. Impactos Socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense (Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**: Belém: GAPTA/UFPA, 2014. 158 p.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Thiago. Usos do território na Amazônia: Dendeicultura e campesinato na microrregião de Tomé-Açu (PA). Belém/PA. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Espaço Geografia Agrária, 2013. p. 63-80. disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/1953> acesso em 24 de setembro de 2014.

NASCHE, Aline Oliveira. **O papel do Programa Nacional de produção e Uso de Biodiesel como instrumento de política de redução das desigualdades regionais brasileiras**. 161 f. Tese (Doutorado - programa de Pós-graduação em energia)- EP/FEFA/IEE/IF da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. **Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida**. In: LIMA, Deborah (Org.). Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: MMA, 2005: 101-156.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2ª Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP. 2000

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. **Bairros rurais paulistas: Dinâmica das relações bairro rural-cidade.** São Paulo: Livraria duas cidades, 1973. 162 p.

REBELLO, Fabricio Khoury. **Da lenha ao óleo dePalma: a transformação da agricultura no Nordeste Paraense.** Tese. 321f. (Doutorado em Agroecossistemas da Amazônia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2012.

REIS, Marisa. **Arengas e Picicas: Reações populares à reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas.** Belém : Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005. 178 p..

RÉPORTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia Brasileira: Elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no Nordeste do Pará.** São paulo: centro de monitoramento de agrocombútiáveis, 2013.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond. 2009. 328 p.

SAMPAIO, Iran Costa. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé Açu (pa):** Efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014.197f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e ciências humanas, Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia. Belém, 2014.

SANTOS, Cleison Bastos. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia Paraense: Uma análise do município de Moju.** 2015 160f. Dissertação (mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências humanas, programa de pós graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2015

SILVA, Glaucia. Sustentabilidade ou subordinação: modos de vida em comunidades de várzea na foz do Amazonas. In: LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões:** perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: MMA, 2005: 265-311.

SILVA, Danielle Wagner. **Entre a vila e o assentamento: Conexões que dinamizam a Agricultura Familiar na Amazônia Oriental.** 2011. 195f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém, 2011.

SOUSA, Claudeane de Fátima. **Será mesmo o diabo?** Expansão da dendeicultura e o campesinato na Amazônia paraense. 2015.187 p. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia: 1800-1920.** São Paulo: T.A. Queiroz, [1980]. 358 p.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 37-46.

VIEIRA, Ana Carolina. “**A integração**” camponesa ao monocultivo de dendê: Subordinação e transformação do campesinato amazônico. 2015.139f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: Estudo dos homens nos trópicos. 3ªEd. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1988.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras Florestas e águas do trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem)

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1997. 192p.

ZHOUR, Andrea.; LASCHEFSKI, Klemens. (org.) **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.484 p.